



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (DLCH)  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL (PADR)**

**MÔNICA VICKY MEDEIROS OLIVEIRA**

**A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DE CONFECÇÃO EM  
ÁREAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO  
CAPIBARIBE, PE. – O CASO DA VILA MAGANA**

**RECIFE  
2011**

**MÔNICA VICKY MEDEIROS OLIVEIRA**

**A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DE CONFECÇÃO EM  
ÁREAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO  
CAPIBARIBE, PE. – O CASO DA VILA MAGANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**Linha de Pesquisa:** Gestão, Mercados e Agronegócio.

**Orientador:** Profº Dr. Romilson Marques Cabral.

**RECIFE  
2011**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (DLCH)  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL (PADR)**

**A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DE CONFECÇÃO EM  
ÁREAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO  
CAPIBARIBE, PE. – O CASO DA VILA MAGANA**

**MÔNICA VICKY MEDEIROS OLIVEIRA**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof. Dr. Romilson Marques Cabral (UFRPE)**  
(Orientador)

---

**Prof. Dr. Luis De La Mora**  
(Examinador Externo)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Gilca Pinto Xavier (UFRPE)**  
(Examinador Interno)

---

**Prof. Dr. Horst Dieter Müller (UFRPE)**  
(Examinador Interno)

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

**OLIVEIRA, Mônica Vicky Medeiros. A expansão das atividades de confecção em áreas rurais no município de Santa Cruz do Capibaribe, PE. – O caso da vila Magana.**

Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural – PADR, Departamento de Letras e Ciências Humanas – DLCH, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, PE, 2011. P. 126.

## **CESSÃO DE DIREITOS**

**Nome da Autora:** Mônica Vicky Medeiros Oliveira

**Título da Dissertação de Mestrado:** A expansão das atividades de confecção em áreas rurais no município de Santa Cruz do Capibaribe, PE. – O caso da vila Magana.

**Grau/ Ano:** Mestre, 2012

Eu, Mônica Vicky Medeiros Oliveira, autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por procedimentos fotocopiadores ou eletrônicos.

Recife, 27 de Fevereiro de 2012.

---

Mônica Vicky Medeiros Oliveira

E-mail: mvicky2000@hotmail.com

Dedico essa dissertação de mestrado à minha filha amada, Lara Vicky, aos meus pais, bênção na minha vida, e à minha avó querida e exemplo, Luzinete.

O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis...

**Fernando Pessoa**

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem, ou que seus planos nunca vão dar certo, ou que você nunca vai ser alguém...

...Se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança!

**Renato Russo**

## **Agradecimentos**

Ao meu Deus e Pai que me deu a vida e, mesmo que eu ache difícil, Ele me dá forças para continuar em frente e acreditar que é possível ser feliz.

À minha filha, razão do meu viver, pois com sua vida me fez seguir em frente e lutar todos os dias para chegar ao fim.

Aos meus pais queridos, que me incentivaram e me ajudaram, de todas as maneiras, para que esse sonho se realizasse.

A meus irmãos de sangue e de coração, Marcel, Raffaella, Nicholas e Paola, pois, juntamente com meus pais, mesmo que às vezes longe, são o meu alicerce.

Às minhas amigas de fé e ajudadoras: Neta, Helena e Fatinha, que me ajudaram cuidando da minha pequena preciosidade para que este trabalho fluísse.

A Lúcia e Arthur, pelas muitas ajudas para que eu pudesse estar trabalhando na dissertação e me acompanharam em meus momentos de “descanso”.

Ao meu orientador, Professor Dr. Romilson Marques Cabral, que, mesmo com as nossas diferenças, transformamo-las em amizade, e a quem admiro pela capacidade de transformar pensamentos em palavras.

A Sílvia e Vera do IPA Santa Cruz do Capibaribe, pelas muitas contribuições para que a pesquisa pudesse acontecer e pela amizade que surgiu.

Às famílias da Vila Magana, que com a sua simplicidade fizeram dessa pesquisa um aprendizado para toda a vida. E, principalmente, àqueles que cederam um pouco do seu tempo para atender às minhas solicitações. A esses, um muito obrigada!

À professora Vicentina, pelos ouvidos sempre dispostos a ouvir e ajudar mesmo quando não tinha tempo.

À professora Lúcia pelo esforço de tornar esse Mestrado cada dia melhor, fazendo dos PADR realmente um segundo Lar.

Aos professores que dividiram conosco os seus conhecimentos.

A todos os meus colegas de turma (Ano 2010) que tornaram esses dois anos mais leves.  
E saudades daquele que não teve a oportunidade de seguir conosco até o fim.

Às minhas amigas, Dani, Priscila e Renata, pelas milhares de conversas e desabaços, pelo  
companheirismo sempre presente, por existirem e fazerem parte da minha história.

Ao colega Bruno Cardoso pela disposição em ajudar na elaboração dos mapas.

A Eliane da copa e a Mário por tornarem o nosso ambiente de trabalho mais organizado.



## **RESUMO**

Este trabalho se propõe a analisar os impactos das atividades de confecções do município de Santa Cruz do Capibaribe em sua zona rural, especificamente na vila Magana. Na área rural, é possível observar de maneira mais clara os efeitos do chamado rurbanismo e as consequências geradas pela pluriatividade. Esses dois pontos são a base de estudo do chamado Novo Rural Brasileiro que juntamente com os conceitos e as vertentes do rural e urbano formam o referencial teórico. O objeto deste estudo está situado no Agreste Pernambucano, que é foco de muitos estudos, justamente por seu entrave natural ao desenvolvimento, principalmente, das atividades agropecuárias, o que se torna um fator para o aparecimento da pluriatividade. A metodologia baseou-se em um Estudo de Caso cujas unidades de análise são onze famílias da vila com abordagem predominantemente qualitativa. Verificamos que a confecção é desenvolvida pelo retorno financeiro e a agropecuária é praticada induzida pelo prazer e cultura. Concluímos que a pluriatividade trouxe benefícios para a localidade como: incentivo a educação dos filhos (não com exclusividade); mudança na responsabilidade pela manutenção da família, passando a ser compartilhada com a dona da casa; possibilitou, de modo geral, um aumento da renda total das famílias entrevistadas; possibilitou acesso a bens de consumo duráveis e não duráveis que antes não era possível; e um certo grau de rurbanização na localidade.

**Palavras-chave:** Confecções, Novo Rural, Rurbanismo e Pluriatividade

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the impact of clothing manufacturing to the city of Santa Cruz do Capibaribe the rural area of the city, more specifically the community of Magana. In this area, it is possible to clearly observe the effects of so-called rurban and the consequences of the pluriactivity. These two points are the basis of the study of the so-called New Brazilian Rural that, together with the concepts and aspects of the rural and urban, from the theoretical background. Our object of study is located in the rural (Agreste) of Pernambuco that is the focus of many studies, precisely because of its natural barrier mainly to the development of agricultural activities that becomes an importat factor in the development of the pluriactivity. The methodology was based on a case study in which the unit of analysis is some families in the community. Our collection of data was divided into two steps and data analysis was done with the help of a spreadsheet for analyzing both qualitative and quantitative data. We observe the effects of so-called rurban and pluriactivity. The methodology was predominantly qualitative; it was based on a case study with eleven families from the village. We asserted that the clothing manufacturing was motivated by financial reasons and that the agropecuary was inducted by leisure and cultural aspects. We conclude that the pluriactivity brought benefits to the local community like: encouragemnt to children education (not exclusively); changes in the families financial obligations, which is now shared with the housewife; in general terms, it resulted in an increase in the total income of the families that we interviewed; it provided access to consumer goods which were previously inaccessible to these families; a certain degree of rurbanization in the area.

Keywords: Confection, New Rural, Rurban and Pluriactivity

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 Distribuição das populações Urbana e Rural no Brasil.....	36
Tabela 2 Evolução da população em Santa Cruz do Capibaribe .....	51
Tabela 3 Evolução da população rural de Santa Cruz do Capibaribe (1970 - 2010) .....	60
Tabela 4 Uso do solo rural em Santa Cruz do Capibaribe .....	60
Tabela 5 Evolução dos principais rebanhos em Santa Cruz do Capibaribe.....	61
Tabela 6 Idade dos componentes familiares .....	103
Tabela 7 Quantidade de filhos .....	103
Tabela 8 Trajetória dos que já trabalharam com confecção .....	108
Tabela 9 Exercício da atividade de confecção pelos membros da das famílias.....	109
Tabela 10 Percentual de quem exerce a atividade de confecção nas famílias.....	110
Tabela 11 Facção X Confecção Própria .....	110
Tabela 12 Etapas do processo de confecção .....	111
Tabela 13 Motivações quanto a escolha entre confecção e agropecuária.....	111
Tabela 14 Poder de decisão para exercer a atividade de confecção .....	112
Tabela 15 De quem parte a escolha da atividade a se exercer.....	113
Tabela 16 Culturas desenvolvidas nas propriedades.....	113
Tabela 17 Animais criados nas propriedades .....	114
Tabela 18 Intensidade do trabalho com confecção mês/ano.....	115
Tabela 19 Resumo da Freqüência de intensidade de trabalho relacionada aos meses do ano .	115
Tabela 20 Intensidade de trabalho das famílias .....	116
Tabela 21 Composição da Renda Familiar mensal.....	117
Tabela 22 Destino da produção agropecuária .....	118
Tabela 23 Bens de consumo duráveis.....	118

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 Evolução das correntes de pensamentos e autores sobre o rural x urbano .....	28
Quadro 2 A evolução das categorias do Urbano e Rural do IBGE para o Censo.....	30
Quadro 3 Tipos de países desenvolvidos e suas áreas rurais e urbanas de acordo com a OCDE.	34
Quadro 4 Breve resumo da evolução da atividade de confecção no município de Santa Cruz do Capibaribe .....	57
Quadro 5 Estrutura para coleta dos dados por objetivo específico. ....	72
Quadro 6 Modelo de planilha para a análise das questões qualitativas .....	75
Quadro 7 Grau de Escolaridade .....	104
Quadro 8 Atividades Desempenhadas.....	105
Quadro 9 Residente na Vila .....	106
Quadro 10 Início da atividade de confecção.....	107
Quadro 11 Motivo da continuidade da atividade de confecção .....	109
Quadro 12 Mudanças no Estilo de Vida .....	119
Quadro 13 Mudanças de hábitos após a Confecção.....	120
Quadro 14 Capacidade de Investimento .....	121
Quadro 15 Mudanças Estruturais .....	122
Quadro 16 Aceitação da Nova Atividade na Área Rural .....	123
Quadro 17 Significado da Agricultura .....	123
Quadro 18 Perspectiva da Agricultura .....	124
Quadro 19 Sentido da Confecção .....	125
Quadro 20 Perspectiva da Confecção .....	126

## **Lista de Figuras**

Figura 1 Representação do Novo Rural .....	41
Figura 2 Localização do Município de Santa Cruz no Estado de Pernambuco.....	49
Figura 3 Evolução da Renda Per Capita.....	50
Figura 4 Evolução da População de Santa Cruz do Capibaribe .....	51
Figura 5 Polo de Confecções do Agreste Pernambucano .....	53
Figura 6 Movimento da população rural de acordo com a atividade.....	58
Figura 7 Evolução da População Rural .....	60
Figura 8 Localização da vila Magana em relação ao centro urbano do município .....	62
Figura 9 Primeiras casas da vila Magana .....	63
Figura 10 Escola da Vila Magana.....	63
Figura 11 Representação da estrutura utilizada para a pecuária na vila.....	64
Figura 12 Representação de locais de trabalho nas unidades de confecção na vila .....	65
Figura 13 Vila Magana.....	66
Figura 14 Triangulação do método qualitativo aplicado ao caso em estudo .....	71
Figura 15 Etapas da coleta e análise de dados. ....	72
Figura 16 Modelo de Análise de Conteúdo (Baseado em FRANCO, 2008 e BARDIN, 1977).....	74
Figura 17 Modelo Metodológico Geral do Trabalho.....	76
Figura 18 Quem exerce a atividade de confecção na propriedade .....	110
Figura 19 Animais criados nas propriedades .....	114
Figura 20 Frequência de trabalho de confecção relacionado aos meses do ano. ....	116
Figura 21 Comparação da renda proveniente da confecção e da Agropecuária.....	117

## **Lista de Apêndices**

Apêndice 1 Folha dos participantes da 1ª etapa da coleta de campo.....	99
Apêndice 2 Perguntas da primeira etapa da pesquisa de campo.....	100
Apêndice 3 Questionário entrevista com os grupos 1 e 2 .....	101
Apêndice 4 Questionário de entrevista com o grupo 3 .....	102
Apêndice 5 Figuras, Quadros e Tabelas referentes ao capítulo 4 – sub-ítem 4.1 Transformações no modo de viver das famílias .....	103
Apêndice 6 Figuras, Quadros e Tabelas referentes ao capítulo 4 – sub-ítem 4.2 Traços de Rurbanização e de Pluriatividade.....	122

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	I
RESUMO .....	III
ABSTRACT.....	IV
Lista de Tabelas.....	V
Lista de Quadros .....	VI
Lista de Figuras.....	VII
Lista de Apêndices .....	VIII
INTRODUÇÃO .....	18
<b>OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>21</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....</b>	<b>21</b>
1. REVISÃO DE LITERATURA .....	22
<b>1.1 O RURAL E O URBANO UMA COMPREENSÃO EM EVOLUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
1.1.1 A compreensão a partir das vertentes.....	25
1.1.2 As discussões no Brasil.....	28
<b>1.1.2.1 Perímetro urbano .....</b>	<b>32</b>
1.1.3 Definições no mundo .....	33
1.1.4 Urbanização .....	35
<b>1.2 AS NOVAS PERCEPÇÕES DA REALIDADE: RURBANISMO, NOVO RURAL E PLURIATIVIDADE .....</b>	<b>38</b>
1.2.1 Rurbanismo .....	38
1.2.2 Novo Rural.....	40
<b>1.2.2.1 Pluriatividade .....</b>	<b>44</b>
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO .....	49
<b>2.1 Santa Cruz do Capibaribe.....</b>	<b>49</b>
<b>2.2 As origens da Confeção no Agreste Pernambucano.....</b>	<b>51</b>
<b>2.3 As Origens das Atividades de Confeção em Santa Cruz do Capibaribe .....</b>	<b>53</b>

2.4 As atividades não agrícolas nas áreas rurais .....	59
2.5 A Vila Magana.....	61
2.5.1 Histórico da Vila Magana .....	62
3. METODOLOGIA .....	67
3.1 MÉTODO .....	67
3.2 TIPO DE PESQUISA .....	67
3.3 A ABRANGÊNCIA DO ESTUDO .....	68
3.4 UNIDADE DE ANÁLISE.....	69
3.5 COLETA DE DADOS .....	70
3.6 ANÁLISE DE DADOS .....	73
3.6.1 Análise dos dados quantitativos .....	73
3.6.2 Análise dos dados qualitativos.....	73
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	77
4.1 Transformações no Modo de Viver das Famílias.....	77
4.1.1 Perfil familiar geral.....	77
4.1.1.1 Perfil familiar.....	77
4.1.2 Perfil Socioeconomico.....	79
4.1.2.1 Produção .....	79
4.1.2.2 Renda .....	80
4.1.2.3 Consumo e Estilo de Vida .....	81
4.1.2.4 Poupança e Investimento.....	82
4.2 Traços de Rurbanização e de Pluriatividade.....	83
4.2.1 Características da rurbanização .....	83
4.2.2 Características da pluriatividade local .....	84
CONCLUSÃO .....	88
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE .....	99



ANEXOS ..... 127

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar as transformações na produção e no consumo, bem como os traços de rurbanização e pluriatividade em unidades familiares da vila Magana no município de Santa Cruz do Capibaribe, PE. A temática abordada é: a Indústria de confecção e as perspectivas Rurbanas no Agreste de Pernambuco.

A atividade de confecção no município de Santa Cruz do Capibaribe surgiu primeiramente em decorrência da pecuarização, o que ocasionou a liberação da mão de obra que passou a ficar desocupada e sem condições de sobrevivência (MELO, 1980 apud XAVIER, 2006).

Como a atividade de costurar já fazia parte da rotina dos moradores que vendiam as peças feitas de retalhos em feiras livres, a população do campo passou a deslocar-se para o centro urbano a fim de ter também rendimento nessa atividade (XAVIER, 2006).

A atividade começou a expandir-se e cada vez mais o centro da cidade atraía moradores, não só da área rural, mas também dos municípios vizinhos. Com o tempo, o êxodo rural diminuiu e as pessoas do campo passaram a permanecer em suas terras (XAVIER, 2006; MARQUES, 2002). O que estaria ocorrendo, então?

Para entender esse fenômeno nas áreas rurais torna-se necessário definir o que é rural e o que é urbano. Não há um consenso sobre essas definições, no Brasil e no mundo. Existem vertentes sobre o assunto, que surgiram em meados do século XIX, as quais propuseram a vertente dicotômica, discutida inicialmente por Marx e Weber, e posteriormente aprofundada por Lefebvre (1969). No final da década de 1920 surge outra vertente, a chamada de *continuum*, proposta por Sorokin, Zimmermann (1929) e Galpi (1930). As que vieram depois derivam dessa ideia são elas: a do Renascimento Rural, proposta por Kayser (década de 70); a do Novo Rural Brasileiro, apresentada por José Graziano da Silva (1999), e a da visão dos espaços com base em territorialidade, de José Eli da Veiga (1999).

O problema da definição do que é rural traz dificuldades para a aplicação de políticas públicas no país. Por esse motivo e pelo interesse em estudar o fenômeno que vem ocorrendo em áreas rurais, vários autores brasileiros tem-se interessado em discutir sobre o assunto e questionar a nossa normatização sobre o que é rural e o que é urbano no Brasil, já que em nossos Censos são consideradas área urbana até pequenos vilarejos, de acordo com a delimitação da Lei do Perímetro Urbano estabelecido por cada município.

Em alguns países como os Estados Unidos e França, a base para a delimitação desses espaços se dá com mais de um critério, como aquele sugerido pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1994). A utilização desse critério leva em consideração fatores como a densidade demográfica, que, quando comparado ao critério utilizado no Brasil, faz parecer que um país como a Bélgica possua um mesmo grau de urbanização que o nosso. Verifica-se, porém, uma grande disparidade na densidade demográfica, sendo a da Bélgica muito maior (mais de 16 vezes).

O presente projeto está baseado nas discussões geradas em torno da temática rural e urbano, suas delimitações e modificações no Brasil e no mundo, assim como a aplicabilidade dessas definições no município de Santa Cruz do Capibaribe a partir da industrialização ali ocorrida.

O estudo do Rurbanismo tem ganhado importância nos últimos anos. A visão original trazida para o Brasil por Gilberto Freyre, em 1982, de uma união harmônica entre o rural e o urbano é difícil de encontrar na realidade. Porém, a ideia da união (sem equilíbrio harmônico) das duas realidades é bastante atual. As áreas rurais tem se desenvolvido de uma maneira nova, isto é, por meio da pluriatividade, onde, além da agricultura se trabalha também com atividades tipicamente urbanas.

Segundo estudos de Graziano da Silva e outros autores sobre o novo rural, esse tipo de atividade tem proporcionado uma melhoria socioeconômica para as populações que antes dependiam apenas da agricultura, que não lhes davam condições de melhoria de vida. Por esse motivo acabavam por deixar suas casas em direção aos centros urbanos.

O município de Santa Cruz do Capibaribe é um dos principais do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano (MOUTINHO, 2010). A nova realidade decorrente da expansão da atividade de confecção nas áreas urbanas traz uma inversão da realidade nordestina, em que agora o rural passa a se urbanizar. A análise desse novo rural torna-se importante, um jeito novo de “fazer” o desenvolvimento de uma região que não conseguia sustentar-se apenas com a agropecuária.

Para este trabalho, realizamos um Estudo de Caso com a utilização de um questionário semi estruturado aplicado por meio de entrevistas. Para efetuar a análise utilizamos planilhas Excel tanto para os dados qualitativos como para os quantitativos.

Concluimos que o trabalho detecta transformações na produção e no consumo, bem como os traços de rurbanização e pluriatividade em unidades familiares da vila Magana no município de Santa Cruz do Capibaribe, PE.

Portanto, a pluriatividade trouxe benefícios sociais e econômicos para as famílias pesquisadas da localidade como: incentivo a educação dos filhos (não com exclusividade); mudança na responsabilidade pela manutenção da família, passando a ser compartilhada com a dona da casa; possibilitou, de modo geral, um aumento da renda total das famílias entrevistadas; propiciou acesso a bens de consumo duráveis e não duráveis que antes impossível; e um certo grau de rurbanização na localidade.

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar as transformações na produção e no consumo, bem como os traços de rurbanização e pluriatividade em unidades familiares da vila Magana no município de Santa Cruz do Capibaribe, PE.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar as transformações decorrentes das atividades de confecção no modo de viver das famílias no tocante à produção e ao consumo.
- Verificar traços particulares de rurbanização e pluriatividade nas unidades estudadas.

# 1. REVISÃO DE LITERATURA

## 1.1 O RURAL E O URBANO UMA COMPREENSÃO EM EVOLUÇÃO

Delimitar o rural do urbano não é tarefa fácil. Segundo vários autores, como José Graziano da Silva (1999), José Eli da Veiga (1999), Campanhola [2000], torna-se difícil devido à gama de visões que existem sobre esses conceitos. É preciso analisar sob várias óticas para se chegar à definição mais adequada do objeto em questão.

Chegar a um consenso que seja aceito em todas as partes do globo é difícil, já que as diferenças sócio espaciais precisam ser adequadas a cada realidade (REIS, 2006). Assim, segundo Siqueira e Osório [199-? p.70], “os limites à compreensão integral da realidade começam pela nossa percepção dela”.

Na Idade Média, uma discussão sobre esse assunto não era relevante. As cidades já existiam, mas era nos campos que predominava a população, ficando para as cidades apenas com a localização de centros comerciais e administrativos. Com as cidades-estado italianas, passou-se a dar importância às cidades, mas ainda predominava a população rural (ARRIGHI,1996 *apud* SIQUEIRA e OSÓRIO [199-?]).

Foi com a Revolução Industrial (século XVIII) que as pessoas começaram a se ocupar com novas atividades, que davam uma maior rentabilidade, porém ainda continuavam no campo, já que as indústrias precisavam ficar próximas das fontes de matérias-primas e porque era onde existia a “força” que movia as máquinas. Com a máquina a vapor, foi possível instalá-las nos centros urbanos (SIQUEIRA e OSÓRIO [199-?]).

Para autores clássicos como Marx e Weber (século XIX) e Kautsky (1898:1986), a dicotomia<sup>1</sup> urbano/rural significava duas realidades sociais diferentes: a primeira estava em ascensão e significava o novo, o progresso, e a rural era o declínio, “o velho”, “o atraso”. Essa dualidade procurava representar “as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII e não propriamente um corte geográfico” (SILVA, 1997, p.3).

Segundo Marx, em meados do século XIX a diferença entre campo e cidade começa quando se passa dos bárbaros para as civilizações, das tribos para o regime de

---

<sup>1</sup> Divisão de um conceito em duas partes, geralmente contrárias entre si em algum aspecto (Dicionário Didático Edições SM).

Estado [...] (MARQUES, 2002). Para ele, de acordo com seus manuscritos de 1857/58, a valorização do campo só se daria pela urbanização do mesmo, e que era necessário “arrancar grande parte da população do embrutecimento da vida no campo” (VEIGA 2003a, pág. 99 – 102).

E Marx (*apud* XAVIER, 2006, p.28) ainda afirmou que:

(...) a contradição entre campo e cidade é um motor do desenvolvimento histórico e deduz que o fundamento de toda divisão do trabalho, desenvolvida e processada através da troca de mercadoria, é a separação entre cidade e campo.

Conforme Marx e Engels, “a cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão” (RUA, 2005, p. 46).

Para Rua (2005, p.47 e 48), a própria origem da palavra cidade faz com que se chegue aos termos “burguês polido, político, educado cidadão”, já que a sua origem diversificada abrange os seguintes significados: “civis-civil-civilizado; urbs-urbano-urbanidade; polis-polido-educado-político; burg-burguês” Para o rural, a origem latina *rus, ruris*, é derivada de *rude*.

De acordo com Blume (2004, p. 17), o rural, para o senso comum, é o que não é urbano: mas precisamente, o rural é tradicional e significa atraso cultural, social e econômico. No meio acadêmico, essa discussão está associada a uma corrente de pensamento que o torna “objeto empírico de pesquisa”. Nas instituições de pesquisas, se se vincula a uma discussão empírico-normativa e para as instituições governamentais é um espaço físico.

Sorokin & Zimmermann (1929 *apud* REIS, 2006) criaram a perspectiva do *continuum*,<sup>2</sup> o rural se basearia nas características particulares de sua economia, ou seja, no rural estariam principalmente as atividades ligadas à agricultura, que seria o principal meio de vida dos moradores dessas localidades. Esses autores norte-americanos identificaram nove diferenças que caracterizariam o rural e que foram citadas por Blume (2004, p.31-32). São elas:

1. Ocupacionais: diferenças no envolvimento das atividades. No rural, desde jovens, as pessoas se ocupam com um único tipo de atividade, o cultivo e a coleta;

---

<sup>2</sup> Esta perspectiva será tratada no subitem 1.1.1 onde serão apresentadas as vertentes.

2. Ambientais: os rurais sofrem a influência direta do contato com a natureza e das condições climáticas;

3. Tamanho das vilas: correlação negativa entre tamanho da vila e pessoas ocupadas na agricultura;

4. Diferenças na densidade populacional: a rural é relativamente mais baixa do que a urbana, devido ao cultivo;

5. Diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade da população: as populações rurais tendem a adquirir características semelhantes por se envolverem com as mesmas funções, são mais homogêneas, pois não sofrem os problemas de uma intensiva divisão do trabalho;

6. Diferenças nas diferenciações, estratificação e complexidade social: os grupos rurais tendem a ser mais homogêneos, de menor complexidade e sem funções especializadas. O aglomerado rural apresenta uma estrutura simplificada;

7. Diferenças de mobilidade social: baixa mobilidade no território. No rural, os filhos seguem a ocupação dos pais;

8. Diferença na direção das migrações: unidirecional do campo (centro de produção de excedentes) para a cidade (centro de consumo de excedentes), salvo nos períodos de sinistros (epidemias, dentre outros);

9. Diferenças nos sistemas de integração social: os contatos pessoais estabelecidos entre os habitantes rurais são inferiores aos dos urbanos, devido à baixa mobilidade e à diversificação dos contatos, mas em contrapartida eles são mais densos e menos efêmeros.

Para Terluin, o conceito de rural está associado a um território com determinado as características (2003 *apud* KAGEYAMA, 2003, p. 2):

(...) uma unidade territorial com uma ou mais pequenas ou médias cidades circundadas por grandes áreas de espaço aberto, com uma economia regional compreendendo atividades agrícolas, industriais e de serviços e uma população com densidade relativamente baixa.

De acordo com Veiga (2003a), o rural é considerado o resíduo do urbano e também o local onde a população se dedica a atividades primárias. Para o autor, segundo as estatísticas, o rural está destinado a desaparecer.

Kageyama [2004?] avança na discussão e traz alguns pontos que parecem indiscutíveis sobre a definição do que é rural: a) rural não é sinônimo de nem tem



exclusividade sobre o agrícola; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa (o que pode mesmo constituir sua própria definição legal); d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas.

O rural não é um problema, nem está em declínio, e o urbano nem sempre significa que é o novo e o desenvolvido. Segundo Veiga (2004b), as áreas urbanas, as rurais e as intermediárias estão cada vez mais ligadas e dependentes umas das outras, de modo que os problemas que surgem em uma afetam as outras.

Conforme o mesmo autor é preciso acabar de uma vez com a ideia de que “rural é igual a agropecuário”, pois nenhuma atividade primária se desenvolve sem que juntamente com ela surjam outras atividades dos outros setores, como por exemplo, serviços de transporte e comércio (VEIGA, 2003b).

Os estudos sobre a temática resultaram em várias vertentes e definições de termos. Uma análise mais profunda leva a três apreciações: a evolução da vertente dicotômica, a do *continuum* e suas variações já citadas, e as definições de rural e urbano utilizadas hoje no Brasil e no mundo.

### **1.1.1 A compreensão a partir das vertentes**

Afinal, o que seria rural e urbano? Como foi visto anteriormente, esse questionamento levou ao surgimento de três vertentes. Na primeira vertente, o rural e o urbano são considerados opostos e com a tendência do domínio do urbano sobre o rural, como sugeriu Marx (séc. XIX) mas que segundo Veiga (2006) foi Lefebvre (1969) quem tratou de forma mais adequado o assunto nos últimos tempos. Na segunda, eles seriam considerados um *continuum*, como foi proposto por Sorokin e Zimmermann (1929), e na terceira, sugerida por Kayser (1990), é que estaria acontecendo um renascimento do rural. Para analisar os estudos de Lefebvre *versus* Kayser, segundo Veiga (2006, p.341), deve-se levar em consideração a questão dialética, em que o propósito é lidar com a totalidade, “a unidade dos contrários”.

Henri Lefebvre (2002) analisa a questão urbana *versus* a questão rural como situações antagônicas e, nesse tipo de contradição, uma delas tende a eliminar a outra. Depois de invertida a dominação, surge uma fase qualitativamente nova (VEIGA, 2006, p.342).

A redução do rural ao agrário reforçou a vertente de Lefebvre ao pensar como contradição o antagonismo entre o rural e o urbano. Os que são contra essa vertente explicam que o que ocorre são “meras anomalias passageiras de um processo mais demorado de desaparecimento da ruralidade” (VEIGA, 2006, p. 343).

Três historiadores, Georges Duby (1973), Jacques Le Goff (1992) e Carlo M. Cipolla (1993), analisaram que o fim da predominância do rural sobre o urbano ocorreu nas últimas décadas do século XII. Se for analisada essa situação como uma contradição antagônica, “a tendência será a de supor que o polo constituído pela ruralidade acabará por ser eliminado pelo urbano, mesmo que isso venha há exigir muitos anos (VEIGA, 2006, p.342).

Na segunda vertente, a do *continuum*, foi sugerida por Sorokin & Zimmermann (1929), já citados e para Galpin (1930). Tal vertente, de acordo com Reis (2006, p.4), sugere ainda uma ideia dualista, porém, considera urbano e rural como “polos extremos em uma escala de gradação” com fortes diferenças. Essa ideia foi retomada por Redfield (1947), que verificou uma maior relação entre o rural e o urbano. Dessa forma, as diferenças foram amenizadas (REIS, 2006).

No final da década de 1970, no Brasil, Solari (1979 *apud* LINDNER *et al.* 2009) enfatizou que é preciso ter cuidado com essa ideia de *continuum*, pois a mesma precisa ser refletida, já que existe diferenciação no desenvolvimento, dependem do lugar do mundo. É preciso fazer uma distinção entre as áreas rurais dos países desenvolvidos, e as áreas rurais dos subdesenvolvidos, pois nos primeiros existe uma tendência maior ao processo de urbanização nesse meio. Há que considerar que essa é uma tendência geral, uma vez que pertence à segunda vertente que, mesmo o país sendo considerado subdesenvolvido, nele há áreas ou regiões que se aproximam das dos países desenvolvidos.

Uma contribuição importante foi dada por Mormont e Remy (1989 *apud* BIAZZO, 2008), ao ressaltarem sua opção pela ideia de localidade, onde o rural e o urbano são considerados espaços: “O rural e urbano são qualidades das relações sociais e, por isso, trata-se rural e urbano no local e, não, ‘um local como rural ou urbano’” (BIAZZO, 2008, p. 8). Essa ideia também foi complementada por Carneiro (1998 *apud* RUA, 2005, p. 51), quando diz que o rural é “uma categoria social e não um recorte espacial”

A terceira vertente, a do Renascimento Rural, foi proposta pelo geógrafo e sociólogo francês Bernard Kayser, que partiu da observação das tendências demográficas

dos espaços rurais ocorridas na década de 1970 nos países industriais, quando, após um longo período em declínio, voltaram a subir, o que os sociólogos e demógrafos americanos chamaram de “*retournement*” ou “*turnaround*”. Após várias análises do fenômeno em outros países, Kayser formulou uma vertente que sugere que a volta do crescimento rural é o resultado do que ocorreu com a sociedade, devido à modernização e ao seu enriquecimento (KAISER, 1990 apud VEIGA, 2006).

Kayser concluiu que “o ‘renascimento’, originalmente, foi uma vertente de um observador atento, junto das análises das ‘mutações’ contemporâneas registradas nos campos do mundo ocidental” (KAYSER, 1990 *apud* VEIGA, 2006, p.81), ou seja, na interpretação de urbano/rural eles seriam não antagônicos e sem eliminação de um dos polos, onde uma determinada área pode passar por um período mais urbano e depois voltar ao rural devido a circunstâncias locais.

Como é possível ver, o conceito do que é urbano e rural tem-se tornado cada vez mais difícil de definir, pois o que se entende como rural é um “*continuum*” do urbano, se leva em consideração o aspecto espacial. Porém, considerando as atividades desenvolvidas, não se pode mais limitar a agricultura ao meio rural e a atividade industrial ao meio urbano (SILVA, 1997).

Uma visão mais profunda e aproximada da real situação iria melhorar as políticas públicas federais, estaduais e municipais destinadas às áreas rurais, já que, o que é usado, nos dias atuais baseia-se na realidade urbana que chega ao rural, e não é focado no rural para o rural (PINTO, 2006; VEIGA, 2003a).

Essa é uma das percepções de autores brasileiros quando observam a nossa realidade. Esse campo de observação será mais bem tratado na seção subsequente 1.1.2.

**Quadro 1 Evolução das correntes de pensamentos e autores sobre o rural x urbano**

<b>PERSPECTIVA/MODELO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ANO</b>
<b>Dicotômica</b>	MARX E WEBER; FERDINAND TÖNNIES; LEFEBVRE	Século XIX; após 1865; 1969
<i>Continuum</i>	SOROKIN e ZIMMERMANN; GALPIN; REDFIELD	1929 – 1930; 1947
<b>Renascimento rural</b>	KAYSER	Década de 70
<b>Novo rural brasileiro</b>	JOSÉ GRAZIANO DA SILVA	Final dos anos 90
<b>Análise territorial</b>	JOSÉ ELI DA VEIGA	Final dos anos 90
<b>Contribuição de outros autores</b>	SOLARI; MORMONT e REMY; CARNEIRO e WANDERLEY; TERLUIN; KAGEYAMA; dentre outros	1979; 1989; 1998; 2003; 2004.

**Elaborada pela autora.**

**Fonte: Dados da pesquisa**

### **1.1.2 As discussões no Brasil**

No Brasil, inicialmente não havia o pensamento da diferenciação entre rural e urbano por se tratar de uma local de exploração da coroa portuguesa. Os núcleos urbanos ou vilas, como foi Olinda na primeira metade do século XVI, seriam pontos de partida para a interiorização (ANDRADE, 1993), iniciando aqui uma pequena diferenciação entre o rural e o urbano.

Ainda segundo Blume (2004, p. 65), os espaços mais tarde determinados como cidade, só passaram a ganhar um significado diferente quando a Família Real se instalou no Rio de Janeiro em 1808, e “devido à ascensão administrativa, a cidade ganhou autonomia e passou a se configurar em um espaço diferenciado ao campo”. Logo, viver na cidade significava ser refinado, civilizado, e essa concepção vai consolidando a ideia de que “quanto mais urbana fosse a população, mais ‘moderna’ seria a sociedade que a abriga” (BLUME, 2004, p. 65).

As definições de rural e urbano utilizadas no Brasil foram determinadas no governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), por meio do decreto-lei 311/38, de 2 de março de 1938, o qual define que são urbanas as sedes de município (cidade) e de distritos (vila), independentemente de suas características estruturais ou funcionais, e o restante do território é rural. Segundo PINTO (2006, p.2), a área urbana é “caracterizada por construções, ruas e com intensa ocupação humana, bem como as áreas que sofreram modificações decorrentes do desenvolvimento urbano”.

Para Veiga [2001, p.2], tais definições se devem ao “caráter centralizado e monolítico do Estado brasileiro”. Para esse autor (2004b, p.5), tal definição é

“estritamente administrativa”, o que dificulta a identificação correta de cada área, já que não leva em consideração outros critérios bastante significativos para esse corte, como, por exemplo, a densidade demográfica.

Em um balanço feito no início dos anos 1980 a geógrafa Lysia Bernardes afirma:

(...) uniformização implantada – consagrada posteriormente pelos políticos, pois “elevava” à condição de urbana, localidades as mais insignificantes – veio a se tornar o maior entrave para qualquer categorização que se pretende implantar... (VEIGA, [2000], p.2).

O interesse quanto à definição desses conceitos no Brasil começou a partir da década de 1980, devido à urbanização do campo e ao surgimento de outras atividades naquela localidade. Há, inclusive, diferentes entendimentos entre as diversas entidades estatais.

Para o INCRA, a definição de rural e urbano de uma propriedade vai depender da sua função “e não a sua localização geográfica”. Para as prefeituras, a definição é baseada na “situação geográfica” (PINTO *et al.* 2006, p.2).

Já o IBGE utiliza uma concepção normativa em que:

(...) o espaço é compreendido empiricamente como fonte de dados e indicadores estatísticos, onde, sob insígnia desses critérios, são demarcadas as fronteiras entre rural e urbano e se estabelece a contagem populacional (XAVIER, 2006, p.31).

Segundo Veiga (2003a, p.31), a regra de que urbano é “toda sede de município e distritos”, independentemente das características que possuam, únicas no mundo, mas existem outros quatro países que ainda mantêm uma divisão “inframunicipal e administrativa entre espaço rural e urbano”, que são: El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana. Como é possível observar nenhum desses países está entre os desenvolvidos. Eles utilizam “patamares populacionais” para essa identificação.

Ao longo dos anos o IBGE foi tentando diminuir os problemas inerentes a essa divisão e a cada Censo Demográfico criou categorias para tentar minimizar o problema, conforme se pode ver no quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 A evolução das categorias do Urbano e Rural do IBGE para o Censo**

Ano do Censo	Categorias Urbano X Rural
1980	Urbana: Pessoas e domicílios nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas. <sup>3</sup>
	Rural: Pessoas e domicílios fora dessa área, inclusive os aglomerados rurais (povoados, Arraiais, etc.).
1991	Urbana: Pessoas e domicílios em áreas urbanizadas, cidades, vilas e urbanas isoladas. Acrescentou três cortes: urbano urbanizado, <sup>4</sup> urbano não-urbanizado <sup>5</sup> e urbana isolada.
	Rural: Pessoas e domicílios em áreas fora dos limites urbano, incluindo aglomerados rurais de extensão urbana, <sup>6</sup> os povoados e os núcleos. <sup>7</sup> Acrescentou três cortes: Rural extensão do urbano, rural isolado e rural exclusivo.
Após 1991	Urbana: Áreas urbanizadas, áreas não urbanizadas, áreas urbanas isoladas.
	Rural: Aglomerados rurais do tipo extensão urbana, povoado ou aglomerado rural isolado, <sup>8</sup> núcleo e outros aglomerados.
2000	Urbana: Áreas urbanizadas de cidades ou vilas; áreas não-urbanizadas de cidades e vilas e áreas urbanas isoladas. Rural: Aglomerados rurais do tipo extensão urbana, <sup>9</sup> povoado ou aglomerado rural isolado, núcleo e outros aglomerados. <sup>10</sup>
2010	Os estratos foram definidos considerando-se a situação urbana e rural. Com classes de tamanho: >70.000 habitantes = Rural 70.000<x<500.000 habitantes >500.000 habitantes = Urbana Com exceção de terras indígenas e domicílios com mais de 10 moradores.

Elaborado pela autora, 2011

Fontes: IBGE, Xavier, 2006, p. 33 e Silva, 1997, p. 23.

Verificamos uma evolução na intenção de atender as diferenças que surgem para uma melhor compreensão de cada localidade.

<sup>3</sup> “(...) áreas definidas por lei municipal, e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal” (IBGE, 2000, v.7).

<sup>4</sup> “São aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana” (IBGE, 2000, v.7).

<sup>5</sup> “são aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural” (IBGE, 2000, v.7).

<sup>6</sup> “São os assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir da expansão de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua expansão” (IBGE, 2000, v.7).

<sup>7</sup> “É o aglomerado rural isolado vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.) dispendo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados (IBGE, 2000, v.7).

<sup>8</sup> “É o aglomerado rural isolado que corresponde aos aglomerados sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculados a um único proprietário do solo (...) cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias, terciárias ou, mesmo, secundárias, no próprio aglomerado ou fora dele” (IBGE, 2000, v.7).

<sup>9</sup> “Por constituírem uma simples extensão da área efetivamente urbanizada, atribui-se, por definição, caráter urbano aos aglomerados rurais deste tipo” (IBGE, 2000, v.7).

<sup>10</sup> “são os aglomerados que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.)” (IBGE, 2000, v.7).

Para autores como José Eli da Veiga:

(...) a manutenção da anacrônica separação inframunicipal e administrativa dos espaços rurais e urbanos oficiais força que os estudos sobre o Brasil rural se restrinjam aos 32 milhões de habitantes que residem fora dos perímetros que as câmaras municipais consideram urbanos (VEIGA, ANPEC, 2001, *apud* XAVIER, 2006, p. 34).

No Brasil, a evolução da discussão, segundo Blume (2004), fez surgir três perspectivas sobre o espaço urbano e rural. A primeira é a perspectiva de Graziano da Silva, que destaca a urbanização completa do rural<sup>11</sup> devido aos critérios utilizados no país e cria uma nova visão do nosso rural, chamado Novo Rural Brasileiro,<sup>12</sup> com uma perspectiva rurbana. Essa sugestão baseia-se na ideia do *continuum*.

Outra visão é a das autoras Maria de Nazareth Wanderley e Maria José Carneiro, que questionam a ideia da redenção do rural diante das “pressões do universo urbano” (BLUME, 2004, p.19). O rural permaneceria “como uma forma cultural manifestada pela existência das ruralidades” (BLUME, 2004, p.37). Carneiro (1998 *apud* BLUME, 2004) enfatiza as ocupações não agrícolas e a pluriatividade das regiões rurais do país.

Para Carneiro (1998 *apud* BLUME, p. 40):

(...) não há como negar que atualmente existe uma maior aproximação entre os dois ambientes culturais. No entanto esta integração não leva necessariamente a uma mudança generalizada da identidade local dos habitantes rurais(...) Assim, ao invés de uma homogeneização que descaracterizaria as identidades socioculturais dos indivíduos, a aproximação realçaria as especificações do rural, no sentido de uma reestruturação das identidades e um fortalecimento da ruralidade.

Por último, a abordagem inovadora no contexto brasileiro, sugerida por José Eli da Veiga e também estudada por Ricardo Abramovay, que sugere a análise do rural sob uma ótica territorial a qual estaria baseada na “valorização do espaço como determinante e determinador de uma formação social”, onde é possível que uma área rural se desenvolva sem que necessariamente se torne não rural (BLUME, 2004, p.37 e 43).

Com a intenção de distinguir o que é rural do que é urbano, as delimitações foram evoluindo. Era hábito que rústicas sedes de freguesias (a mais antiga unidade territorial

---

<sup>11</sup> De acordo com Blume (2004), essa é uma visão definida pelo autor, mas segundo citação do mesmo sobre uma perspectiva rurbana do autor Graziano, o que não significa uma rurbanização completa, mas a união do rural com o urbano. Esse termo será tratado mais detalhadamente no próximo capítulo.

<sup>12</sup> Esse tema será tratado no próximo capítulo.

brasileira) fossem elevadas à categoria de vila ou até mesmo cidade, ou surgiam sem que existisse a freguesia: “E os limites geográficos de sua jurisdição eram demarcados pelos limites das freguesias, desde que se tratasse de espaço com ocupação consolidada” (VEIGA, 2003a, p. 63-66). Desde 2000 passou-se a ter a chamada Lei do perímetro urbano para atender a essa delimitação.

### ***1.1.2.1 Perímetro urbano***

Na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como “Estatuto da Cidade” a delimitação do Perímetro Urbano cabe às prefeituras ela serve para fazer a delimitação do que é urbano (cidade) do não urbano (rural). Essa lei destina-se a conduzir a gestão urbana, a área onde será cobrado o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Para Veiga (2003a, p.37), os critérios que influenciaram na divisão dos territórios não é resultado “das reais necessidades do crescimento econômico moderno”, já que a utilizada foi herdada “de um período em que as atividades primárias ainda dominavam o sistema econômico” Segundo esse autor o aumento desse perímetro provavelmente se deve ao interesse em aumentar a arrecadação de IPTU. Conforme Abramovay (1999 *apud* BLUME, 2004, p. 80):

Estas áreas rurais passam a ser concebidas como uma reserva de tributos públicos, prontas a serem incorporadas ao perímetro urbano e fazerem parte da cidade por serem ‘muito mais importantes os objetivos fiscais do que qualquer aspecto social, econômico, cultural, geográfico ou ambiental.

Logo, para Reis (2006), com o “espraçamento” do urbano sobre o rural, torna-se cada vez mais difícil delimitar um do outro. Por esse motivo, o Perímetro Urbano se torna uma delimitação que não exprime a realidade sócio espacial. Se a tendência do mesmo é cada vez mais aumentar, conseqüentemente, o rural tende a diminuir, o que o tornará apenas um resíduo territorial (BLUME, 2004, p. 21), ou, como sugere Graziano, o rural desaparecerá!

A importância de definições corretas para rural e urbano no Brasil advém da necessidade de quatro pontos citados por Blume (2004), que são: 1) a norma atual desfavorece o planejamento das políticas públicas; 2) é difícil fazer comparações com outros países por não apresentarem os mesmos critérios; 3) como o perímetro urbano é muito inconstante, fica difícil para os estudiosos se basearem nas informações; e 4) a



atual delimitação não exprime a realidade do urbano como do rural, por esse motivo não se consegue ver claramente as dinâmicas que estão ocorrendo.

A preocupação com a divisão correta do que é urbano e rural não ocorre apenas no Brasil. Segundo Xavier (2006), em outros países têm-se criado também denominações para tentar atender as diferenças que surgem nesses meios.

### 1.1.3 Definições no mundo

Na França, o *Institut National de la Statistique et de les Études Économiques* (INSEE) criou uma categoria para as vilas que se situam ao redor das cidades – “periurbanos”. De acordo com Blume (2004), em 1996, a França criou quatro categorias de rural para suplantam as dificuldades existentes com a lei que estava em vigor desde 1856, que classificava como rurais localidades com menos de 2.000 habitantes. Essa nova visão rompe o sentido de dicotomia, mas sem tirar as características dessas áreas. São eles: Rural, Polos rurais, Periferias dos Polos Rurais e Rural isolado.<sup>13</sup>

Na Itália, o *Instituto Nazionale di Statistica* (ISTAT) estabeleceu quatro categorias: rural, semi rural, semi urbano e urbano. Já a ONU (Organização das Nações Unidas) sugere que sejam consideradas urbanas as localidades onde haja mais de vinte mil habitantes. No Japão, a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) considera urbana a localidade que tem mais de 500 hab/km<sup>2</sup> (1994 *apud* VEIGA, [2000?]).

Pela análise dos Censos Demográficos de 2000 no Brasil e nos Estados Unidos, eles possuem respectivamente, 18,8% e 21% de população habitando os espaços rurais. Essa diferença se deve exatamente aos critérios utilizados nos cortes, pois o utilizado nos Estados Unidos (EUA) “foi sendo adequado às características do processo de urbanização da segunda metade do século XX” (VEIGA, 2004a, p.1), e o brasileiro *parou* (grifo nosso) no tempo, não acompanhando o crescimento e as diferenciações que surgiram.

Ao se comparar o percentual de urbanização do Brasil, 81,25% (Censo 2000) com o da Bélgica<sup>14</sup> (em 1996), de 81%, verifica-se que numericamente são praticamente iguais, porém, levando-se em consideração a densidade demográfica, a diferença é

---

<sup>13</sup> Para maiores detalhes ver o trabalho de Blume, 2004, p. 62.

<sup>14</sup> O critério utilizado na Bélgica foi o da OCDE.

enorme, pois no Brasil é de 19,9 hab/km<sup>2</sup> e da Bélgica é de 327,5 hab/km<sup>2</sup> (BLUME, 2004).

Um dado importante citado por Blume (2004) é que no Brasil a unidade de análise é o domicílio e onde ele está localizado. Já na Europa, “a unidade administrativa analisada como urbana ou rural tem como referência toda a unidade (burgos, cidades)”, logo, “a população é contada a partir da definição estabelecida para a unidade maior e não a partir de uma fração” (BLUME, 2004, p. 59).

Tem-se verificado muito mais adequados os métodos que utilizam os critérios de localização e densidade. Essa classificação foi adotada pela OCDE, EUA e França (VEIGA, 2003a, pág. 111 – 112). A que é adotada no Brasil é citada por Blume (2004) como muito simples, já que não utiliza outros critérios juntamente com o que já é usado, o que compromete os dados obtidos.

A relação da cidade com o campo mudou completamente na metade do século passado. Não como se imaginava, pois o que aconteceu foi a revalorização do espaço rural ante o urbano. A OCDE lançou, a partir de 1994, três novas categorias, em que se fundamenta como sendo localidades rurais as com menos de 150 hab/km<sup>2</sup>, “todos são compostos de espaços rurais e concentrações urbanas, mas em proporções diferentes”. A importância dessas novas categorias está em que elas identificaram os estilos de desenvolvimento mais importantes em cada região e se pode fazer comparações entre países (VEIGA 2003a, pág. 95 – 98). São elas:

- Essencialmente rurais: são as regiões com mais de 50% das localidades rurais;
- Relativamente rurais: são as que entre possuem de 15 a 50% das localidades rurais; e as
- Essencialmente urbanas: são as regiões nas quais menos de 15% são localidades rurais.

**Quadro 3 Tipos de países desenvolvidos e suas áreas rurais e urbanas de acordo com a OCDE**

<b>Tipos de países desenvolvidos/ Tipos de localidades</b>	<b>Fortemente Urbanizadas</b>	<b>Intermediárias</b>	<b>Fortemente Rurais</b>
Essencialmente urbanas	Mais de 30%		
Intermediárias (relativamente rurais)	30% a 50%	Cerca de 30%	Inferior a 20%
Essencialmente rurais	Menos de 20%	50% a 70%	Mais de 70%
Exemplos	Holanda, Bélgica, Reino Unido e Alemanha	França, Áustria, Suíça, Japão,	Austrália, Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia, Irlanda, Suécia e Noruega

**Elaborado pela autora.**

**Fonte: Veiga (2004b).**

A definição de rural que será utilizada neste trabalho é uma junção da ideia de *continuum*, com base nos estudos do Novo Rural Brasileiro, juntamente com a de rurbanismo.<sup>15</sup> O conceito de rural é: um local ou área onde se encontram mais características rurais do que urbanas, ou seja, as duas podem coexistir. É onde se encontra a atividade da agricultura, mas não exclusivamente, podendo haver outras atividades, mesmo que sejam não agrícolas, onde as famílias trabalham em qualquer atividade, ou até mesmo numa junção delas, independentemente da predominância de uma ou outra (pluriatividade).<sup>16</sup> O estilo de vida ainda é predominantemente rural, mesmo que com influências urbanas. A densidade é baixa e pode ou não ficar isolado dos centros urbanos.

Pode existir uma variação da intensidade da influência do rural, de modo que não atinja o equilíbrio da convivência entre as duas características e estilos, caso contrário, não mais será considerado mais como rural, mas como uma localidade Rurbana.

Para compreender também essa influência do urbano no meio rural, faz-se necessário o entendimento de urbanização, já que a urbanização também é um fator muito importante para se captar as mudanças ocorridas no meio rural.

#### **1.1.4 Urbanização**

No Brasil, na época em que a economia brasileira estava baseada na produção agroexportadora, verificou-se que a rede urbana estava concentrada em poucas grandes localizadas principalmente no litoral. No Nordeste mesmo com a “desconcentração da economia” no final do século XX e com a “interiorização da urbanização”, não houve grandes mudanças (XAVIER, 2006, p. 42).

Para Carneiro (1997 *apud* XAVIER, 2006), o exemplo do interior de Pernambuco que se verificou no trabalho realizado na década de 1980 mostrava uma precariedade nesse processo de urbanização, o que com o tempo se foi modificando, mesmo que diferentemente das outras regiões.

Constatou-se, no Censo 2000, no Brasil, que o grau de urbanização teria o absurdo percentual de 81,2% no total de 5.507 sedes de municípios. Nessa análise, até o

---

<sup>15</sup> Esse termo será tratado no item intitulado Rurbanismo, Novo Rural e Pluriatividade.

<sup>16</sup> O termo pluriatividade será estudado no item Agricultura Familiar e Pluriatividade.

extremo caso do município de União da Serra no Rio Grande do Sul, onde só foram encontrados 18 habitantes, a classificação dada a esse município foi de urbano (VEIGA, 2004a). Mesmo se se leva em consideração um critério simples utilizado por muitos estudiosos, que é considerar rurais municípios com menos de 20 mil habitantes, o Brasil ainda continuaria sendo 70% urbano (VEIGA, 2003a).

Porém, os primeiros resultados do Censo de 2010 mostram um Brasil 84,35% urbanizado, com 5.565 municípios. Verifica-se que os casos extremos continuam a ser considerados urbanos, ou seja, a “realidade urbana” brasileira ainda não condiz com a realidade vivida por vários brasileiros. Resta aos estudos sobre o Rural brasileiro apenas a população de 29.852.986 (15,65%) habitantes das áreas que ainda são consideradas rurais pelo Censo.

**Tabela 1 Distribuição das populações Urbana e Rural no Brasil**

<b>ANOS</b>	<b>POP. URBANA</b>	<b>POP. RURAL</b>	<b>Total Pop. Brasil</b>	<b>% Urbano</b>	<b>% Rural</b>
1940	12.880.182	28.356.133	41.236.315	31,24	68,76
1950	18.782.891	33.161.506	51.944.397	36,16	63,84
1960	31.303.034	38.767.423	70.070.457	44,67	55,33
1970	52.084.984	41.054.053	93.139.037	55,92	44,08
1980	80.436.409	38.566.297	119.002.706	67,59	32,41
1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475	75,59	24,41
1996	123.076.831	33.993.332	157.070.163	78,36	21,64
2000	137.925.238	31.947.618	169.872.856	81,19	18,81
2010	160.879.708	29.852.986	190.732.694	84,35	15,65

**Elaborado pela autora.**

**Fonte: Veiga [2001?] e IBGE (Censo histórico, Censo 2000 e Primeiros Resultados do Censo 2010).**

É preciso atentar para a seguinte questão: Como pode o Brasil estar cada vez mais urbano? Existem regiões rurais ou rurbanas<sup>17</sup> que estão atraindo as pessoas. Segundo Veiga (2001), dos 567 municípios rurbanos (dados de 2000), 249 exercem atração, assim como 1.109 dos 4.485 municípios rurais, ou seja, está ocorrendo uma nova tendência demográfica, relacionada com o crescimento econômico dessas regiões e seu desenvolvimento, que não pode ser simplesmente desprezadas pelas leis normativas brasileiras.

<sup>17</sup> Esse tema será tratado no sub capítulo 1.2.1

Neste trabalho, enfatizaremos o conceito e ideia do rural, foco dessa pesquisa, mas sem nunca deixar de expor sobre o urbano devido à sua “atual” interligação com o rural.

O rural aqui compreendido não é estático, sem movimento, como sugere o critério utilizado pelo IBGE.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Mesmo sem seguir a nossa definição, os dados utilizados neste capítulo basearam-se nos dados desse instituto, pois é essa a base que é oficialmente utilizada para as nossas políticas públicas voltadas para as áreas rurais.

## 1.2 AS NOVAS PERCEPÇÕES DA REALIDADE: RURBANISMO, NOVO RURAL E PLURIATIVIDADE

### 1.2.1 Rurbanismo

Frutos das transformações do rural e do urbano, alguns conceitos vêm sendo trabalhados com vista a uma maior compreensão da realidade.

O rurbano é um neologismo criado pelo sociólogo e antropólogo pernambucano Gilberto Freyre, no início da década de 1950. Tal terminologia seria um “conceito sociológico ou socioantropológico, que o torna também sociopolítico” (FREYRE, 1982, p. 35). Segundo Souza (2009), essa terminologia foi usada pela primeira vez na obra de Freyre intitulada, *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*, de 1945, mas só foi mais explanada no livro do mesmo autor *Rurbanização: Que é?*

Para o autor, rurbanização significa:

(...) um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma vivência regional – a do Nordeste, por exemplo, ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos (FREYRE, 1982, p. 57).

A ideia teve sua origem em Galpin. Na língua inglesa escreve-se *rurban*. Significaria uma “civilização íntegra, complexa, harmônica, em que o rural e o urbano formem uma terceira situação” (FREYRE, 1982, p.94).

A ideia foi tratada posteriormente pelo autor Lefebvre (1969 *apud* Marques, 2002), quando reivindicava uma vida onde se pudesse ter espaço para atividades criadoras, imaginárias, lúdicas, juntamente com as necessidades básicas que são socialmente elaboradas, supridas.

Para se entender melhor o pensamento do criador do termo Rurbano, é preciso voltar um pouco na história do nosso país, e mais especificamente do Nordeste.

O desenvolvimento econômico do Brasil baseou-se em três vetores: a monocultura, os latifúndios e escravatura o que resultou em “uma economia rural e exportadora de produtos tropicais” (FREYRE, 1982, p. 1), porém, essa economia, para se desenvolver, precisava de apoios mediante a cooperação de origens urbanas, logo era um desenvolvimento misto. Possuía, sim, suas bases rurais, mas começava a acrescentar

desde cedo, detalhes urbano, característica brasileira que começava a conciliar opostos que pareciam inconciliáveis (FREYRE, 1982).

Para Freyre (1982), as famílias patriarcais que viviam nas casas-grandes eram um exemplo dessa rurbanidade. Possuíam valores urbanos em seu modo de vida rural, pois em suas estadas, parte do ano, nas cidades, adquiriam valores e estilos urbanos, levando-os para as áreas rurais quando a elas retornavam. Porém, eles nunca esqueciam o seu orgulho pela sua ruralidade (FREYRE, 1982, p. 64).

Outro exemplo de rurbanização, segundo Freyre (1982), foi a cidade do Recife, no estado de Pernambuco, que no século XVII estava sob o comando do Conde Maurício de Nassau. Em sua empreitada para desenvolver a cidade, colocou, além de um Observatório Astronômico e sobrados de vários andares, muitas árvores por toda a cidade e um Jardim Botânico, e esse verde é justamente o impacto rural na cidade (urbana). Logo, “o Recife que projetou não seria convencionalmente só urbano porém transbordante de verdes e de viços rurais” (FREYRE, 1982, p. 36). Mesmo sem o sentido exato de rurbanização, a ideia estava na cabeça de Nassau, esse grande empreendedor.

Para entender que a rurbanização, ela não ocorre apenas em um único sentido, como os exemplos citados. Freyre (1982) cita outros que são importantes para um entendimento global da ideia. A rurbanidade estaria presente nas expressões do caráter do brasileiro, de personagens e heróis que são contadas por meio do humor, de anedotas e das festas. Pode-se dizer que há nessas expressões a predominância do urbano, mas sem nunca deixar de lado “as malícias do matuto ou a sabedoria do sertanejo” (FREYRE, 1982, p.5).

O sociólogo e antropólogo pernambucano salienta que a desarmonia entre o urbano e o rural é danosa, já que no meio rural essa degradação se dá principalmente nos recursos naturais, como rios, matas, florestas, etc. O prejuízo para o meio urbano consiste na “violenta” poluição dos ares e das águas (FREYRE, 1982, p. 2).

Freyre sugere que as populações que não têm como se desenvolver apenas com as atividades agrícolas e pecuárias, que continuem a viver de maneira “semi-rurais, ou antes, tornarem-se rurbanas pela sua permanência em meios predominantemente rurais onde exerçam atividades industriais” (FREYRE, 1982, p. 97). Porém, para isso é preciso que sejam oferecidas melhores condições a esses trabalhadores.

Segundo Campanhola *et al* ([200?], p. 10), o processo de desconcentração da população da Região Metropolitana da Grande São Paulo só foi viável “devido ao desenvolvimento das novas tecnologias no setor de telecomunicações e informática,

assim como a melhoria do sistema de transportes no estado – aspectos citados por Gilberto Freyre para que possa ocorrer a rurbanização.

A rurbanização é fruto da própria experiência brasileira, de toda a sua história de união dos opostos. É “uma situação intermediária entre a puramente rural e a exclusivamente urbana” (FREYRE, 1982, p.45). Segundo os pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco seria uma política social “que não se extreme, nem na urbanização nem na ruralização da vila”, fundamentada no equilíbrio de forma complementar e não antagônica (POR..., 1979, p.23).

Segundo Souza (2009), o termo rurbanização é utilizado atualmente para passar a ideia de “novo rural”, ideia sugerida por José Graziano da Silva (1997), em que significaria a urbanização do campo. Outra autora, Carneiro (1998 *apud* SOUZA, 2009, p. 2) utiliza a terminologia para “descrever o surgimento de novas identidades rurais frente à divulgação de valores urbanos pela vulgarização dos acessos aos meios de comunicação e transporte”.

Para Eli da Veiga (2001, p. 10), os municípios rurbanos são aqueles que têm entre 50 e 100 mil, ou menos de 50 mil, mas densidade superior a 80 hab/km<sup>2</sup>. Em seu estudo, Veiga relata que é muito mais frequente nos Estados nordestinos a incidência desse tipo de municípios, sendo que em Pernambuco há 45% de rurbanos.

Segundo Silva *et al.* (2002, p. 48), é preciso que haja “um aprofundamento das análises das diferentes categorias de áreas censitárias ‘intermediárias’ entre urbano e o rural exclusivo para verificar se de fato elas estão captando os fenômenos dessa nova ruralidade” proposta.

Foi com base nessa ideia de rurbanização que autores como Graziano da Silva, Campanhola e outros propuseram outra vertente: a do Novo Rural Brasileiro.

O rurbanismo é a base do estudo do novo rural, porém não é trabalhado na maioria dos textos que utilizam a ideia, o que leva a uma concepção errada do que é verdadeiramente rurbanos.

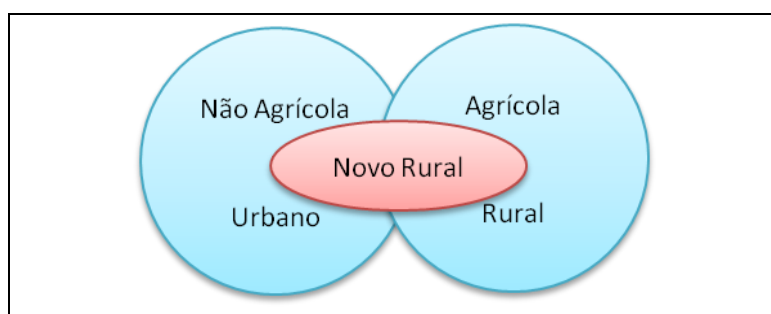
### **1.2.2 Novo Rural**

Segundo Veiga (2006), o nascimento de uma nova ruralidade é de caráter embriológico, e se verificou desde o início do século XX. Para entender esse processo de desenvolvimento rural não é preciso ir a algum país de primeiro mundo, já que aqui no



Brasil é possível ver o que o grande geógrafo e sociólogo francês Bernard Kayser chamou, com certo exagero, de “renascimento rural” (VEIGA 2003c).

É um equívoco chamar de renascimento, já que existem áreas que ainda estão se esvaziando (VEIGA, 2004b), e há pouca semelhança do que ocorreu quanto ao desenvolvimento de certas localidades com as relações que essas sociedades mantiveram no passado (VEIGA, 2006). Portanto, considera-se uma nova vertente, não concordante com as anteriores, a do Novo Rural Brasileiro. Ela significaria um casamento entre a cidade e o campo, em que “ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza” (VEIGA 2006, p.334).<sup>19</sup>



**Figura 1 Representação do Novo Rural**

**Fonte: Grossi e Silva, 2002, p. 6**

Segundo Silva et al (2002), o novo rural surgiu no país em meados dos anos 1980, fato que já ocorria nos países desenvolvidos. Essa terceira vertente é relatada por Veiga com a utilização das palavras de outro autor, Stephen Jay Gould, que em seu trabalho intitulado Confissões de um naturalista humanista (2003, p. 10-11), diz:

(...) todos nós desejamos, no nosso mundo espantosamente diverso, um espectro amplo de interações entre quase selvagem e o quase artificial, mas pessoalmente, busco meu ideal estético exatamente no meio, onde a atividade humana tocou de leve ou moldou uma paisagem, mas com tal respeito e integração que à primeira vista não se detectou nenhuma falha, nenhuma separação evidente... (VEIGA, 2006, p. 333).

Os autores relacionados com a temática em questão trabalham com a vertente de que as áreas rurais não mais podem mais ser consideradas **apenas** (destaque nosso) para as atividades agropecuárias. Para eles, o desenvolvimento dessas localidades seria alcançado se houvesse estímulos à criação de atividades não agrícolas, já que essas gerariam ocupação e renda para a população (SILVA, 1999).

<sup>19</sup> Fórmula sintética de Bertrand Hervieu e Jean Viard (2001).

Grossi e Silva (2002, p. 5) descrevem três grandes grupos de atividades que fazem parte dessa nova conformação do rural. São elas:

(...) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e por último um conjunto de ‘novas’ atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados.

As atividades agropecuárias são consideradas “novas” porque não tinha importância econômica, mas já existia no país.

Na Itália, segundo Veiga (2006, p. 335), existem evidências que comprovam a vertente dos três vetores da nova valorização da ruralidade: “Uma mutação histórica, simultaneamente econômica, social e antropológica”.

Uma mutação caracterizada pela morte da civilização camponesa e pela emergência, ainda confusa e indistinta, de uma nova cultura de corte urbano, que, por sua vez, perdeu suas antigas especificidades culturais para adequar-se aos modelos alienígenas da assim chamada sociedade de consumo (VEIGA 2006, p. 335).

Um estudo<sup>20</sup> realizado sobre a cidade de São Paulo por Campanhola, Graziano e Del Grossi [2000?], mostra que no período de 1996/99 a população rural cresceu mais que o dobro da urbana. Essa mesma tendência é verificada em todo o país.

Após a análise da PEA (População Economicamente Ativa) nesse estudo, no período 92/99, verificou-se também o aumento da população ocupada no meio rural, mas um dado importante é que essa ocupação é não agrícola fato que ocorre de modo semelhante em todo o País. Já as ocupações agrícolas sofreram uma redução, ou seja, está ocorrendo uma diminuição significativa na ocupação dos trabalhadores nos setores agrícolas em culturas que antes necessitavam de muita mão de obra (CAMPANHOLA *et al.* [2000?]). Começam a existir modificações na dinâmica do espaço rural (XAVIER, 2006).

Verifica-se que a população que antes trabalhava em atividades agrícolas agora esta passando a desempenhar atividades não agrícolas. Essa mudança pode indicar uma alteração dos paradigmas da agricultura familiar (CAMPANHOLA *et al.* [2000?]).

---

<sup>20</sup> Baseado nos dados das PNADs (Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios) e que faz parte do Projeto Rurbano (parte III).

Segundo Graziano da Silva (1997), outras importantes instituições internacionais insistem que para que, haja desenvolvimento rural, é preciso que se impulse “um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda as pessoas residentes no meio rural” (Silva, 1997, p. 26).

Um programa de pesquisa da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) mostrou que um dos motivos do ressurgimento do dinamismo nas zonas rurais dos países mais desenvolvidos se deve à diversificação das economias regionais. O que antes era “considerado ineficiente do ponto de vista setorial, agora é tido como um dos mais preciosos trunfos de desenvolvimento rural” (VEIGA, 2003a, p. 205).

É o caso dos estabelecimentos agrícolas constituídos pelo núcleo familiar e geralmente informal. Muitas das pequenas empresas que diversificam a economia local são do tipo familiar: “Além disso, uma necessidade objetiva incita essas famílias a também exercerem atividades externas à agropecuária, fazendo-as pluriativas” (VEIGA, 2003a, p. 206).

O Projeto BNDES/Cepal concluiu que a expansão produtiva gera três vezes mais empregos na agropecuária e quatro vezes mais no ramo de artigos de vestuário do que as empresas que tendem a se localizar nas áreas mais urbanas, contradizendo o que o senso comum provavelmente responderia (VEIGA, 2003a, pág. 212).

Com isso verifica-se que é preciso dar uma atenção especial a esse novo desenvolvimento do rural por meio das atividades não agrícolas. Para isso, é preciso que o poder público atue, porém tal reforma deve ser feita juntamente com cada vila, respeitando as suas características e individualidades (CAMPANHOLA *et al.* [2000?] p.10). É necessária uma estratégia que dê prioridade ao desenvolvimento social sem se restringir a “uma perspectiva estritamente econômica e setorial” (MARQUES, M. 2002, p.96).

Uma consequência dessa nova realidade, para o agricultor, é uma grande transformação, que é um grande desafio, pois é a “reconstrução de sua própria identidade profissional” (WANDERLEY, 2008, p. 106). A prática dessa nova atividade não agrícola, juntamente com a agropecuária já antes praticada, é chamada de pluriatividade e que tem-se tornado um novo jeito de desenvolvimento socioeconômico para o rural brasileiro.

### 1.2.2.1 Pluriatividade

Para o II PNRA (2003, p. 17), família pluriativa “é aquela onde ocorria a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas entre os componentes do mesmo domicílio”.

Devido ao fato de a atividade agropecuária ser insuficiente para garantir a renda familiar, os membros da família procuram trabalhos nas redondezas, trabalhos que sejam flexíveis para complementar essa renda. Tal ação ajuda a suavizar os problemas causados pelo desemprego “e estimulam comportamentos simultaneamente cooperativos e competitivos, muito imitado por outros agentes econômicos locais” (VEIGA, 2003a, pág. 206).

Essa situação de pluriatividade dos chamados camponeses já era relatada por Kautsky (1986, p. 149), quando dizia:

O fato de que a destruição da indústria camponesa de sustentação obriga o pequeno lavrador a procurar um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para sua subsistência, mas nenhum excedente negociável. O pequeno lavrador dispõe, de fato, do tempo necessário para realizar esse trabalho acessório, pois sua própria atividade agrícola exige dedicação total apenas em certos períodos do ano. Ele não cobre suas necessidades de dinheiro com a venda de seus produtos excedentes, mas com a venda de sua força de trabalho excedente.

Segundo Kautsky (1986), com a crise agrária que atinge a todos que desempenham a agricultura, a mudança de comportamento faz com que a atividade mais lucrativa ganhe prioridade na propriedade camponesa, o que gera a diminuição do trabalho executado pelos participantes da família na agricultura. As grandes economias domésticas voltadas para a agricultura começam a ruir, já que o desenvolvimento econômico influencia a economia doméstica, e a necessidade de dinheiro por parte do camponês cresce, para acompanhar as mudanças.

De acordo com Monteiro (1998 *apud* SILVA et al. 2002, p. 45), “a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação dessas famílias”. A mudança que vem ocorrendo “é tão forte e rápida”, segundo Silva *et al.* (2002, p. 45), que em 1998 os dados apontavam para a mudança na renda dos moradores rurais, em que a renda advinda da atividade não agrícola supera a da agrícola.

A vantagem da pluriatividade das empresas familiares deve-se ao fato de que ao mesmo tempo em que reduz o “subemprego de mão de obra familiar” é simultaneamente aproveitada em outras oportunidades que geram renda (VEIGA 2003a, pág. 206).

Três justificativas para a diminuição da pobreza das famílias agrícolas brasileiras são apontadas por Nascimento (2004). A primeira justifica a diminuição pelo abandono da atividade agrícola para exercer outra não agrícola (DEL GROSSI *et al.*, 2002 *apud* NASCIMENTO, 2004). A segunda seria que a estabilidade dessa pobreza nas áreas rurais estaria ocorrendo devido às transferências do Governo via aposentadoria e pensões (DELGADO & CARDOSO, 2000 *apud* NASCIMENTO, 2004). E a última é que, conforme Graziano da Silva *et al.* (2000 *apud* NASCIMENTO, 2004), seria devido à saída das famílias pobres para outras localidades.

Para Silva (1997, p.4), esse novo padrão tem feito surgir um novo ator social nos países desenvolvidos: o *part-time farmer*. Ele é um agricultor ou pecuarista que combina suas atividades com “outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural”. Ele deixa de ser especializado e passa a ser autônomo, ao combinar outras formas de atividades: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas.

O desenvolvimento social nos países desenvolvidos, segundo esse autor também se deve ao menor tempo gasto no desenvolvimento das suas atividades devido a vários fatores, como, por exemplo, a mecanização das atividades agrícolas e a automação das atividades criatórias, o que ocasionou a liberação dos membros da família para buscarem outras atividades que lhes rendesse mais (SILVA, 1997).

Ruth Gasson (1988, *op. Cit.* SILVA, 1997, p. 14) “argumenta que foi só com as rendas não agrícolas do part-time que se conseguiu atingir os dois principais objetivos sempre perseguidos, mas até então nunca alcançados das políticas agrícolas dos **países desenvolvidos**: estabilizar e elevar a renda das famílias rurais ao nível das urbanas”.

Para os clássicos marxistas, esses seriam camponeses em processo de proletarização, quando se verifica a combinação das atividades não agrícolas fora do seu estabelecimento. E os clássicos “consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarização e conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social” (SILVA, 1997, p. 4), ou seja, para eles a pluriatividade seria um problema e não uma solução.

Conforme Fuller (1990 *apud* SILVA, 2002, p. 41), não se deve considerar a pluriatividade “como parte de um processo de proletarização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim como uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas”.

Um dos projetos após a redemocratização brasileira, segundo Veiga (2003a), seria aumentar as oportunidades de trabalho nas regiões rurais: ao invés de especializados, os trabalhos seriam diversificados, a começar pela própria agropecuária. O que é mais valorizado no segundo projeto, é a pluriatividade das famílias rurais, pois causa a diversificação, já que descentraliza os serviços. Como resultado, a mão de obra que estava ociosa passa a integrar outros setores e dessa forma “permite que o País acelere a adoção de inovações tecnológicas sem temor de desemprego explosivo”. (VEIGA, 2003a, pág. 113-115).

A pluriatividade, para Silva (1997), era fundamental para elevar a renda dos residentes nas áreas rurais, ou até, por que não dizer? Estabilizá-la. Para o professor Schneider (*apud* SILVA, 1999, pg. 151), a conclusão é “que nas condições modernas da produção agrícola, a pluriatividade das famílias agrícolas tornou-se uma prova da sua capacidade de adaptação aos novos contextos sociais e de sua permanência no meio rural”.

No sul do país (Blumenau e Brusque) verificou-se que na região destacam-se peculiaridades locais no processo de colonização, em que não era bem definida a separação entre as atividades rurais e as urbanas. Hoje se tem conhecimento dessa separação, mas não é possível inferir que tal relação não teve importância para o fato. Foram encontradas poucas famílias que se dedicavam exclusivamente à agricultura, pois a maioria trabalha como “faccionistas”, ou seja, pessoas terceirizadas informalmente para realizar algumas etapas da fabricação em casa (estabelecimentos agrícolas). Apesar de serem pequenos produtores, não se encontra na região nenhum produtor pobre (VEIGA, 2003a, pág. 212, 225- 228).

Os rendimentos da atividade da agricultura continuam a ser os menores, principalmente das pessoas que vivem em áreas rurais, pois a remuneração não é suficiente para que continuem onde estão vivendo em condições dignas, o que faz com que as famílias que vivem exclusivamente dessa atividade sejam, em sua maioria, pobres. Por esse motivo, são essas as famílias que continuam a migrar para as periferias das pequenas e médias cidades do nosso interior (SILVA, 1997).

Segundo o estudo de Nascimento (2004), o Nordeste mostra dificuldade para a melhoria das famílias pobres no sentido de para se tornarem pluriativas, devido à inexistência de atividades que não estejam ligadas à agricultura, Campanhola e Silva (2004) relatam que a renda média das famílias pluriativas no Nordeste é menor que as médias nacionais.

Porém, a conclusão do estudo de Campanhola e Silva (2004, p. 274) demonstra a importância dessa atividade dupla (pluriatividade) como diversificação das atividades fora da agricultura, com a intenção de “manter as famílias no meio rural, sustando a necessidade de migração para a cidade”.

É necessário levar em consideração as diferenças regionais, como sugerem Campanhola e Silva (2004, p. 275), quando dizem “que as análises da pluriatividade devem ser regionalizadas, assim como devem ser tratados de forma diferenciada, dentro de cada região, os distintos tipos de pluriatividade”.

Porém, discordamos do autor Silva (1997) quando o mesmo afirma que a pluriatividade, pela criação de atividades não agrícolas, é a única saída para a população do meio rural. A agricultura pode e deve ser incentivada pelo governo, porém, não como a única alternativa para todo o país, já que irá depender de cada localidade e de suas particularidades (se é propícia à agricultura e à pecuária, ou não). Só então se saberá qual a direção a ser tomada, visto que, cada caso é único para se traçar uma estratégia de desenvolvimento local.

O que acontece de fato é que muitas vezes as desigualdades dentro de uma mesma região rural de um mesmo país têm mais importância que a diferença entre o urbano e o rural. Um fato importante é que as regiões rurais dos países avançados que não se desenvolveram não foi devido à sua impossibilidade de se urbanizar, mas porque não souberam explorar o que o local tem de atrativo para unir a as outras atividades (VEIGA, 2003a, pág. 287).

Segundo Garofoli, citado em Veiga (2003a, p.292), “não se trata de um processo com vocação a ocorrer em qualquer lugar, pois está ligado a alguns pré-requisitos da própria formação socioeconômica de cada território”. São necessárias condições mínimas favoráveis que estimulem o empreendedorismo e, por consequência, a inovação.

De acordo com Nascimento (2004), o Projeto Rurbano criou quatro tipologias de famílias extensas que compreendem quatro tipos de famílias pluriativas. Cada uma equivale a uma combinação de atividades. São elas: *agrícola + agrícola*, em que a família combina a atividade agrícola e pelo menos um membro da família com outra

também agrícola mais assalariada; *agrícola + não agrícola*, em que pelo menos um membro da família tem uma ocupação na atividade agrícola, e outro não agrícola, não sendo esse Serviço Doméstico Remunerado (SDR); *agrícola + SDR*: aqui, a combinação é feita apenas com SDR e a quarta é a chamada família pluriativa intersetorial com SDR. Nela existe a combinação da atividade agrícola + não agrícola + SDR. Um ponto importante a se destacar é que as pessoas que residem nas áreas rurais não trabalham necessariamente nesses locais (SILVA et al. 2002).



## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

### 2.1 Santa Cruz do Capibaribe

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe foi criada em 1953, porém sua história remonta a 1750, quando um português chamado Antônio Burgos passou a morar na localidade devido a recomendações médicas. Construída com taipa, sua casa ficava na confluência do rio Capibaribe com o riacho Tapera (Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe).

Segundo o Condepe/Fidem, o município de Santa Cruz do Capibaribe dista 187,8 km da capital Recife. Limita-se ao norte e a oeste com o estado da Paraíba; ao Sul, com o município de Brejo da Madre de Deus, sendo separado pelo rio Capibaribe, a noroeste com Jataúba e a leste com Taquaritinga do Norte (IPA, 2011).

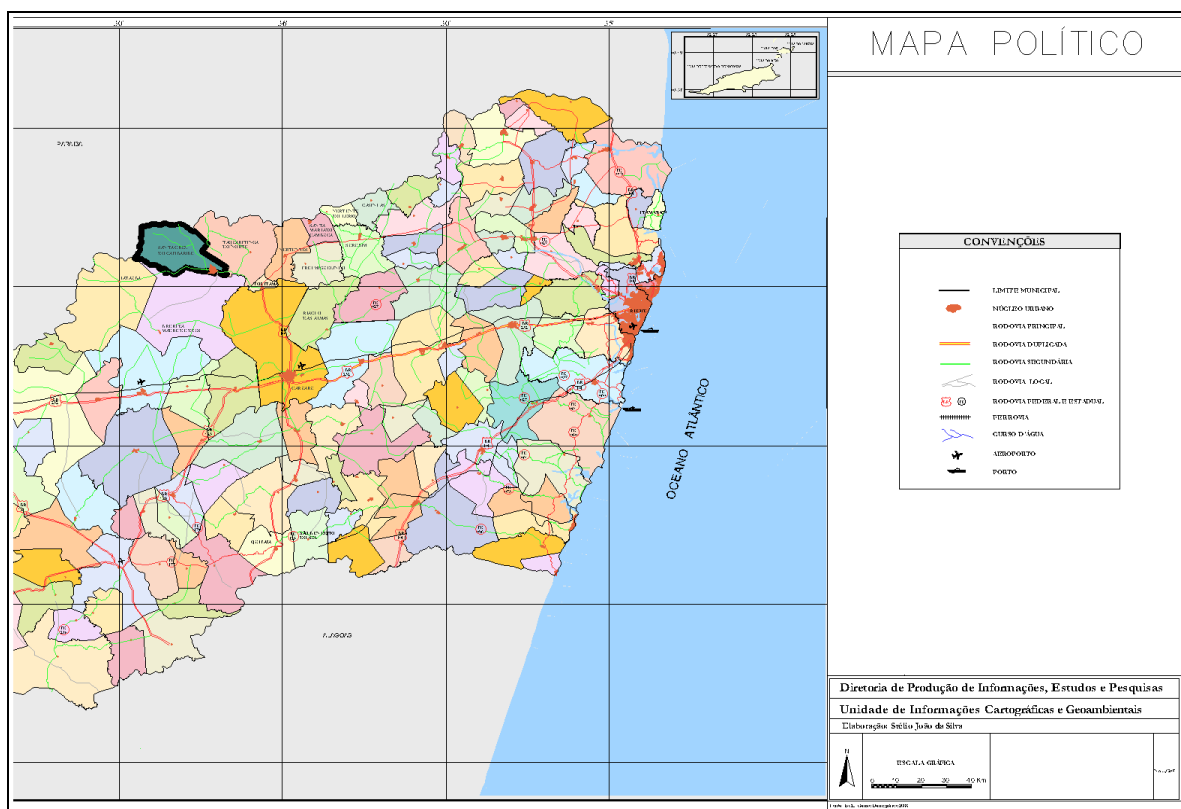
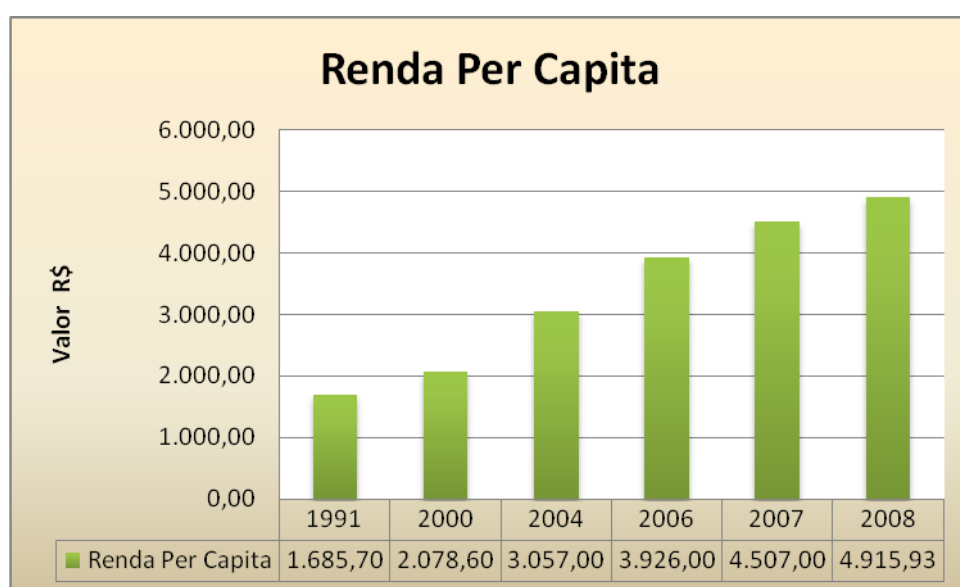


Figura 2 Localização do Município de Santa Cruz no Estado de Pernambuco  
Fonte: Condepe/Fidem

Pelos dados apresentados pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), o município possui uma área total de 335,526 km<sup>2</sup>. A vegetação predominante da região é a caatinga hipoxerófila, solo argiloso e clima semi árido, com uma temperatura média anual de 23,4° e uma precipitação média anual de 511mm que, se comparada com a de Recife que é de 2.458mm (o que representa apenas 20,8% da precipitação do Recife), verifica-se a falta de chuva na localidade.

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe possui uma densidade demográfica de 261,03 hab/km<sup>2</sup>. Segundo dados do IBGE de 2008, a renda *per capita* era de R\$ 4.915,93. Se for feita uma análise da evolução da renda *per capita* desse município, verificar-se-á uma melhora significativa nesse dado (MONTENEGRO, 2009).



**Figura 3 Evolução da Renda Per Capita**  
**Elaborado pela autora, 2011.**  
**Fonte: Noronha e Turchi, 2007 e IBGE Cidades.**

A cidade possui em sua área urbana a maior parte de sua população (97,73%), restando apenas 2,27%, ou seja, 1.988 pessoas, na área rural<sup>21</sup> do município. Em função da atração exercida pela atividade de confecção, o crescimento da população do município tem sido acentuada (ver tabela 2 e figura 3 seguinte).

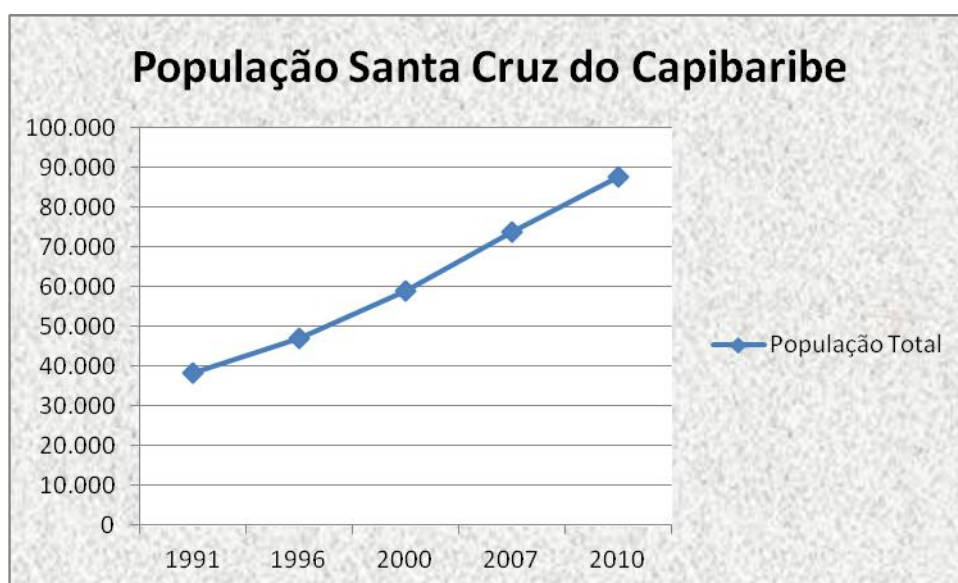
<sup>21</sup> Pela ótica dos moradores da Vila Magana, esses dados não retratariam a realidade, pois a classificação de urbano e rural foi determinada de acordo com a atividade exercida e por motivos, possivelmente de *status*. A maior parte dos agricultores disse apenas que exerciam a atividade de confecção, classificada como uma atividade urbana. Pode ser que tenha havido uma distorção nos números oficiais do IBGE.

**Tabela 2** Evolução da população em Santa Cruz do Capibaribe

Ano	Total	Índice <sup>22</sup>
1991	38.332	100,00
1996	46.969	122,53
2000	59.048	154,04
2007	73.680	192,21
2010	87.582	228,48

Elaborado pela autora

Fonte: IBGE



**Figura 4** Evolução da População de Santa Cruz do Capibaribe

Elaborado pela autora

Fonte: IBGE

Verificamos um aumento da população maior que 100% em 20 anos devido à grande expansão da região pela atividade de confecção, o que acabou por formar um Polo de confecções no Agreste de Pernambuco.

## **2.2 As origens da Confecção no Agreste Pernambucano**

Segundo o documento elaborado por Celso Furtado em nome do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), no final da década de 1950, o

---

<sup>22</sup> Na base 100 em 1991.

Nordeste, e mais especificamente o semi árido, possuía uma fragilidade para o desenvolvimento baseado na economia agrícola devido aos grandes períodos de estiagem (SILVA, 2008).

Furtado (1989 *apud* SILVA, 2008) afirmava que a visão do governo para o desenvolvimento dessa região é que deveria mudar, pois não era combatendo a seca que se iria resolver o problema, mas, se adequando à realidade da localidade, desenvolvendo atividades que se adaptassem às características naturais e/ou diversificando a produção pela industrialização.

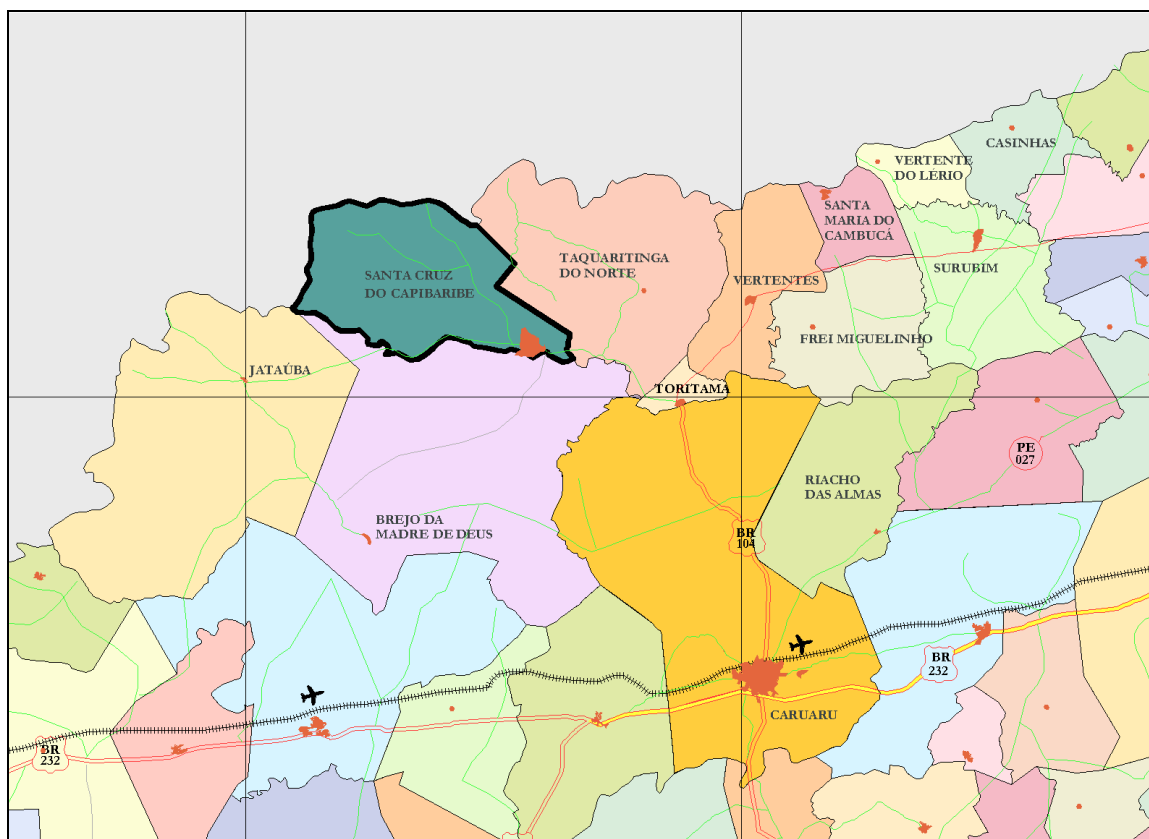
A população do município resolveu não esperar por soluções governamentais e passou a adotar atividades não agrícolas, a exemplo da confecção. Além de confecções, o município dispunha de um pequeno comércio, alguns serviços e uma indústria rudimentar: a fabricação de calçados rústicos.

A atividade de confecção cresceu tanto a ponto de possuir, no presente, o terceiro maior polo de confecções do País. O Polo é formado por 12 cidades<sup>23</sup> do Agreste, sendo Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama as três principais. Possui 12 mil empresas que empregam 76 mil pessoas. A produção anual é de 6 milhões de peças. Ele responde por 13% do setor no país e por aproximadamente 7% do PIB do estado de Pernambuco, o que significa mais ou menos R\$ 1,7 bilhão por ano. Em dias de feira, movimenta cerca de 45 mil pessoas nas três principais cidades (XAVIER, 2006; MOUTINHO, 2010).

Dessas cidades, Santa Cruz do Capibaribe é que possui o maior número de empresas.

---

<sup>23</sup> Para Xavier (2006, p. 166), o número de cidades que formam o Polo é de 12: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Brejo da Madre de Deus, Toritama, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Vertente do Lério, Casinhas, Frei Miguelino, Santa Maria do Cambucá e Jataúba.



**Figura 5 Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**

Elaborado por Bruno Cardoso, 2011.

Fonte: Condepe/Fidem.

### **2.3 As Origens das Atividades de Confeção em Santa Cruz do Capibaribe**

No Nordeste, a evolução da história da agricultura e a expulsão do homem do campo foi um pouco diferente das regiões que se industrializaram.

Esta região, no período em que o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, foi o local escolhido para se desenvolver a cana-de-açúcar, a principal cultura, desenvolvida principalmente nas regiões litorâneas, com o objetivo de fixar a população (ANDRADE, 1993). Para que pudesse ocorrer a interiorização do território brasileiro teve início no século XVI a pecuária, visando “produzir animais de trabalho e alimentação para a população” que estava nas áreas canavieiras (ANDRADE, 1993, p. 31), mas não foi nesse momento que a pecuária chegou à região do município de Santa Cruz do Capibaribe. O Agreste, segundo Andrade (2005), apesar de localizado quase inteiramente sobre a serra da Borborema e por estar próximo à área açucareira, dispendo de condições

climáticas e de pastagens propícias ao desenvolvimento da pecuária, foi tardiamente povoado.

Após a expansão inicial da pecuária, seria feita outra, no século XVIII, por meio da cultura do algodão na região semi árida, essa resultante da necessidade da Revolução Industrial. Nesse mesmo século, o algodão fez uma revolução agrária no Agreste pernambucano, tornando-se uma das principais culturas agrícolas do Nordeste. No período de “1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços” (ANDRADE, 2005, p. 157-158).

A cultura do algodão tendeu à interiorização devido às melhores condições naturais, mais apropriadas para se desenvolver. O cultivo do algodão para comercialização permitia ao mesmo tempo em que também se produzissem também feijão, milho, por exemplo, para o consumo do agricultor e de sua família. A população dessas localidades em geral era pobre, mas se interessava em produzir o algodão ao invés de cultivar as lavouras tradicionais que davam lucros reduzidos (ANDRADE, 2005).

Os dois últimos séculos da história econômica do Nordeste se basearam na luta entre a cana-de-açúcar e o algodão. A depender da necessidade do mercado e dos preços, um invadia a área do outro para aumentar a sua produção (ANDRADE, 2005).

A industrialização do Nordeste, ainda segundo Andrade (1993), estava justamente ligada à cana-de-açúcar e ao algodão. Esta última cultura se desenvolveu para competir com os tecidos importados, mas, como não conseguia a mesma qualidade, passou a ser consumido pela população de baixa renda que não possuía condições de comprar os produtos vindos de fora. No entanto, essa industrialização não foi suficiente para absorver a mão de obra desqualificada da região, o que não impedia a saída da população em busca de melhores oportunidades em outras regiões ou periferias dos centros urbanos na própria região.

A cultura do algodão na região também propiciou o surgimento dos primeiros tecidos no município, já que pequenas fábricas tiveram de se instalar na cidade para produzir as telas de algodão para enfardamento, o que servia para diminuir o volume para o transporte da mercadoria (CABRAL, 2007).

A atividade da pecuária necessitava de um baixo “grau de especialização e comercialização”, e “a possibilidade de crescimento extensivo exclui qualquer preocupação de melhora de rendimentos”. Sua função principal era a subsistência da população e não das famílias que com ela trabalhavam (FURTADO, 1999, p. 59-60).

A criação de gado era mais rentável para os proprietários de terras, já que necessitava de menos mão de obra, os quais logo passaram a destinar suas terras para essa atividade, e as terras que eram antes cedidas aos trabalhadores para o cultivo de subsistência passou agora a servir de pasto para o gado. Segundo Mário Lacerda (*apud* XAVIER, 2006, p.84), o cultivo do algodão era feito em “terras de criar gado pelo trabalho de produtores sem terra”. A saída do homem do campo, segundo Lacerda, ocorreu devido a um fenômeno chamado *pecuarização*, nesse caso a criação de gado bovino.

A atividade criatória não precisava de reposição de equipamentos, pois era feita pela própria reprodução do rebanho: “A criação extensiva, com gado solto, não requeria grandes cuidados, não necessitava de muitos braços” (ANDRADE, 2005, p. 154). Com todas essas vantagens, a pecuária passou a substituir a cultura do algodão.

Nesse contexto surgiu o contraste: de um lado, o governo impulsionava a atividade pecuária por meio de créditos, o que gerou “vantagens que faziam da pecuária agrestina uma área de atração de poupanças ou capitais urbanos” e, do outro, a decadência da atividade agrícola ocasionada pela expansão da pecuária, pela pressão sobre a terra e pela expulsão do pequeno produtor (MELO, 1980 *apud* XAVIER, 2006). Esse contingente populacional, destituído de suas terras migrava para as periferias urbanas à procura com quer subsistir. Dentre algumas possibilidades surgiu a das confecções.

Existem duas versões para o início das atividades de confecção. Segundo Cabral (2007), uma seria decorrente de uma senhora que resolveu vender peças de roupas na frente de casa para obter alguma renda e, como foi tendo “sucesso”, as outras mulheres passaram a copiá-la.

A segunda versão fala de três comerciantes locais que, em 1949 aproximadamente, começaram a comprar retalhos no Recife e em São Paulo. Esses retalhos eram vendidos nas feiras ou nas próprias casas. As mulheres desses

comerciantes passaram então a fazer cobertas a fim de obterem um complemento da renda.

Devido a esses retalhos de elanca que eram trazidos do Sudeste, a feira ficou conhecida como Sulanca, o que significa “elanca do sul”. Esse processo fomentou a atividade comercial na cidade, que começou a atrair a população de outras cidades vizinhas contagiadas pelo desenvolvimento daquela localidade e que passou a agregar o trabalho de confecção naquela região (XAVIER, 2006).

De acordo com Cabral (2007), foi no final da década de 1940 que o aglomerado de confecção começou a aparecer. Para colaborar com esse fenômeno, existiam no mínimo dois fatores, além do processo de pecuarização já descrito anteriormente: o primeiro era a seca que não dava condições de desenvolvimento por meio da agricultura, e o segundo era a prática da costura que já fazia parte da cultura na formação das mulheres, principalmente no interior. No quadro 4, abaixo, pode-se ver um breve resumo de como foi o processo de evolução da atividade de confecção no município de Santa Cruz do Capibaribe.



**Quadro 4 Breve resumo da evolução da atividade de confecção no município de Santa Cruz do Capibaribe**

<b>Período</b>	<b>Evolução Histórica</b>
1949 -1966 Formação Inicial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo produtivo rudimentar que surge como forma de sobrevivência utilizando-se do conhecimento cultural de costura que as mulheres adquiriam e da utilização de máquinas de costura manual.</li> <li>• Matéria-prima de retalhos principalmente provenientes do Sudeste.</li> </ul>
1967 – 1979 Primeira Expansão e Primeiro choque de modernidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Começam a ser introduzidas as máquinas de baixa rotação (superior a anterior).</li> <li>• Financiamento pelo Banco do Brasil de 2.500 máquinas de costura industrial.</li> <li>• Alta produção e busca de novos mercados.</li> </ul>
Década de 80 Segunda Expansão e a consolidação da modernização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento demográfico considerável devido à migração inter-regional. Aproximadamente 30% da população da cidade, em 1980, é constituída de migrantes.</li> <li>• Surgimento de uma revendedora de máquinas na cidade.</li> <li>• Com o aumento da produção, alguns atacadistas começaram a ter condições de fazer pedidos às fábricas do Sul e do Sudeste, o que aumentava suas vantagens competitivas em relação aos produtores menores.</li> </ul>
De 1990 a 2005 Terceira expansão e segunda modernização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução de máquinas industriais modernas.</li> <li>• Contratação de estilistas profissionais, participação em feira e desfiles de moda, etc.</li> </ul>
2006 – até o presente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Moda Center inaugurado em outubro de 2006. Atualmente, conta com 9.312 boxes e 707 lojas, numa área coberta de 120.000 m<sup>2</sup>, construída num espaço de 32 hectares. É o maior <i>shopping</i> atacadista de confecções da América Latina.</li> </ul>

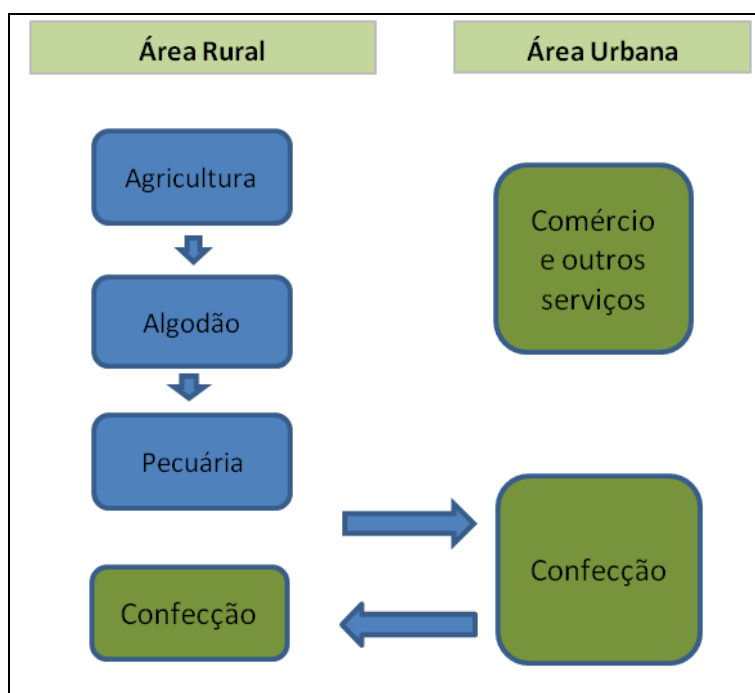
**Elaborado pela autora, 2011.**

**Base: Xavier (2006) e Cabral (2007).**

Conforme Duarte e Fusco [200-?], uma consequência do neoliberalismo, na década de 1980, foi a chamada reestruturação produtiva, em que se buscava maior eficiência e produtividade. Essa reestruturação acabou por tirar da linha de produção algumas tarefas que passaram a ser terceirizadas. Com isso, houve uma redução do quadro de funcionários das médias e grandes empresas. No Brasil, uma das opções foi a redução da carga horária ou não assinar a carteira de trabalho, trabalhando-se na informalidade.

No município de Santa Cruz do Capibaribe, as pequenas empresas trabalham com a informalidade, e as de porte médio, na medida em que passaram a se formalizar, começaram a terceirizar a mão de obra de confecções. Essa característica, já identificada no país em outras regiões (Sul e Sudeste), constitui as chamadas “facções”. Trata-se de empresas ou de pessoas “que realizam uma parte do processo de produção” das confecções. São “contratadas” para realizar pequenas tarefas: costurar bolsos, punhos, golas, travetar, aplicar acessórios, bordados, limpeza de peças, etc. (MOUTINHO, 2010, p. 41; CABRAL, 2008). Partes dessas facções são realizadas nas áreas rurais, como verificaremos em nosso estudo.

Uma consequência interessante da presença das facções nas áreas rurais é justamente o movimento cíclico recente da população rural nessa região, diretamente ligada à atividade vigente, conforme pode ser visto na figura 6, em que a população que antes saía das áreas rurais para a cidade agora retornam para essas áreas em busca de melhores condições de vida, lazer e trabalho.



**Figura 6 Movimento da população rural de acordo com a atividade**  
 Elaborado pela autora, 2011.

## 2.4 As atividades não agrícolas nas áreas rurais

Segundo Terluin (2003 *apud* KAGEYAMA, 2004, p. 384), o desenvolvimento dos estudos rurais possui três enfoques: o do desenvolvimento exógeno, que ocorre devido a forças externas em certas regiões; o do desenvolvimento endógeno, centrado no desenvolvimento local; e o da combinação das duas forças, “em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre as regiões”

Esse desenvolvimento faz com que as propriedades antes ditas “supérfluas” para os padrões da modernização comecem a se estabelecer assumindo novos papéis nas relações com a sociedade e com empresas urbanas (KAGEYAMA, 2004, p. 384). Logo, o desenvolvimento rural deve conter aspectos econômicos e sociais com o objetivo de diversificar as atividades que gerem renda.

Para Wanderley (2008, p. 102), o desenvolvimento rural é uma necessidade para poder englobar “os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna”, além de “assegurar a preservação dos recursos naturais”

No Nordeste, tem-se percebido uma mudança no paradigma de que a região está voltada apenas para o rural/agropecuário. Segundo Araújo (2007), baseado nos dados da Sudene, no período entre 1967 e 1989 o percentual de contribuição para o PIB regional pela pecuária reduziu-se de 27,4% para 18,9%. Nesse mesmo período, a indústria e o setor terciário cresceram, respectivamente, de 22,6% para 29,3% ,e de 49,9% para 58,6%.

Segundo a Lei do Perímetro Urbano da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, a zona rural é toda a área que está situada fora do perímetro urbano e dentro dos limites municipais. A ocupação dessa área pelos estabelecimentos rurais está descrito na tabela 4 a seguir, o que permite ter uma ideia da diminuição pela pressão do crescimento urbano.

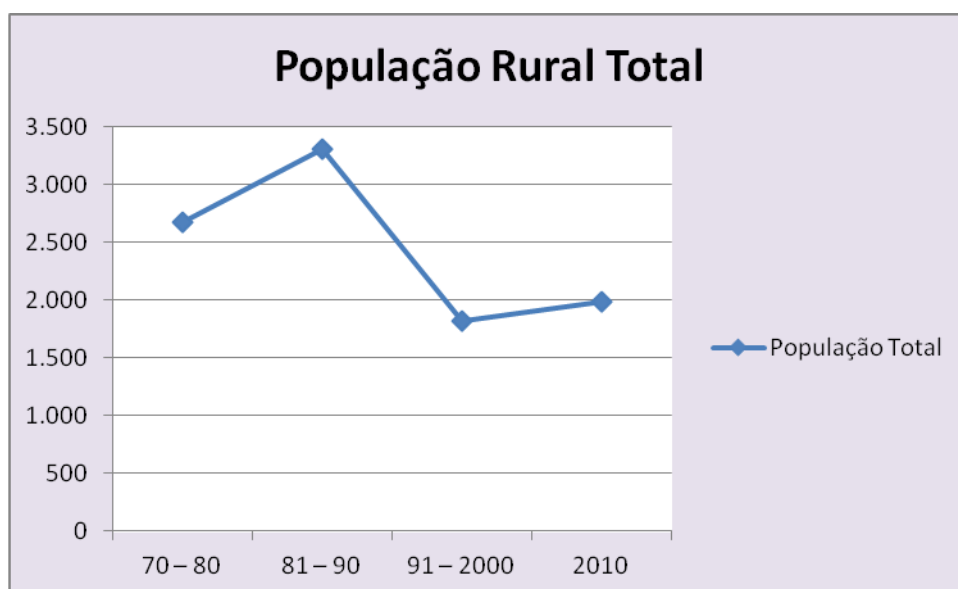
Os técnicos do IPA e da ADAGRO de Santa Cruz acreditam que, dos 335 km<sup>2</sup>, aproximadamente 300 km<sup>2</sup> fazem parte da área rural, o que vai de encontro à realidade dos números, o que de certa forma explica os diferentes entendimentos acerca do que se percebe como rural ou não, conforme comentado anteriormente.

**Tabela 3 Evolução da população rural de Santa Cruz do Capibaribe (1970 - 2010)**

Período	População Rural Total
70 – 80	2.677
81 – 90	3.302
91 – 2000	1.822
2010	1.988

Elaborado pela autora

Fonte: IBGE



**Figura 7 Evolução da População Rural**

Elaborado pela autora

Fonte: IBGE

**Tabela 4 Uso do solo rural em Santa Cruz do Capibaribe**

Ano	Área rural em hectares
1985	23.202,0
95/96	15.193,9
2006	15.704,0

Elaborado pela autora

Fonte: Censo Agropecuário e Xavier, 2006

O aumento da população rural do ano 2000 para 2010 provavelmente se deve ao fato de que a população está buscando cada vez mais as localidades rurais para morar.

A base da economia da zona rural está mais voltada, atualmente, para a pecuária, principalmente de caprinos e bovinos. Sobre a agricultura nessa área, segundo relatos colhidos de técnicos e de moradores da zona rural na primeira visita, ela só é praticada

para a subsistência, e não mais com a intenção de venda, pois não há produção suficiente para tal, fato também comprovado pelos dados do Censo Agropecuário de 2006.

Na tabela 5, abaixo, pode-se verificar o crescimento da atividade de pecuária no município. Já a agricultura não mostra dados representativos dessa atividade na localidade. Em muitos casos, esses dados são nulos.

O aumento excessivo do rebanho bovino pode expressar investimentos que tanto pode estar ligados à acumulação de renda gerada com à atividade de confecção.

**Tabela 5 Evolução dos principais rebanhos em Santa Cruz do Capibaribe**

ANO Rebanho	2006	2009	Crescimento em % (2006 - 2009)
Caprinos	7.776	9.500	22,00
Bovinos	4.488	8.500	89,40
Ovinos	3.906	4.200	7,50

**Elaborado pela autora**

**Fonte: Censo Agropecuário 2006 e IBGE.**

Entre as diversas áreas e vilas espalhadas pelo município onde existem atividades mistas (rurais e urbanas) situa-se a vila Magana, escolhida como nosso local de pesquisa por ser a maior e a mais organizada das vilas atendidas pelo IPA.

## **2.5 A Vila Magana**

A vila Magana, onde se situam as nossas unidades de análise, dista 14,8km do centro e está localizada a oeste do mesmo. Dessa distância, 10,3 km são de pista asfaltada pela PE 160, e 4,5 km em estrada de barro.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Entrada para a estrada de barro, à direita. Vai percorrer a distância 2,2 km até uma ponte, mas na primeira bifurcação, dobra à direita. Na próxima bifurcação, pegar novamente à direita e depois à esquerda. Após 0,8 km há um campo e um cata-vento. Andar mais 1,5km até a vila.



**Figura 8 Localização da vila Magana em relação ao centro urbano do município**

**Elaborado por Bruno Cardoso, 2011.**

**Fonte: Condepe/Fidem e Dados Pesquisa de campo, 2011.**

Segundo nossa observação no local, Magana caracteriza-se principalmente por ser um lugar onde habitam pequenos agricultores que desenvolvem a atividade agropecuária assim como uma atividade não agropecuária, a confecção.

De acordo com relatos colhidos em conversas com o Sr. Gedeão Francisco de Queiroz, D. Judith Moura e o Sr. Francisco Xavier (conhecido como “Zé Boró”), em 15 de outubro de 2011, foi elaborado o histórico da vila Magana por não haver a respeito nenhum documento escrito. O histórico e um pouco da realidade local estão descritos a seguir.

### **2.5.1 Histórico da Vila Magana**

Segundo relatos dos entrevistados,<sup>25</sup> antigos moradores, o início da vila se deu com o chamado Velho Pedro Lui (avô do sogro do Sr. Gedeão), aproximadamente entre 1915 e 1916. Os moradores que vieram em seguida para a vila foram “Chicudo Malaca”, que era casado com Chiquinha Meli, Manoel Lui (irmão de Pedro Lui) e Matias.

---

<sup>25</sup> Sr. Gedeão Francisco de Queiroz, D. Judith Moura e o Sr. Francisco Xavier (conhecido como “Zé Boró”), em 15 de outubro de 2011.



**Figura 9 Primeiras casas da vila Magana**  
**Fonte: Fotos da autora, 2011.**

O terreno onde hoje está localizada a vila era de propriedade do Sr. Severino Lui da Silva, que fazia doações para que o governo fizesse benefícios. Durante o período em que o Padre Juvino era o prefeito da cidade e por meio do deputado Josias Leite, o Sr. Figueredo mantinha relações “políticas” para a melhoria da localidade, como a implantação da escola.



**Figura 10 Escola da Vila Magana**  
**Fonte: Foto da autora, 2011.**

Nesse período, as pessoas só tiravam o sustento da agropecuária. Segundo os relatos, a situação era de muita pobreza. O sustento vinha da plantação de Caroá<sup>26</sup> e da fabricação de carvão.

---

<sup>26</sup> **CAROÁ:** Dentre as muitas espécies de Bromélias que existem no semi árido, o caroá tem uma característica própria, utilizada pela população. Suas folhas servem para a extração de fibras que são usadas para fazer redes, sacolas, tecidos, barbantes, etc. Na taipa, tão comum na construção das casas do semi árido, serve para armar a estrutura de sustentação do barro. As flores vermelhas do caroá das um equilíbrio harmonioso aos campos áridos da caatinga(<http://www.rppnmorrinhos.arq.br/caroa.htm>).

O acesso à água pela vila era muito precário. A mesma possui um riacho temporário. Afora esse riacho, a água vinha de longe. Hoje, as casa possuem poços construídos pelo Governo.

Os divertimentos da vila eram cantorias, apresentações de mamulengos, novenas, jogos de futebol, forró.

Na agricultura, a principal atividade era o cultivo do algodão, porque era a comercialização certa, a principal fonte de renda monetária. O restante era cultivo para subsistência: milho, feijão, mandioca e a criação de pequenos animais.

Para superar as adversidades advindas com a seca, os moradores da vila, nos finais dos anos 1940, faziam carvão, corda de caroá e redes de algodão com tear. Esses produtos eram vendidos na feira de Santa Cruz para a geração de rendas monetárias.

Na pecuária, inicialmente, a principal criação era de ovinos e de caprinos e, posteriormente, de bovino.



**Figura 11** Representação da estrutura utilizada para a pecuária na vila  
**Fonte:** Foto da autora, 2011.

Segundo relatos do Sr. Xavier, a confecção na cidade começou aproximadamente em 1977, com um pequeno grupo de pessoas, que faziam e vendiam, e com isso as outras pessoas começaram a replicar.

Na época do prefeito Augustinho Rufino de Melo, que observou o sucesso da atividade, acionou a polícia no sentido de proibir a venda da mercadoria na rua, só permitindo que fosse feita à noite.

Segundo o relato dos entrevistados, foi nessa época que surgiu a feira de Caruaru. Então, os residentes se deslocavam para a feira daquela cidade.



O prefeito de Caruaru, na época, estimulou o crescimento desse tipo de comércio e ampliou as possibilidades dos produtores de Santa Cruz, dentre os quais os de Magana.

Os tecidos eram trazidos de São Paulo pelos srs. Noronha, Zezé e Floriano, que iam a São Paulo apenas para comprar tecido e vender retalhos a quilo.

A confecção chegou primeiro à vila por trazida seu Biu Li (Severino Luiz), que comprava retalho ao Sr. Noronha para e trazia-os para fazer coberta, isso na década 1960 (1961). Quando a sulanca chegou até à vila, houve uma sensível melhora nas condições locais pelo aumento na renda das famílias devido à atividade. Máquinas usadas eram vendidas para os moradores da área rural para que eles as pagassem a prazo, e também em função do maior custo da mão de obra, pela exigência maior de carteira assinada. As empresas, então começaram a buscar a mão de obra dessas localidades por não apresentarem esses “empecilhos” que encarecem a produção.



**Figura 12** Representação de locais de trabalho nas unidades de confecção na vila  
**Fonte:** foto da autora, 2011.

Atualmente, está muito difícil para o pequeno produtor, pois ele só tem a feira como local de venda e a procura pelo produto da região está diminuindo. Segundo o Sr. Francisco Xavier, essa queda na procura se deve à produção de produtos da mesma qualidade nas localidades dos antigos compradores. Por esse motivo, o mesmo relata que não tem mais incentivo para produzir, pois o retorno financeiro está muito baixo.



**Figura 13 Vila Magana**  
**Fonte: Foto da autora, 2011.**

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 MÉTODO**

Para alcançarmos os objetivos traçados em uma pesquisa, é preciso que sejam traçados os métodos. Em Richardson (2008, p.21 e 70), encontramos que método é o caminho e a forma de proceder para atingir os objetivos que nos propomos estudar.

Por se tratar de um trabalho científico, o método é chamado científico, que é a maneira como o pesquisador deve posicionar-se ante o estudo de um fenômeno, ou seja, com um pensamento crítico e que gere uma reflexão cujo objetivo é descobrir as conexões entre as ideias. No método científico, faz-se a delimitação de um determinado problema, realiza-se a observação e faz-se a interpretação com base nas teorias utilizadas (RICHARDSON, 2008).

Esta é uma pesquisa que pretende descrever as características e analisar as consequências de um fenômeno. O método utilizado é o qualitativo, em sua maior parte, mas conta com o método quantitativo como aporte.

A justificativa para a utilização do método qualitativo se dá devido à intenção de entender os porquês de um fenômeno social em sua complexidade e com características particulares que são vividas por grupos (RICHARDSON, 2008). Adotamos as ferramentas da observação, da entrevista, pois, segundo Richardson (2008, p. 82), esses instrumentos têm a capacidade de “penetrar na complexidade de um problema”.

#### **3.2 TIPO DE PESQUISA**

Este estudo objetiva responder à seguinte pergunta: Quais os impactos das atividades urbanas de confecção nas famílias situadas na Comunidade de Magana, situada na zona rural do município de Santa Cruz do Capibaribe? Para atender a esse propósito, pretendemos obter repostas de caráter descritivo e explicativo.

O estudo de caso é um estudo mais aprofundado “de um ou poucos objetos”, com o objetivo de obter um “amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2008, p. 54). Segundo Yin (2005), esse tipo de estudo pretende que as teorias sejam expandidas e generalizadas na análise e não do ponto de vista estatístico.

Como ressalta Gil (2008), por ser um universo mais restrito, não há como fazer generalizações dos seus resultados. O objetivo desse tipo de pesquisa não é a

generalização, mas, “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2008, p. 55).

Para Yin (2005), o estudo de caso é indicado quando se pretende responder a perguntas do tipo “como” e “por quê” e quando o pesquisador não tem como controlar os acontecimentos. Serve para o estudo de fenômenos atuais que estão inseridos na vida real e também quando não se consegue fazer a delimitação entre o fenômeno e o seu contexto.

Para as ciências sociais, a distinção entre fenômeno e contexto é de fundamental importância, pois o fenômeno pode ocorrer em outro local, onde o contexto provavelmente será outro. Por esse motivo, a utilização do estudo de caso tem como um de seus propósitos o de “preservar o caráter unitário do objeto estudado e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2008, p. 54). No caso do fenômeno que será observado, o mesmo ocorre em várias áreas rurais do Brasil e do mundo, mas com características diferentes e, portanto, em contextos diferenciados.

Foi feito o estudo de um único caso (vila) com várias unidades de análise (famílias).<sup>27</sup> Nesse tipo de estudo, acrescentam-se duas ferramentas além da pesquisa histórica, que são: a observação direta e a entrevista com os atores envolvidos (YIN, 2005).

A análise do estudo de caso foi baseada em proposições teóricas, como sugere em Yin (2005), as quais geraram os objetivos, as categorias de análises, e conseqüentemente, as questões da pesquisa deste trabalho.

### **3.3 A ABRANGÊNCIA DO ESTUDO**

O local da realização da pesquisa é o município de Santa Cruz do Capibaribe no estado de Pernambuco, por se tratar de uma das três principais cidades do Polo de Confecção do Agreste, especificamente a vila Magana.

O estudo foi feito na zona rural onde foi possível observar os impactos socioeconômicos causados pela entrada da atividade de confecção, uma atividade tipicamente urbana, na zona rural, ou seja, um tipo de rurbanização.

---

<sup>27</sup> Será tratado no sub capítulo 2.4

### 3.4 UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade de análise, segundo Richardson (2008), pode referir-se a uma pessoa, mas pode também ser uma vila, cidade, dentre outros. Vai depender do universo de cada pesquisa. Para Franco (2008, p. 41), “significa a menor parte do conteúdo”

A nossa unidade de análise é a família da área rural do município de Santa Cruz do Capibaribe localizada na vila Magana. Essa é a maior vila atendida pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). Possui 90 famílias, das quais, algumas são apenas famílias que utilizam as casas localizadas na vila como local de lazer para os finais de semana e feriados. Essas famílias foram excluídas da amostra, ficando apenas as que moram na localidade e ali exercem algum tipo de atividade.

A amostra foi feita em duas etapas:

**1ª etapa:** essa primeira etapa, a pesquisadora participou de uma reunião na Associação dos moradores, a qual é realizada no segundo sábado de cada mês, com um número representativo de moradores da vila. A partir dessa reunião, foi feita a divisão das famílias em três grupos: o primeiro grupo foi formado pelas famílias que consideravam a confecção muito importante, o segundo, que considerava a confecção com uma importância média ou pouca, e o terceiro grupo foi constituído pelas famílias que já trabalharam com confecção, mas que não mais trabalham.

Foi preenchida uma lista por grupo,<sup>28</sup> com o nome do morador, e se aceitaria participar da próxima etapa que seria a coleta de dados.

Foram feitas algumas perguntas<sup>29</sup> para haver um conhecimento preliminar, a fim de encontrar quem estava realmente de acordo com o que nos propúnhamos a investigar.

Após a coleta dessas informações, fizemos a escolha daqueles que se mostraram mais abertos a conversar sobre o assunto. Nesse primeiro encontro, foram escolhidas três pessoas de cada grupo para a constituição da amostra.

**2ª etapa:** a segunda etapa da coleta de dados teve início com uma entrevista semi-estruturada,<sup>30</sup> em duas visitas à vila, quando foram entrevistadas as nove pessoas escolhidas entre as que representariam suas famílias, conforme a divisão dos grupos

---

<sup>28</sup> Apêndice 1

<sup>29</sup> Apêndice 2

<sup>30</sup> Apêndice 3 e 4.

acima mencionada, como segue: três pessoas representam o grupo 1, que são as que consideram a confecção muito importante, composto pelas famílias 1, 2 e 3. Do grupo 2 fazem parte as que consideram a confecção com uma importância média ou pouca, formado pelas famílias 4, 5 e 6. O grupo 3 é composto pelas famílias que já trabalharam com confecção e não trabalham mais. São as famílias 7, 8 e 9.

Foi feita também a observação pessoal não participativa. Nessa segunda etapa também foram entrevistados três moradores antigos que contaram um pouco do início da vila, da atividade de confecção na cidade e na zona rural.

### **3.5 COLETA DE DADOS**

A coleta de dados foi feita para atender às recomendações relacionadas com as pesquisas qualitativas, qual seja, o uso da triangulação. Em nosso caso, usamos três fontes de dados: a observação não participante; as entrevistas semi estruturadas com os membros das famílias e as entrevistas com ex-empresário e técnicos do IPA e ADAGRO.

A observação não participante não contemplou apenas ao tipo qualitativo. A entrevista semi-estruturada servirá para atender aos dois métodos de pesquisa, o qualitativo e o quantitativo, do Estudo de Caso.

A observação não participativa ocorre quando o pesquisador não se torna membro do grupo, apenas observa o objeto com a finalidade de extrair ocorrências que interessam ao seu trabalho. É indicado para estudos mais profundos (RICHARDSON, 2008, p. 260), como é o caso em apreço. Segundo Yin (2005), a chamada observação direta pode ser desenvolvida ao mesmo tempo em que são feitas as visitas de campo para as entrevistas. Nela podem-se observar as condições estruturais, físicas, comportamentais, dentre outras, que podem complementar as informações colhidas.

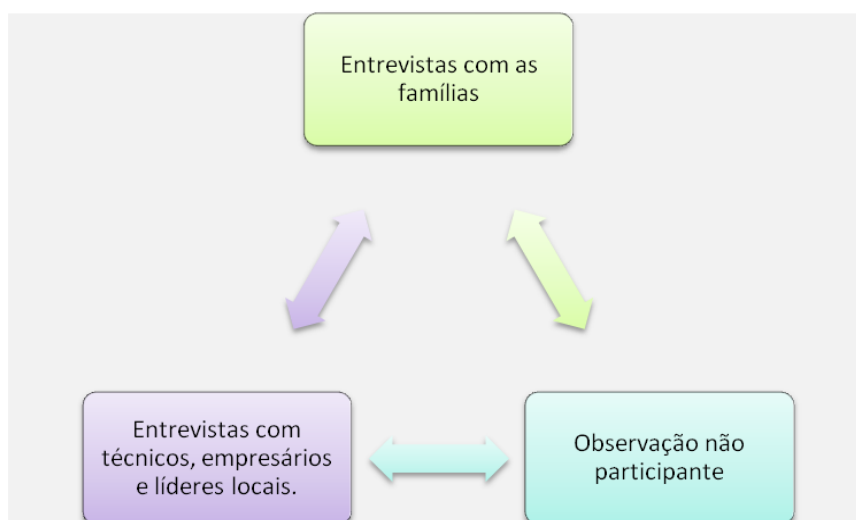
Para Lakatos e Marconi (1991), na observação não participante, apesar de o pesquisador estar em contato com o objeto e seu contexto, ele não se integra. Mas esse afastamento da situação não significa que o processo seja inconsciente. É dirigido com ordem para se chegar a um determinado fim, ou seja, o pesquisador “se coloca apenas como um espectador que não interfere na situação observada” (CHAROUX, 2006, p. 45).

Segundo Charoux (2006), a entrevista é uma técnica flexível, já que permite que durante as entrevistas possa haver esclarecimentos e adaptações. A semi estruturada ocorre quando o entrevistador se embasa em um roteiro, porém, se necessário, pode fazer

ajustes ou improvisar no ato da entrevista. As perguntas são pré determinadas e são feitas a pessoas que se adaptam ao plano de pesquisa.

A justificativa para que seja feita a padronização das perguntas é que, posteriormente, será possível fazer comparações entre as respostas. As diferenças que venham a surgir decorrem das diferenças entre os entrevistados, e não porque as perguntas são diferentes (LAKATOS e MARCONI, 1991).

Para a realização das entrevistas com as famílias, técnicos e outros utilizamos um questionário semi estruturado. Conforme Richardson (2008, p. 193), trata-se da combinação dos dois tipos de pergunta, em que as perguntas fechadas se destinam a “obter informações *socioeconômicas* (alteração nossa) [...] e identificação de opinião”, e as abertas são para um maior aprofundamento das opiniões dos entrevistados.



**Figura 14 Triangulação do método qualitativo aplicado ao caso em estudo**

**Elaborado pela autora.**

A fim de atingir os resultados, segue-se a ordem estabelecida, partindo de cada objetivo específico, como se observa na figura 1 a seguir:



**Figura 15** Etapas da coleta e análise de dados.  
Elaborado pela autora

As questões de campo foram decorrentes das categorias analíticas originadas dos objetivos específicos e com base na revisão de literatura, da qual foram retiradas as categorias de análise.<sup>31</sup> O quadro 1 abaixo representa uma síntese de como foram alcançados os resultados.

**Quadro 5** Estrutura para coleta dos dados por objetivo específico.

OBJETIVO 2: Verificar traços particulares de rurbanização e pluriatividade nas unidades estudadas.		
Categorias de Análise	Questões de Campo	Respostas
2.1 Transformações ocorridas nas propriedades devido ao desenvolvimento da atividade de confecção.	2.1.2 O que mudou na propriedade, na parte estrutural, após a entrada da atividade de confecção?	
	2.2.1 Como foi a aceitação dessa nova atividade?	

Elaborado pela autora

<sup>31</sup> Todas as categorias de análise podem ser visualizadas nos apêndices 3 e 4.



## 3.6 ANÁLISE DE DADOS

### 3.6.1 Análise dos dados quantitativos

Para a análise das variáveis quantitativas, foi feita a utilização da ferramenta Excel, em que os dados foram lançados e transformados em tabelas e gráficos para uma melhor visualização das características sócio-econômicas da amostra. Foi usada a média aritmética apenas para se ter a inferências preliminares.

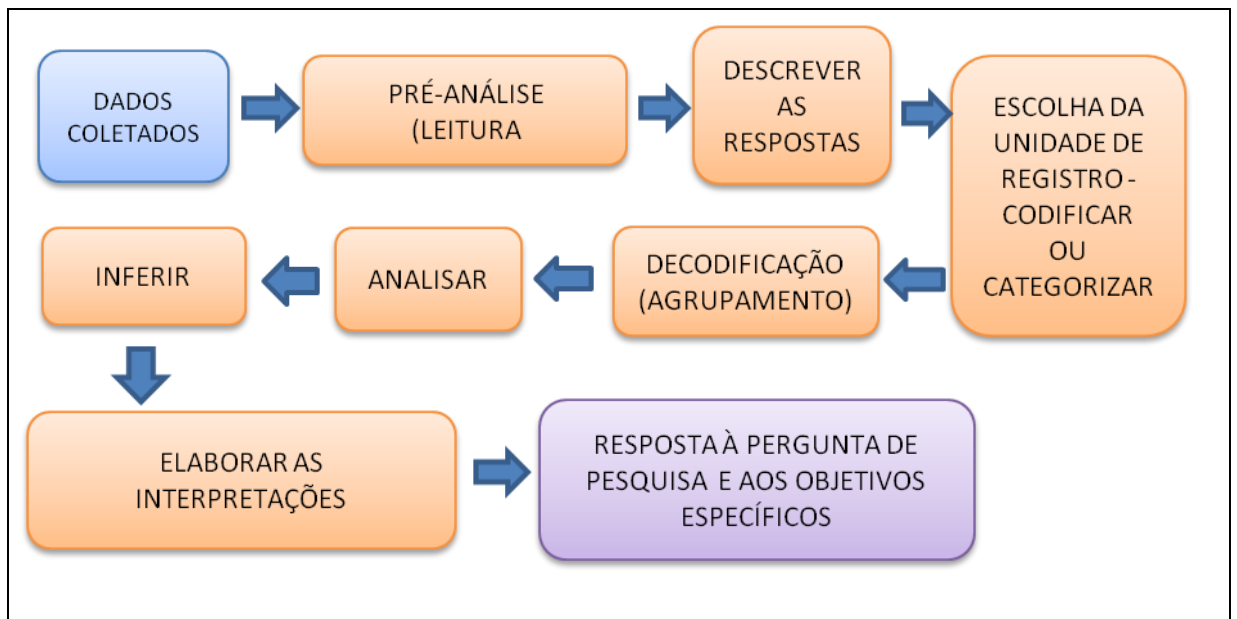
### 3.6.2 Análise dos dados qualitativos

Para a análise das questões qualitativas foi utilizada a análise de conteúdo, em que o objeto é a palavra, e que procura entender o “que está por trás das palavras” (PÊCHEUX *apud* FRANCO, 2008, P. 11). O ponto de partida é a mensagem (verbal, gestual, documental, etc.) que é passada pelo emissor e está diretamente ligada “às condições contextuais de seus produtores” (FRANCO, 2008, P. 19).

Segundo Bardin (1977, p.40), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e **objetivos** (grifo nosso) de descrição do conteúdo das mensagens”. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferências estas que recorrem a indicadores (quantitativos, ou não)” (BARDIN, 1977, p. 40).

A análise de conteúdo parte da descrição das respostas, ou seja, na qual serão enumeradas as características encontradas. No meio do processo, existe a inferência que é a intenção desse método, pois permite “a passagem explícita e controlada” da descrição para a interpretação (BARDIN, 1977, p. 41). É a interpretação a última etapa para se chegar às respostas às perguntas do trabalho.

A figura 2 a seguir representa uma visão geral com as sequências de ações, desde a coleta de dados até a interpretação dos resultados.



**Figura 16 Modelo de Análise de Conteúdo (Baseado em FRANCO, 2008 e BARDIN, 1977).**

**Elaborado pela autora.**

A análise de conteúdo partiu das variáveis analíticas escolhidas para a coleta de dados. O primeiro passo foi uma leitura “flutuante”, cujo objetivo era ter uma visão geral das respostas obtidas. O segundo passo foi a descrição de todas as respostas<sup>32</sup> em uma tabela ou quadro. O terceiro foi a escolha das unidades de registro, que foram as palavras-chave ou as frases-chave que se relacionam com as variáveis analíticas, ou seja, foram propostos os códigos.

O passo seguinte é a decodificação dos resultados, quando todas as respostas relacionadas a uma mesma categoria foram agrupadas. Esse passo é importante, pois, segundo Strauss e Corbin (2008, p. 114), “certos conceitos podem ser agrupados sob um conceito mais abstrato, [...] baseado em sua capacidade de explicar o que está acontecendo”. Com base nesse quadro decodificado foi feita a análise.

O sexto passo foi a inferência, ou seja, foram tiradas dessas informações as ideias explícitas ou indiretamente percebidas e com relevância teórica (FRANCO, 2005). O sétimo e último passo consistiu na elaboração das interpretações, quando foi feita a união do que foi inferido do diálogo com a teoria estudada e o contexto histórico e social, e assim se chegou às respostas à pergunta de pesquisa (objetivo geral) e aos objetivos específicos.

A análise das entrevistas com os técnicos e outros foi feita de maneira semelhante, com o objetivo de fazer inferências que pudessem ser confrontadas com as diferentes visões por meio da triangulação (Famílias X Técnicos/ Empresários X Famílias), observação da realidade.

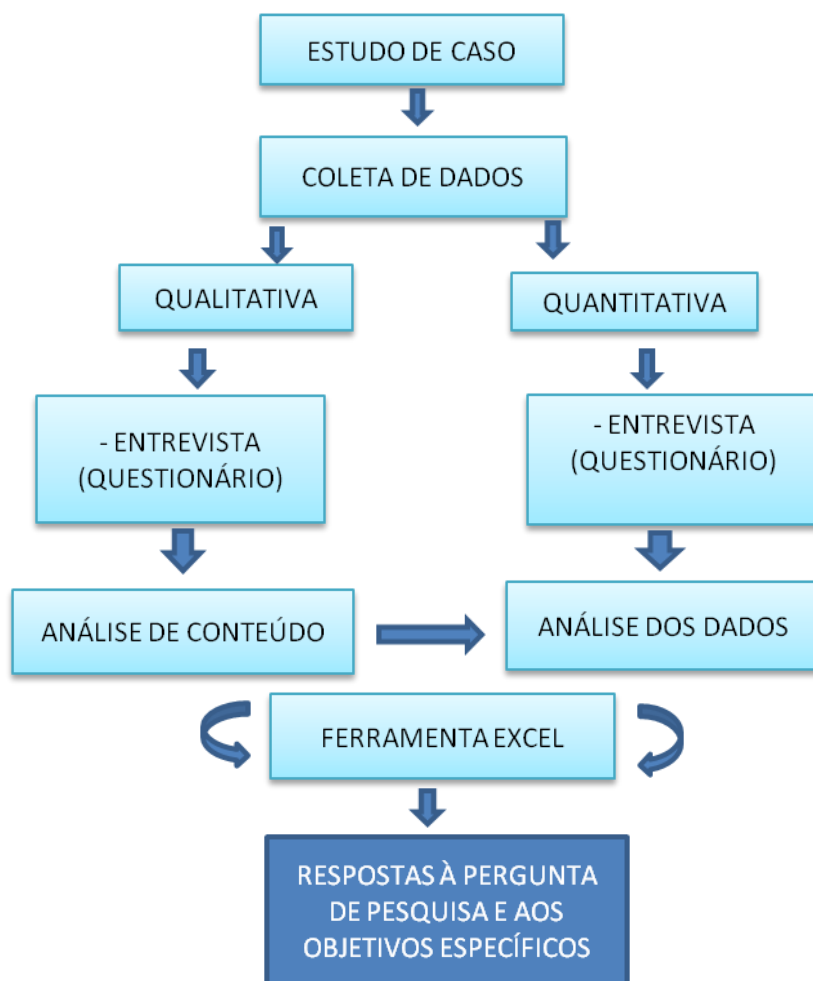
O quadro 6, a seguir, mostra o modelo orientador de planilha que foi utilizada para a realização da análise qualitativa.

**Quadro 6 Modelo de planilha para a análise das questões qualitativas**

	<b>Resposta por entrevistado</b>	<b>Decodificação</b>
1		
2		
3		
n		
		<b>INFERÊNCIAS</b>

Elaborado pela autora.

Após a tomada das respostas por respondente e respectiva decodificação, foi feita a interpretação vertical, por pergunta, de um mesmo objetivo, até se obter uma visão geral de todas as respostas, chegando-se assim à conclusão por objetivo específico.



**Figura 17 Modelo Metodológico Geral do Trabalho**  
Elaborado pela autora

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo está desdobrado em duas partes, 4.1 e 4.2 respectivamente, *As transformações no modo de viver das famílias e Traços de rurbanização e de pluriatividade*. A primeira, por sua vez, desdobra-se em duas outras: a primeira, 4.1.1 o perfil familiar geral (perfil, as trajetórias, as atividades de confecções), e a segunda, 4.1.2, que trata da parte socioeconomica: produção, renda, consumo, estilo de vida, poupança, investimento das famílias a partir da incorporação das atividades de confecções.

A segunda parte do capítulo (4.2) trata dos seguintes aspectos: características da rurbanização e da pluratividade na localidade.

### 4.1 Transformações no Modo de Viver das Famílias

#### 4.1.1 Perfil familiar geral

Todas as tabelas, quadros e figuras relacionados como item 4.1 estão disponíveis no apêndice 5.

##### 4.1.1.1 Perfil familiar

A idade média dos pais atinge 45 anos, variando entre um mínimo de 32 e um máximo de 73 anos. Para as das donas de casa, a média de idade atinge a faixa de 39 anos, variando entre um mínimo de 30 anos e um máximo de 56, o que revela certa maturidade dos pesquisados (Tabela 6).

As famílias têm em média de 2 a 3 filhos (Tabela 7), cujas idades médias são de 18 anos. Entretanto, deve-se ressaltar que essa média foi puxada para baixo pela idade das crianças. A maioria dos filhos têm idade acima dos 21 anos, o que pode levar a uma certa acomodação desses filhos à situação atual da família (ocupação e renda) (Tabela 5).

Quanto à escolaridade (Quadro7), a predominância entre os pais é de primeiro grau incompleto, mas apenas um deles revela ter o terceiro grau completo, e dois outros o segundo grau. Entre as mães, a formação também obedece aos mesmos padrões, ou seja, o primeiro grau incompleto. Chama a atenção a tendência para a pequena evolução da

escolaridade dos filhos se comparada à dos pais, já que entre os descendentes predominam os detentores de escolaridade de primeiro grau incompleto, e muitos ainda o estão cursando, com exceção da família 2, na qual todos os filhos não concluíram o 1º grau. São justamente os que possuem uma média de idade mais elevada se comparada às das outras famílias, com uma média de 26,8 anos. Essa faixa etária coincide com o início da confecção em larga escala na localidade. Provavelmente, a busca dessa atividade ocorreu em função desse crescimento.

Das diferenças citadas<sup>33</sup> por Blume (2004) entre o rural e o urbano, esses dois pontos que comprovam que a diferença entre o rural citado por esse autor e o rural encontrado na pesquisa não estão em consonância. O primeiro ponto refere-se à questão *ocupacional*: observando-se que as pessoas desde cedo se ocupam com o cultivo e a coleta de alimentos. Na localidade, isso não foi confirmado. Verificamos uma mudança social pelo fato de os pais incentivarem, com certa prioridade, a educação dos filhos. Essa preocupação foi ressaltada pelos respondentes (pais) na ocasião das entrevistas.

O segundo ponto está relacionado diretamente com o primeiro, pois o autor afirma que há uma baixa *mobilidade social*, seguindo os filhos a mesma ocupação dos pais. Esse fato não foi confirmado em sua totalidade, já que a maioria dos filhos está em idade escolar.<sup>34</sup> No entanto, já se observa uma mudança de perspectiva de vida profissional com a formação diferenciada da dos pais, pois os jovens vislumbram outras profissões que não estejam ligadas à agropecuária. Caso não seja com uma formação superior, outra ocupação, por exemplo, no comércio local.

Ruth Gasson (1988 op. Cit. SILVA, 1997) afirma que nos países desenvolvidos existe uma tendência a estabilizar e elevar a renda por meio da pluriatividade. Na localidade, como foi citado acima, verificamos um aumento no nível de escolaridade, fato que pode contribuir para melhorar a renda.

As atividades desempenhadas (Quadro 8) pelos pais de família, em sua maioria (6) eles trabalham na agropecuária e três trabalham com atividades sem nenhuma relação com a terra. Desses, apenas dois são pluriativos.

Em relação às mães, há um fator relevante: as que trabalham com a agropecuária trabalham concomitantemente com a confecção. Dessas mulheres, apenas duas trabalham com uma atividade sem nenhuma relação com a terra: são do lar. Uma delas trabalhava

---

<sup>33</sup> São nove as diferenças citadas pelo autor (ver página 21).

<sup>34</sup> Mesmo a média sendo elevada, 17,9 anos, existe a intenção dos jovens de concluírem o 2º grau.

antes com a terra e com a confecção, mas teve de parar devido a problemas de saúde. Verifica-se também, que as mães são mais pluriativas do que os pais. Essa dinâmica do trabalho feminino não constitui exatamente uma novidade, visto que é um processo cultural arraigado principalmente nas vilas rurais.

#### **4.1.2 Perfil Socioeconomico**

##### *4.1.2.1 Produção*

Na produção agrícola (tabela 16) observa-se a predominância de feijão e milho por serem mais tradicionais na região. Essa cultura é feita geralmente em pequenas áreas (de 1 a 2 ha).

A atividade pecuária (tabela 17 e figura 16), na vila, tem a predominância, em média, de aves com 432,4 unidades por família. Porém, se se analisa separadamente, verifica-se que a criação de bovinos ocorre com maior frequência entre as famílias, em seis das nove entrevistadas.

A análise desse dado pela frequência desse dado se deve ao motivo de um dos entrevistados possuir uma criação de galinha de granja em galpões, por isso a elevação da média. Sobre a frequência da criação bovina, ela se deve ao fator cultural e por ser um ativo com maior facilidade de liquidez.

A produção agrícola e a criação de animais não são prejudicadas pelo desenvolvimento de outra atividade, no caso a confecção. Elas são praticadas simultaneamente, embora o trabalhador fique mais sobrecarregado, pois precisa começar mais cedo o trabalho agropecuário para se dedicar depois à atividade de confecção.

Essa dedicação contínua às duas atividades confirma o que foi citado por Kautsky (1986), quando o mesmo enfatiza que essa mudança para a pluriatividade faz com que seja dada prioridade à atividade mais lucrativa, no caso a confecção, e cada vez menos integrantes da família participam das atividades agropecuárias. Isso também é confirmado em Monteiro (1998 *apud* Silva *et al.* 2002), que fala sobre a diminuição do tempo total de trabalho das famílias rurais dedicado a agropecuária.

Discordamos do que foi levantado por Nascimento (2004 *apud* DEL GROSSI *et al.* 2002) quando o mesmo justifica a diminuição da pobreza das famílias rurais pelo

abandono da atividade agrícola para exercer uma não agrícola, já que o que ocorre nessa localidade é a junção das duas atividades.

Os meses de maio a julho, novembro e dezembro são os meses em que há uma maior demanda pela produção de confecção (Tabelas 18, 19 e 20; Figura 17). Nesses períodos, verificou-se que dizer **muito** significa em média 6,1 dias de trabalho por semana, com uma carga horária de 12,4h/dia. Nos meses de menor intensidade de trabalho na confecção, as famílias disseram que **pouco** significa também em média 4,3 dias por semana, com uma carga horária de 5,3h/dia.

#### 4.1.2.2 Renda

A renda das famílias entrevistadas segue padrões distintos em sua formação (Tabela 21 e Figura 18). Das rendas superiores a R\$1.000,00 por mês, apenas uma se refere à agropecuária e a mesma provém mesmo da pecuária (bovino de leite). Em três casos a renda é oriunda de outras atividades: são rendas provenientes de aposentadorias, uma de salário com carteira assinada como vendedor, e rendas que se referem à confecção, em que as mesmas são próprias.

Delgado & Cardoso (2000 *apud* NASCIMENTO, 2004) ressaltam que a diminuição da pobreza das famílias rurais seria devido às transferências do Governo. Na localidade, a pesquisa revelou apenas dois casos, pois o restante se deve ao incremento da renda pela dedicação a outra atividade.

Se se compara a produção agropecuária com a produção de confecção, verifica-se que os respondentes que exercem essas duas atividades (independentemente de terem outras rendas), a renda proveniente da confecção é superior, de R\$100,00 a R\$200,00, à da agropecuária (quando a mesma existe).

Tal fato confirma o que foi dito por Silva (1997) sobre o baixo rendimento proveniente da agricultura, o que não permite às famílias continuarem com uma vida digna onde moram, e por Silva *et al.* (2002) que a renda advinda das atividades não agrícolas é superior à da atividade agrícola dos moradores rurais.

Verifica-se que a renda proveniente da confecção é igual ou maior que 50% da renda total em seis casos, e a renda *per capita* média é de R\$382,09, considerando-se todas as atividades. Pode-se concluir que, com a amostra levantada, não é possível fazer



uma análise suficientemente confiável para assegurar um padrão de predominância de renda das atividades não agrícolas sobre as agrícolas. Segundo os relatos dos entrevistados, a renda proveniente da confecção no passado era mais relevante do que no presente.

#### 4.1.2.3 Consumo e Estilo de Vida

A produção agrícola (tabela 22), em todos os casos, serve para o consumo próprio e em cinco casos também para a alimentação dos animais que são criados nas propriedades. Quanto aos que citaram que vendem a produção, isso se relaciona com a pecuária, pois, dos entrevistados, três deles vendem animais quando necessário, três vendem o leite para complementação da renda e todos utilizam a criação de animais para sua subsistência. Como todos consomem o que é produzido na propriedade, as rendas não monetárias são significativas para o sustento das famílias.

O acesso aos bens de consumo duráveis, que antes não era possível, com a renda da agropecuária passou a sê-lo. Os bens de valores altos, como carros e motos, não foram adquiridos novos, apenas os outros bens o foram, com exceção de uma geladeira usada. Com o aumento do poder de compra, houve a junção de bens duráveis como uma forma de melhorar a qualidade de vida e gerar um certo *status* social (Tabela 23).

Sobre os bens de consumo não duráveis (Quadro 12), em resumo, observa-se que houve mudanças nos hábitos alimentares, com o aumento da quantidade e a diversificação com a aquisição de itens industrializados, como iogurtes. Há também a busca por um melhor cuidado com o aspecto visual, com a aquisição de roupas e cosméticos. A compra de roupas foi citada, mas não de forma significativa. Já sobre os cosméticos, verifica-se que passaram a comprar principalmente xampu, perfume, etc.

O lazer passou a ser um item incorporado a essa nova situação econômica. A sua realização passou a ter a frequência de uma a duas vezes ao ano, com preferência pelas praias. Em relação a outros itens não duráveis (serviços), apenas um dos entrevistados citou a preocupação com um plano de saúde.

Em função das respostas obtidas (Quadro 13), chega-se à conclusão de que a confecção mudou a vida das pessoas. Quatro dos entrevistados citaram que tudo mudou, até um deles refere-se a si mesmo como "rico", se comparado aos padrões do passado.

Com a análise desses resultados, confirmamos a presença de traços de rurbanização, que, segundo Freyre (1982) é um processo de desenvolvimento socioeconômico em que os valores e estilos rurais e urbanos se misturam. Verificamos a presença de bens de consumo antes acessados apenas pelos moradores das áreas urbanas, já que os da área rural não possuíam condições financeiras para tal estilo de consumo e de viver “urbano”, e passam a ser um novo personagem social que é o “rurbano”. Moram nas áreas rurais, mas possuem características e estilo de vida do urbano. Em alguns casos, até dividem a moradia entre a uma casa nos centros urbanos e a uma casa na área rural. Tal informação, segundo Silva (2001), às vezes ficam camufladas, justamente por serem áreas “intermediárias” e não são bem identificadas pela análise censitária.

Esse novo estilo foi sugerido por Freyre<sup>35</sup> (1982), ao dizer que, quando não se pode viver apenas das atividades agropecuárias, viva-se de maneira “semi-rurais”, ou. Por que não? rurbana.

#### *4.1.2.4 Poupança e Investimento*

Configura-se um quadro em que antes da confecção havia baixa poupança e no pós-confecção há um aumento na poupança e na possibilidade de investimento, com melhoria no padrão de vida (Quadro 14).

As principais mudanças observadas pelos que citaram a baixa poupança, comparada às situações antes e pós confecção, foi a compra de casa, terreno e animais para criação. Pode-se verificar que, apesar do aumento de recursos financeiros, essas famílias apenas um pouco mais da metade aplicaram os recursos na produção agropecuária, com a compra de animais para criação, porém, nenhum deles citou investimentos na agricultura, justamente porque o tipo de clima da região que não favorece o cultivo e o baixo retorno da atividade se comparada com outras aplicações: logo, consideram que seria um investimento em algo incerto.

---

<sup>35</sup> Página 38 dessa dissertação

## **4.2 Traços de Rurbanização e de Pluriatividade**

Todas as tabelas, quadros e figuras relacionados ao item 4.2 estão disponíveis no apêndice 6.

### **4.2.1 Características da rurbanização**

Com o aumento da renda proveniente das atividades de confecções, quatro dos respondentes disseram ter feito baixos ou nenhum investimento na propriedade, ou seja, a estrutura da propriedade (estrutura de produção e de apoio, residência, por exemplo) não sofreu mudanças significativas a partir da introdução da confecção nas atividades. Os cinco entrevistados restantes declararam ter feito maiores investimentos na estrutura de suas propriedades. No conjunto das unidades, verificam-se melhorias, já que com a introdução das confecções propiciou uma elevação de renda, e uma certa poupança capaz de possibilitar alguns investimentos na vila como um todo (Quadro 15).

Verificamos na localidade estudada um certo grau de urbanização considerando-se essa como uma melhoria para as condições de vida dos moradores das unidades pesquisadas. A confecção contribuiu para esse processo de urbanização. Poderíamos falar de uma urbanização limitada, em função das características culturais e sócio-econômicas daquele local. O limite se dá também pela baixa poupança das famílias com a atividade de confecções, pois na maioria dos casos essa tem se constituído uma atividade de baixa lucratividade. Leve-se em consideração, ainda, que em alguns casos estudados as iniciativas são no sentido da terceirização, o que reduz ainda mais a rentabilidade.

A atividade de confecção contribuiu para a implantação da energia elétrica em todas as residências pesquisadas. Esse insumo (energia), por sua vez, possibilita o acesso a bens duráveis (geladeiras, televisão, ferro elétrico dentre outros), bem como o consumo de bens não duráveis, (refrigerantes, cervejas, iogurte, etc.), o que diversifica os padrões de consumo das famílias. No caso da televisão, somente para considerarmos esse bem, o acesso à informação se amplia, permitindo a expansão do consumo de bens duráveis e não duráveis, incorporando hábitos outrora eminentemente urbanos.

A análise dos resultados obtidos no item 4.1<sup>36</sup> mostram traços de consumo de itens antes obtidos nas áreas urbanas e agora presentes na rural, como carros, motos, geladeiras, alimentos industrializados, viabilização de viagens de lazer, etc.

As observações feitas no local mostram, também, que os investimentos efetuados afetaram inclusive a parte estética das residências, indo além da simples ampliação, com a introdução de cerâmicas, portões de ferro, etc. Isso nos remete à comparação com o estilo arquitetônico das residências situadas no centro urbano do município-sede.

Essas características rurbanas passam a surgir, como se pode observar, a partir do contato direto observações e por inferências com base nos resultados, a partir da entrada de outra atividade, a confecção, que tornou os atores sociais da localidade pluriativos, isto é, desempenham agora atividades rurais e urbanas em conjunto, guardando-se as especificidades quanto à divisão do trabalho familiar.

Essa pluriatividade, segundo Wanderley (2008), tem-se tornado um jeito novo de desenvolvimento para o rural brasileiro. Atente-se, porém, para as considerações de Campanhola e Silva (2004), de acordo com os quais a pluriatividade não tem uma forma única, mas vai depender de cada região, assim como dentro de cada região há vários tipos de pluriatividade.

#### **4.2.2 Características da pluriatividade local**

A grande maioria dos respondentes (7) declarou que a aceitação da introdução da nova atividade (confecção) foi boa e a aceita sem preconceitos. No caso específico, o preconceito se refere à possibilidade de execução de atividades de confecção pelos homens. Para ilustrar essa situação, um dos entrevistados, declarou que tal aceitação foi "fácil" devido à dureza da atividade agrícola, que expõe o trabalhador às intempéries da natureza, cuja exposição leva a um processo de extenuante desgaste físico extenuante (Quadro 16).

A realidade relatada vai ao encontro do que analisou Wanderley (2008), quando ressalta o desafio dessa nova realidade para os moradores, antes apenas trabalhadores

---

<sup>36</sup> Sub item de Análise dos resultados sobre as transformações no modo de viver das Famílias

agropecuários. Agora, os mesmos precisam adaptar-se a essa nova realidade e aprender e/ou descobrir novas habilidades antes não necessárias, o que representa a reconstrução do seu “eu” como profissional.

Para os clássicos marxistas, segundo Silva (1997), a presença de membros familiares em outras atividades significava a proletarização e, como consequência, a desagregação familiar, o empobrecimento e uma piora das condições sociais, ou seja, a pluriatividade seria um problema. A realidade estudada pelos marxistas era outra. Referia-se à saída do campo para se incorporar às atividades indústrias fabris, o que resultava em alienação do trabalhador e sua completa sujeição aos proprietários dos bens de capital. No caso estudado, essa condição é diferente, está mais de acordo com o que foi salientado por Fuller (1990 *apud* SILVA, 2002), quando ele diz que essa mudança não significa a decadência familiar, mas uma diferenciação dessas famílias, nos âmbitos social e econômico.

Em que pese à introdução da nova atividade (confeção) e a convivência pluriativa das duas atividades (rurais e urbanas), a agricultura ainda tem uma ligação muito forte com essas pessoas, a ponto de ser comparada "à vida". Mesmo sem ter boas condições para o cultivo, eles, os produtores, têm de alguma forma uma ligação emocional com a terra, variando essa ligação como sendo de grande ou de pequena intensidade. Quem está nessas localidades denominadas de "sítios", está lá pela qualidade de vida e pelo contato com a terra e com os animais. A confeção é adotada para ampliar a renda da família. A primeira atividade poderia ser influenciada pelo predomínio da emoção, enquanto o advento da segunda, a confeção, estaria ligado ao predomínio da razão e conforto (atividade mais resguardada das intempéries do tempo) : necessidade de sobrevivência e acesso aos novos bens de consumo (Quadros 17 e 19).

Veiga (2003a) cita o caso de Blumenau e de Brusque, em Santa Catarina, onde apesar das peculiaridades locais, foram encontradas poucas famílias que trabalhavam exclusivamente com a agropecuária. A maioria é constituída de faccionistas (terceirizados de fábricas de confeções) e apesar de serem pequenos produtores, não se encontrava na região nenhum produtor pobre.

No caso em estudo, a vila apresenta padrões sociais diferentes daqueles, mas o que percebemos foi que, onde a confeção era mais determinante no que toca à renda, essas famílias apresentavam um maior grau de desenvolvimento material, por exemplo, a

casa é mais bem acabada, com o emprego de cerâmica, etc. Por outro lado, onde a confecção era menos intensa, as casas eram mais simples, Todavia, observou-se, independentemente da condição arquitetônica e das condições materiais das residências, a presença de bens duráveis e não duráveis propiciados pela maior renda, conforme já foi dito.

A visão do futuro da atividade agrícola não apresenta boas perspectivas pelas condições climáticas, comparativamente a outras regiões e a incipiente política pública de apoio ao setor. Os entrevistados declararam que esperam incentivos governamentais para plantar, criar e ficar no local onde estão e gostam de viver (Quadro 18).

Na região há outras atividades que precisam ser exploradas para uma maior autonomia dos produtores e para uma geração de renda mais sustentável. No caso, o desenvolvimento de atividades que estejam ligadas à terra ou aos animais, e que não dependam da chuva, ou menos dela, como é o caso da implantação da apicultura na zona rural.

Infere-se que as perspectivas com as atividades de confecção (Quadro 20) também não são boas, pois, segundo alguns relatos, muitos dos antigos compradores agora estão com confecção própria e não mais precisam deslocar-se até o Polo de Confecções para efetuar suas compras. Um dos respondentes comentou que, se não for desenvolvida outra atividade, a situação das pessoas vai começar a piorar.

Apesar dessas expectativas negativas, verificamos que a atividade de confecção foi e faz parte da história dessas pessoas, e promoveu mudanças em seu estilo de vida e pensamentos, quanto à melhoria de vida para si e para os seus descendentes.

Observa-se que a pluriatividade, no caso, foi muito benéfica para o desenvolvimento da localidade e das pessoas que nela vivem ou viviam. A agricultura passou a ser mais um meio de lazer, e contingenciada pelo aspecto cultural, enquanto a outra atividade, a confecção, constitui um meio de sobrevivência para essas famílias.

Para Silva (1997), um estilo de vida pluriativo é fundamental para a elevação da renda dos moradores das áreas rurais, fato confirmado pelo professor Schneider (*apud* SILVA, 1999), que concluiu que a pluriatividade provou a capacidade de adaptação às mudanças sociais e de permanência em seus locais de origem nas áreas rurais.

No item que trata da produção e de renda (4.1.2.1 e 4.1.2.2), verificamos que a produção por meio de outra atividade fez com que, segundo relatos, as pessoas mais velhas permanecessem em suas localidades e pudessem exercer uma atividade que lhes dá prazer, a agropecuária, e também outra atividade que lhes proporcionasse uma melhoria na renda. Esta última também lhes proporcionou um melhor padrão social na medida em que puderam obter bens, antes apenas acessíveis a pessoas que tinham um maior poder aquisitivo por residirem e exercerem atividades urbanas na sede do município.

A pluriatividade trouxe a chance de tornar possível o investimento na educação dos filhos e com isso criar-lhes uma nova perspectiva de vida. Mesmo com uma jornada de trabalho ampliada, a confecção foi o diferencial positivo para essas pessoas.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar as transformações na produção e no consumo, bem como verificar traços de rurbanização e pluriatividade em unidades familiares da vila Magana, localizada no município de Santa Cruz do Capibaribe, PE.

A expressão do rural encontrada na localidade estudada não coexiste separadamente do urbano, pois as duas situações convivem com certa aproximação, formando uma terceira, a rurbana.

Essa localidade apresenta um duplo movimento, pois as pessoas têm saído da vila para os centros urbanos. Outros veem a vila como local de descanso e de lazer. Porém, há também aqueles que fazem desse local (vila) uma segunda, ou até mesmo uma primeira moradia, havendo trânsito durante o período semanal entre o campo e o centro urbano e vice-versa

Localizamos um novo ator social, representado por aquela pessoa que divide seu tempo entre a atividade agropecuária e uma outra atividade, agropecuária ou não. Essa diversificação trouxe benefícios para a população local, sem que se apresente como uma solução única de apenas uma atividade não agrícola como perspectiva de melhoria da renda. Os arranjos são diversos e vão além da dicotomia agropecuária/confecções.

Dentre os benefícios alcançados a partir dessa pluriatividade – embora não com exclusividade –, destacaríamos a possibilidade de incentivar os filhos a dispensarem maior atenção à educação, vislumbrando para eles um futuro diferente daquele alcançado pelos pais.

O desenvolvimento de atividade não agrícola na área rural, nesse caso, a confecção, deve-se à expansão da atividade a partir do centro urbano de Santa Cruz do Capibaribe, e pelos resultados positivos (aumento de renda) gerados por quem a praticava. Com isso, a confecção passou a fazer parte do cotidiano daquelas pessoas, de modo a ser hoje, considerada parte da cultura local (vila), presente em todas as famílias entrevistadas. Mas, isso não significa que o “sucesso” dessa atividade na região daria certo em qualquer outra localidade, visto que o desenvolvimento dependerá das características de cada local, pois não há uma fórmula única.



A atividade de confecção trouxe também uma mudança, na medida em que a responsabilidade pela manutenção familiar sai da exclusiva responsabilidade masculina, e passa a ser dividida com a dona da casa.

Não verificamos preconceito, por parte dos homens, quanto à prática da confecção, uma atividade tradicionalmente feminina. Acrescente-se que a confecção foi vista com “bons olhos” pelos homens, pelo fato de poder ser realizada dentro de casa, isto é protegida do sol e livre das ameaças de toda ordem: mosquitos, cobras, chuva, poeira, etc.

Verificamos uma dualidade, quanto aos propósitos, entre as duas atividades (agropecuária e confecções), com a predominância de facções entre as confecções. A segunda tem o propósito de retorno financeiro, e a primeira - a agropecuária - está vinculada ao prazer e é parte maior da cultura local. Saliente-se que a atividade da pecuária, em algumas famílias, teve um aumento - maior plantel - por conta das rendas geradas com as confecções, o que permite concluir que houve também um acréscimo nas rendas não monetárias da agropecuária, fruto dos ganhos - rendas monetárias - obtidas com as confecções.

A produção agropecuária é feita em baixa escala, não sendo prejudicada pela atividade de confecção. O que acontece na localidade são arranjos formados entre as duas atividades o que resulta, em sobrecarga para os trabalhadores, já que durante aproximadamente cinco meses do ano existe uma intensidade de trabalho com a atividade mais lucrativa, nesse caso a confecção, pois exige deles uma média de 6,1 dias por semana e 12,4 hrs/dia.

A formação da renda dessas famílias segue padrões distintos, mas é importante salientar que, de modo geral, houve um aumento da renda total, gerado pela pluriatividade. Segundo os relatos, houve uma diminuição da pobreza local. Porém, em função do reduzido tamanho da amostra, não se pode afirmar, com razoável grau de confiança, que a existência da pluriatividade seja a causa única das melhorias mencionadas. Embora não tenha sido revelado pelos entrevistados, sabe-se, por relatos e outras pesquisas no Nordeste sobre rendas familiares, que nas áreas rurais, grande parte das rendas monetárias é oriunda de transferências do Governo.

O que a pesquisa conseguiu captar foi que as famílias passaram a ter acesso a bens de consumo duráveis, o que antes da confecção não era possível. Sobre os bens de consumo não duráveis, constatamos que houve uma transformação dos hábitos

alimentares, com o aumento da quantidade e da diversificação, com a entrada de itens industrializados na composição da cesta básica familiar. Houve, igualmente, um aumento no consumo de vestimentas, de cosméticos e de viagens de lazer. Fruto dessas mudanças surge um novo personagem social, a pessoa rurbana, que vive nas áreas rurais, mas que possui traços eminentemente urbanos.

Também com a renda proveniente dessa pluriatividade, todos os pesquisados relataram que houve um aumento da poupança, sendo que apenas um pouco mais da metade dos entrevistados revelou ter aplicado recursos na pecuária, dada a incerteza quanto aos resultados daquela atividade.

Atualmente, verificamos uma mudança de perspectiva. Muitos dos entrevistados mostraram a vontade de deixar de atividade de confecção, por vários motivos. Porém, não para voltar à atividade tradicional, a agricultura, com o retorno às origens, mas para atividades não agrícolas, outros serviços urbanos.

Outro fato relevante a ser ressaltado é que, apesar do pouco investimento nas moradias, verificamos uma melhora nos aspectos estéticos das construções e o uso de materiais mais nobres.

Salientamos que houve um certo grau de urbanização na localidade estudada, considerando-se essa como uma melhoria das condições de vida, o que reflete as características superiores da sócio-economia da vila.

Concluimos que características rurbanas passam a surgir devido à entrada de outra atividade. Nesse caso, a pluriatividade dos atores sociais proporcionou a rurbanização da localidade, que é justamente a mistura entre o rural e o urbano.

A pluriatividade trouxe consigo um desafio, que foi a reconstrução do “eu” profissional, já que exigiu desse novo personagem o aprendizado de habilidades antes consideradas desnecessárias. A pluriatividade mostrou que essa mudança não significava uma decadência da família, mas era um fator de diferenciação nos âmbitos social e econômico.

A agropecuária continua a fazer parte dessas famílias, porém, não mais como fonte única de sobrevivência. As perspectivas para essa atividade não são boas, a sua

continuidade se dá por prazer e pela cultura. Mas, caso haja alguma mudança para essa localidade, provavelmente essa atividade terá uma busca imediata.

Em relação à confecção, concluímos que ela representou um fator determinante na mudança de vida dessas famílias do ponto de vista financeiro e no aspecto social. Entretanto, as perspectivas não são boas devido ao excesso de oferta em relação à demanda.

Na visão de um dos empresários que terceiriza com os residentes em relação ao processo de utilização da mão de obra do campo para a atividade de confecção, a busca por esse tipo de trabalho se deve ao fato de na sede do município haver escassez de mão de obra, bem como pela exigência de carteira assinada. Na área rural isso não existe (por ser inexistente a fiscalização). Todos esses fatores diminuem o custo do empresário aumentando o seu lucro.

As dificuldades para a realização deste trabalho se deveram à disponibilidade dos entrevistados e ao prazo para a finalização. Os moradores da vila mostraram-se solícitos, porém muitos deles trabalham na sede do município o que dificultou o encontro para as entrevistas. Sabemos que a pesquisa qualitativa exige um maior tempo para seu aprofundamento: entretanto, esta teve seus limites devido à falta de tempo para a realização com uma amostra mais ampliada.

Para futuros trabalhos, recomenda-se um maior aprofundamento e com uma amostra mais ampla, ou até, se possível, com o universo da área rural, para uma melhor visualização da realidade que ocorre nessas localidades em relação à ruralização e à pluriatividade.

## REFERÊNCIAS

- **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.** Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>. Acesso em: 16 de Nov. 2011.
- ANDRADE, M. C. de. **O Nordeste e a questão regional.** 2ª edição. Editora Ática. São Paulo, 1993.
- ARAÚJO, T. B. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000100002&script=sci_arttext). Acesso em: 19 de jul. 2011.
- **As vilas rurbanas.** Curitiba, 1982. 32p.
- **Associação dos Confeccionistas da cidade de Santa Cruz do Capibaribe.** Disponível em: <http://www.ascapsantacruz.blogspot.com>. Acesso em: 10 de jul. 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4ª edição. Edições 70. França, 1977. ISBN: 978-972-44-1154-5.
- BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA. 4. 2008. São Paulo. **Anais...** UERJ. 2008. 132-150. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/gpet/en\\_grup/ivengrup/pdf/biazzo\\_p\\_p.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/en_grup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf). Acesso em: 29 de mai. 2011.
- BLUME, R. **Território e ruralidade:** a desmistificação do fim do rural. 2004. P.16 a 85. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS. Porto Alegre, RS. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/comteudo/artigos\\_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta\\_territorio.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/comteudo/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta_territorio.pdf). Acesso em: 29 de mai. 2011.
- BUAINAIN, A. M(Coord.) *et al.* **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil características, desafios e obstáculos.** Campinas, SP. Ed. UNICAMP, 2007.

- CABRAL, R. M. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais**: Estudo de casos no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CAMPANHOLA, C. *et al.* São Paulo: **Uma volta ao campo**. [2000?] Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/cientifico.htm>>. Acesso em 01 de Set. 2010.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**: novas atividades rurais. Vol. 6 / Editores Técnicos, Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológicas, 2004.
- CHAROUX, O. M. G. **Metodologia**: processo de produção, registro e relatos do conhecimento. Ed. Ver. – São Paulo: DVS Editora, 2006. Cap. 4.
- DUARTE, R.; FUSCO, W. Migrações e emprego precário na atividade de confecção em dois contextos distintos: São Paulo (SP) e Toritama (PE). Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic\\_sec\\_1\\_mig\\_emp\\_pre.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mig_emp_pre.pdf)>. Acesso em 18 de jul. 2011.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. 3ª edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. ISBN: 85-98843-32-6.
- FREYRE, G. **Rurbanização: Que é?** Recife, PE. Ed. Massangana, 1982. 153p.
- FROEHLICH, J. M. Gilberto Freyre: **A história ambiental e a “rurbanização”**. Ed. Manguinhos, 2000. P782 [v.7, n.2, p.283-303, jul./out. 2000]. Rio de Janeiro, RJ.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. 11 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-3169-4.
- GROSSI, M. E. D; SILVA, J. G. **O novo rural**: Uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002. V. 1 (53p). Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=868>>. Acesso em: 29 de mai. 2011.
- IBGE. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas\\_socioeconomicas\\_b.htm](http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm)>. Acesso em: 11 de mai. 2011.
- ILHA, A. S; CORONEL, D. A.; ALVES, F. D. O modelo Italiano de desenvolvimento regional: Algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do

Sul. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m11t05.pdf>>. Acesso em: 18 de jul.2011.

- Indústria e Comércio. **A Irlanda é Aqui!** Disponível em: <<http://www.icnews.com.br/2011.03.03/colunistas/aroldo-mura/a-irlanda-e-aqui-nossa-guerra-santa/>>. Acesso em 20 abr.2011.

- IPA. Plano de Ação Municipal de Santa Cruz do Capibaribe.
- **Jornal Unicamp**. SUGIMOTO, Luiz. O novo mundo rural. Jornal da Unicamp – Julho/agosto de 2000. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/jul2000/pagina10-Ju153.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/jul2000/pagina10-Ju153.html)>.

Acesso em: 28 de jan. 2011.

- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e um exemplo de medidas. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf> >. Acesso em: 29 de mai. 2011.

- \_\_\_\_\_ . **Desenvolvimento rural**: conceitos e medidas. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf>>. Acesso em: 19 de jul. 2011.

- KAUTSKY, K. **A questão agrária** (Tradução). São Paulo: Nova Cultural. 1986.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. Ed. Ver. E ampl. – São Paulo: Atlas, 1991. ISBN: 85-224-0714-2.

- LINDNER, M. et al. Presença da ruralidade em municípios gaúchos: O exemplo de Silveira Martins, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 19. 2009. **Anais...** São Paulo. UNESP, Rio Claro. 2009. 1-15. Disponível em:<[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XXENGA/artigos/Lindner\\_M.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XXENGA/artigos/Lindner_M.pdf)>. Acesso em: 29 de mai. 2011.

- LEVINE, D. M. et al. **Estatística**: teoria e aplicação. Tradução Teresa Cristina Padilha de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- LORENZO, H. C.; FONSECA, S. A. **A promoção do desenvolvimento local apoiada em redes de municípios**: a experiência do Consórcio Intermunicipal Central Paulista. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122008000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122008000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 jul.2011.

- MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, ano 18, nº19, jul/dez. 2002. Pág.95-112. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/cientifico.htm>. Acesso em 01 set.2010.
- MONTENEGRO, S. M. G. L. et al. **Águas subterrâneas na zona costeira da planície do Recife (PE). Evolução da Salinização e Perspectiva de Gerenciamento**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos.Volume 14 n.3 Jul/Set 2009, 81-93. Disponível em: [www.abrh.org.br/novo/download\\_file.php?filename](http://www.abrh.org.br/novo/download_file.php?filename). Acesso em 14 de Nov. 2011.
- MOUTINHO, L. M. G. Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. **Nota Técnica 02**. 2010.
- NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade, Pobreza rural e serviço doméstico remunerado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 42. N.2. apr/june 2004. Disponível em: [http://?Script=sci\\_arttext &pid=S0103-200320040\\_00200008](http://?Script=sci_arttext &pid=S0103-200320040_00200008). Acesso em: 25 de fev. 2011.
- NORONHA, E. G; TURCHI, L. O pulo do gato da pequena indústria precária. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n.1. P. 249 -280. Junho, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a13v19n1.pdf>. Acesso em: 14 de Nov. 2011.
- PINTO, N. M. A. *et al.* As implicações da delimitação de rural e urbano para as práticas das instituições de capacitação profissional em cidades rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). 44. 2006. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, Ceará. Jul. 2006. P.1-17. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/738.pdf>. Acesso em: 29 de mai. 2011.
- II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, Produção e qualidade de vida no meio rural. Disponível em: [http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf) Acesso em: 22 fev. 2011. P. 5-19.
- **POR uma política de desenvolvimento social para o Brasil**: sugestões do Instituto Joaquim Nabuco. IJNPS, 1979. 48 p. Série: (Monografias / Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; 16). Recife, PE.
- **Portal Brasil**. Disponível em: [http://www.portalbrasil.net/estados\\_pe.htm](http://www.portalbrasil.net/estados_pe.htm). Acesso em 16 de Nov. 2011.

- **Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe.** Disponível em: <http://www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br/2011/internas.php?id=21>. Acesso em: 12 de Nov. 2011.
- REIS, D. S. O rural e o urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. 15. 2006. **Anais eletrônicos...** Caxambú, Minas Gerais. 2006. 1-13. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/emcontro2006/docspdf/ABEP2006\\_777.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/emcontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf). Acesso em: 29 de mai. de 2011.
- RICHARDSON R. J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. Ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.
- RUA, J. **A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica.** Disponível em: <http://www.anpege.org.br/revista/ojs2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/81/41>. Acesso em: 29 de mai. 2011.
- SANTOS, R. **Rurbanização e revolução agrária em dois registros clássicos.** P767 [n.16, p.74-93, abr. 2001]. Rio de Janeiro.
- SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. **O conceito de rural.** Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/osorio.pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2011.
- SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte. p. 43-81, maio. 1997.
- SILVA, J.G. *et al.* O que há de realmente novo no rural brasileiro. Caderno de **Ciências e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n.1, p. 37-67. jan/abr. 2002. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=868>. Acesso em: 21 de mai. 2011.
- SILVA, J.A.S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: Uma análise urbano-regional baseada em Cluster.** Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SILVA, R. M. A. **Entre a seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. ISBN: 978-85-7791-008-3.
- Site Oficial do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 22 de novembro de 2010.



- SOUZA, G. B. Paisagens rurbanas: a tensão entre práticas rurais e valores urbanos na morfogênese dos espaços públicos de sedes de municípios rurais. Um estudo de caso. **Sociedade & Natureza**. vol. 21 no.2 Uberlândia Aug. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132009000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132009000200012&script=sci_arttext). Acesso em: 29 de mai. de 2011.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução: Luciane de Oliveira Rocha. 2. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2008. ISBN: 978-85-363-1043-5.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Territorial do Brasil**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. Associação Nacional de Pós-graduação em Economia (ANPEC), [2001?]. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>. Acesso em 11 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_ . **Como reconhecer uma cidade**. 2002. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/professores/zeeli>. Acesso em 15 set.2010.
- \_\_\_\_\_ . **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. Ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2003a. pág. 31-52.
- \_\_\_\_\_ . **Nova visão de desenvolvimento rural**. 2003b. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/cientifico.htm>. Acesso em 01 set.2010.
- \_\_\_\_\_ . **O futuro das regiões rurais**. 2003c. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/cientifico.htm>. Acesso em: 01 set.2010.
- \_\_\_\_\_ . **A piada do Brasil 80% urbano**. 2004a. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/cientifico.htm>. Acesso em: 01 set. 2010.
- \_\_\_\_\_ . **Nem tudo é urbano**. Ciências e cultura, ano 56, nº2, abr-jun. 2004b. pág. 26-29. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/cientifico.htm>. Acesso em: 01 set.2010.
- \_\_\_\_\_ . **Nascimento de outra ruralidade**. 2006. Pág. 333-353. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/cientifico.htm>. Acesso em: 01 set.2010.
- WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.html>. Acesso em 19 de jul. 2011.

- XAVIER, M. G. P. **O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária**: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000). 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman.

## APÊNDICE

### Apêndice 1 Folha dos participantes da 1ª etapa da coleta de campo

#### 1ª ETAPA DA COLETA DE DADOS EM CAMPO

#### GRUPO 1: GRANDE INFLUÊNCIA DA CONFECÇÃO

PARTICIPANTE	NOME DO REPRESENTANTE DA FAMÍLIA	ACEITA PARTICIPAR DA PRÓXIMA ETAPA (ENTREVISTA)
1		
2		
3		
4		
5		
n		

**Apêndice 2 Perguntas da primeira etapa da pesquisa de campo**

**1ª ETAPA DA COLETA DE DADOS EM CAMPO**

**Questionário**

**1º GRUPO: GRANDE INFLUÊNCIA**

1) Quantos meses por ano dura a atividade de confecção em sua casa?

( ) 1 a 3 meses ( ) 4 a 6 meses ( ) 7 a 11 meses ( ) todo o ano

2) Durante o período que exerce a atividade de confecção, só faz essa atividade?

( ) Sim ( ) Não

3) Se exerce outra atividade qual é?

( ) Agricultura ( ) caprino ( ) bovino ( ) outros: TODAS AS  
OPÇÕES

4) Quem da família trabalha com confecção?

( ) Todos ( ) Só a mãe ( ) Só o pai ( ) só as filhas

( ) só os filhos ( ) Só a mãe e os filhos

( ) outra combinação \_\_\_\_\_

**Apêndice 3 Questionário entrevista com os grupos 1 e 2**

**Apêndice 4 Questionário de entrevista com o grupo 3**

**Apêndice 5 Figuras, Quadros e Tabelas referentes ao capítulo 4 – sub-ítem 4.1 Transformações no modo de viver das famílias**

*Questões 1.3.1: Gênero, Idade, grau de escolaridade, Atividade exercida e residente na vila.*

**Tabela 6 Idade dos componentes familiares**

PAI	IDADE	MÃE	IDADE	FILHOS	IDADE
1	38	1	39	1	17
2	73	2	56		19
3	40	3	39		23
4	53	4	44	2	23
5	47	5	51		24
6	25	6	21		27
7	63	7	40		28
8	33	8	30		32
9	32	9	31	3	12
<b>Média</b>	<b>44,9</b>	<b>Média</b>	<b>39</b>		16
				4	25
					22
					17
				5	23
					22
					27
				6	3
				7	15
					7
				8	9
					0,2
				9	12
					9
				<b>Idade Média</b>	<b>17,9</b>

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

**Tabela 7 Quantidade de filhos**

Famílias	Nº de filhos
1	3
2	5
3	2
4	3
5	3
6	1
7	2
8	2
9	2
<b>Média</b>	<b>2,6</b>

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

**Quadro 7 Grau de Escolaridade**

<b>PAI</b>	<b>Escolaridade</b>
<b>1</b>	1º grau incompleto
<b>2</b>	não alfabetizado
<b>3</b>	1º grau completo
<b>4</b>	1º grau incompleto
<b>5</b>	1º grau incompleto
<b>6</b>	2º grau completo
<b>7</b>	1º grau incompleto
<b>8</b>	3º grau completo
<b>9</b>	2º grau completo

<b>MÃE</b>	<b>Escolaridade</b>
<b>1</b>	Não alfabetizada
<b>2</b>	1º grau incompleto
<b>3</b>	1º grau completo
<b>4</b>	1º grau incompleto
<b>5</b>	1º grau incompleto
<b>6</b>	2º grau completo
<b>7</b>	1º grau incompleto
<b>8</b>	1º grau incompleto
<b>9</b>	2º grau completo

<b>FILHOS</b>	<b>Escolaridade</b>
<b>1</b>	1º grau incompleto (cursando)
	2º grau completo
	3º grau completo
<b>2</b>	1º grau incompleto
	1º grau incompleto
	1º grau incompleto
	1º grau incompleto
<b>3</b>	2º grau incompleto (cursando)
	1º grau incompleto (cursando)
<b>4</b>	3º grau incompleto (cursando)
	1º grau incompleto
	2º grau incompleto (cursando)
<b>5</b>	3º grau completo
	3º grau incompleto (cursando)
	2º grau incompleto (cursando)
<b>6</b>	Não estuda
<b>7</b>	1º grau incompleto (cursando)
	2º grau incompleto (cursando)
<b>8</b>	Não estuda
	1º grau incompleto (cursando)
<b>9</b>	1º grau incompleto (cursando)
	1º grau incompleto (cursando)

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.



**Quadro 8 Atividades Desempenhadas**

PAI	Atividade
1	Confecção/ agropecuarista
2	Agropecuarista
3	Confecção/ agropecuarista
4	Agropecuarista
5	Agropecuarista
6	Vendedor
7	Comerciante
8	Supervisor Pedagógico
9	Agropecuarista

MÃE	Atividade
1	Confecção/ agropecuarista
2	Confecção/ agropecuarista
3	Confecção/ agropecuarista
4	Do lar
5	Confecção/ agropecuarista
6	Confecção
7	Comerciante
8	Facção
9	Funcionária Pública

FAMÍLIA	Atividade
1	1.1 Estudante/confecção
	1.2 Estudante/ Agente de Saúde
	1.3 Operador de Máquina de bordar
2	2.1 Instalador de antenas
	2.2 Arrumador
	2.3 Facção
	2.4 Confecção Própria
	2.5 Confecção Própria
3	3.1 Estudante/Confecção/ agropecuarista
	3.2 Estudante
4	4.1 Estudante/confecção/Comerciante
	4.2 Nada
	4.3 Estudante/vendedor
5	5.1 Estudante/Professora
	5.2 Estudante/Téc. Em confecção de vestuário
	5.3 Estudante
6	Criança
7	7.1 Estudante
	7.2 Estudante
8	8.1 Criança
	8.2 Criança
9	Estudante

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

**Quadro 9 Residente na Vila**

PAI	Residente		MÃE	Residente		FILHOS	Residente <sup>37</sup>
1	SIM		1	SIM		1	NÃO
2	SIM		2	SIM			NÃO
3	SIM		3	SIM			NÃO
4	SIM		4	SIM		2	NÃO
5	SIM		5	SIM			NÃO
6	SIM		6	SIM			NÃO
7	SIM/NÃO		7	NÃO/NÃO			NÃO
8	SIM/NÃO		8	NÃO/NÃO			NÃO
9	SIM/SIM		9	SIM/SIM		3	SIM
							SIM
						4	SIM
							SIM
							SIM
						5	NÃO
							NÃO
							NÃO
						6	SIM
						7	NÃO/NÃO
							NÃO/NÃO
						8	NÃO/NÃO
							NÃO/NÃO
						9	SIM/SIM
							SIM/SIM

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

<sup>37</sup> As famílias 7,8 e 9 foram perguntados sobre se moravam na localidade quando exerciam a atividade de confecção e atualmente. Por este motivo nessas numerações constam duas respostas sendo a na mesma seqüência da pergunta.

*Pergunta - Extra 1.4 (Grupo 1 e 2) : Como a atividade de confecção chegou até a sua família na área rural?*

**Quadro 10 Início da atividade de confecção**

	<b>Respostas</b>
1	<b>“Por meio do irmão do Pai da casa</b> que tem uma confecção própria”.
2	<b>“Foi atrás da atividade na cidade</b> para poder sobreviver. <b>Depois</b> é que passou a <b>costurar para ele próprio</b> ”.
3	<b>“Uma pessoa veio atrás na vila há muitos anos</b> oferecendo trabalho na confecção (tinha 15 anos). Começou a costurar em casa”.
4	<b>“Viu que estavam fazendo na cidade e tava dando certo.</b> Então passou a fazer também”.
5	“Começou a fazer um curso de corte e costura em Caruaru mas não terminou. <b>Começou a trabalhar para outra pessoa</b> para complementar a renda”.
6	<b>“Começou aos 15 anos</b> na casa dos pais. Quando <b>se mudou</b> levou a máquina e começou a <b>costurar para o tio do marido</b> ”.

**Elaborado pela autora**

**Fonte: Dados coleta de campo, 2011.**

*Perguntas - 1.6 Fatores de mudança das atividades (Grupo 3): 1.6.1 Quando começou a atividade de confecção? 1.6.2 Como a atividade de confecção chegou até a sua família na área rural? 1.6.3 De quem foi a influência para o início dessa atividade? 1.6.4 Há quanto tempo deixou a atividade de confecção? E por quê?*

**Tabela 8** Trajetória dos que já trabalharam com confecção

	Resposta por entrevistado	Decodificação
7	1981	Década de 80 e 90. Justamente o período do "boom" da atividade na cidade.
8	1992	
9	1997	
7	<b>Comproou retalho</b> no armazém <b>em Santa Cruz</b> , começou a costurar e vender na feira.	Iniciativas individuais para o início da atividade.
8	Já começou <b>por conta própria</b> .	
9	Começou a trabalhar porque o <b>marido já trabalhava com confecção</b> quando se casaram.	
7	<b>Partiu dele mesmo</b> .	Influência de terceiros para exercício da atividade.
8	<b>Influência dos irmãos</b> que trabalhavam com confecção.	
9	<b>Influência do marido</b> .	
7	<b>Deixou há 20 anos</b> . Porque apesar de ter mulher e filhas <b>ninguém da família o ajudava</b> . Preferiu fazer algo que pudesse fazer sozinho.	Deixou a atividade por falta de apoio familiar.
8	<b>Faz 11 anos</b> . A confecção trazia <b>problemas devido a sazonalidade</b> que prejudicava a <b>questão financeira</b> .	Sazonalidade
9	<b>Há 9 anos</b> porque <b>passou</b> em um <b>concurso</b> da prefeitura da cidade.	Arranjou emprego

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta Extra - 1.6 (Grupo 3<sup>38</sup>: Por que o(a) sr(a). acha que algumas pessoas ainda continuam no ramo de confecção?*

**Quadro 11 Motivo da continuidade da atividade de confecção**

	<b>Resposta por entrevistado</b>	<b>Decodificação</b>
7	“Porque faz parte da cidade. É o que <b>todos fazem</b> . Já virou <b>cultural</b> ”	Atividade de confecção como parte da cultura local
8	“ <b>Porque tá dando certo</b> . Porque se não dê certo devido a capacitação vão ter que partir para outra coisa. Isso de copiar o que vê na feira pode dá certo ou não”	Retorno financeiro
9	“ <b>Porque não tem outra atividade</b> . É o jeito. Aqui ou se é concursado ou se trabalha com confecção”	Falta de opção.

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta - 1.2.3 Sobre a atividade de confecção quem exerce essa atividade? Por quê?*

**Tabela 9 Exercício da atividade de confecção pelos membros da das famílias**

	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>	<b>Filho</b>	<b>Filha</b>	<b>Outros</b>
1	X	X			X
2	X				X
3	X	X	X		
4	X			X	
5	X				
6	X				
7		X			
8		X			
9	X	X			
<b>TOTAL</b>	7	5	1	1	2

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

<sup>38</sup> Famílias 7, 8 e 9 que já trabalharam com confecção e não trabalham mais.

Para uma visualização gráfica dessa participação segue abaixo a tabela 10 e a figura 8.

**Tabela 10** Percentual de quem exerce a atividade de confecção nas famílias

	Mãe	Pai	Filho	Filha	Outros
%	43,75%	31,25%	6,25%	6,25%	12,50%



**Figura 18** Quem exerce a atividade de confecção na propriedade

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

**Tabela 11** Facção X Confecção Própria

	Facção	Própria
1	X	
2		X
3		X
4	X	
5	X	
6	X	
7		X
8		X
9		X
<b>TOTAL</b>	4	5

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta 1.2.4 Que tipo de atividade é exercida em confecção na propriedade?*

**Tabela 12** Etapas do processo de confecção

	Corte	Costura	Acabamento	Todo o processo
1				X
2				X
3		X		
4		X		
5		X	X	
6		X		
7	X		X	
8				X
9				X
<b>TOTAL</b>	1	4	2	4

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta: 1.2.6 O que faz com seja escolhida uma atividade e/ou outra?*

**Tabela 13** Motivações quanto a escolha entre confecção e agropecuária

		Confecção	Agropecuária
1	Dinheiro	X	
	Prazer		X
	Cultura		X
	Outros		
2	Dinheiro	X	
	Prazer		
	Cultura		X
	Outros		
3	Dinheiro	X	
	Prazer		
	Cultura		X
	Outros		
4	Dinheiro	X	
	Prazer		X
	Cultura		X
	Outros		
5	Dinheiro	X	
	Prazer		
	Cultura		
	Outros		
6	Dinheiro	X	
	Prazer	X	
	Cultura		

	Outros		
7	Dinheiro	X	
	Prazer		X
	Cultura		X
	Outros		
8	Dinheiro	X	
	Prazer		
	Cultura		
	Outros		
9	Dinheiro	X	
	Prazer		
	Cultura		X
	Outros		
	<b>TOTAL</b>	<b>Confecção</b>	<b>Agropecuária</b>
	Dinheiro	9	
	Prazer	1	3
	Cultura		6

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta: 1.2.7 De quem parte a decisão de exercer a atividade de confecção na propriedade?*

**Tabela 14 Poder de decisão para exercer a atividade de confecção**

	Pai	Mãe	Filhos	Todos
1		X		
2		X		
3		X		
4			X	
5		X		
6		X		
7	X			
8	X			
9	X			
<b>TOTAL</b>	3	5	1	0

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.



*Pergunta: 1.2.8 Quem é a pessoa responsável pela escolha da atividade e sua divisão?*

**Tabela 15 De quem parte a escolha da atividade a se exercer**

	Pai	Mãe	Filhos	Todos	Cada um responde pela sua escolha
1	X				
2					X
3					X
4					X
5					X
6					X
7	X				
8	X				
9	X				
<b>TOTAL</b>	4	0	0	0	5

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta - 1.2.1 Em relação a agricultura quais as culturas desenvolvidas na propriedade e a área destinada para a atividade na época em que trabalha com confecção e hoje?*

**Tabela 16 Culturas desenvolvidas nas propriedades**

	Feijão	Milho	Jerimun	Melancia	Algodão	Outros	Hectares
1	X	X					2
2	X	X					1
3	X	X	X	X			1
4	X	X					1
5	X	X					2
6						X	0
7	X	X			X		4
8	X	X	X	X			1
9	X	X					1
<b>TOTAL</b>	8	8	2	2	1	1	
						Média	1,4

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

Pergunta 1.2.2 Em relação a pecuária quais os animais criados por espécie e o número de cabeças?

**Tabela 17 Animais criados nas propriedades**

	Cabra	Boi/vaca	Galinha	Ovelha	Cavalo	Porco
1	8	10				
2	1	4	50		1	2
3				10		
4		2				
5		15	3.800			
6	1		2			
7		10				
8			40			
9						
<b>TOTAL</b>	10	41	3892	10	1	2
<b>Média</b>	1,1	4,6	432,4	1,1	0,1	0,2
<b>Freqüência</b>	3	6	5	2	1	1

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

Para uma visualização da situação dos animais criados na propriedade com a exclusão da galinha (figura 16):



**Figura 19 Animais criados nas propriedades**

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

Pergunta – 1.3.2 Meses do ano que alguém da propriedade (família) trabalha com confecção e a intensidade.

**Tabela 18 Intensidade do trabalho com confecção mês/ano**

Meses	1		2		3		4		5		6		7		8		9	
	Muito	Pouco	Muito	Pouco	Muito	Pouco	Muito	Pouco	Muito	Pouco	Muito	Pouco	Muito	Pouco	Muito	Pouco	Muito	Pouco
Janeiro		X	X			X		X	X			X		X		X		X
Fevereiro		X	X			X		X		X		X		X		X	X	
Março		X	X			X		X		X		X		X		X	X	
Abril		X		X		X		X		X		X		X		X		X
Maiο	X			X		X		X		X	X		X		X		X	X
Junho	X			X		X		X	X		X		X		X		X	
Julho	X			X		X		X	X		X		X		X		X	X
Agosto	X			X		X		X		X		X		X		X		X
Setembro		X		X		X		X		X		X		X		X		X
Outubro		X	X			X		X		X		X		X		X		X
Novembro		X	X			X		X		X		X	X		X		X	
Dezembro		X	X			X	X		X			X	X		X		X	

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

**Tabela 19 Resumo da Freqüência de intensidade de trabalho relacionada aos meses do ano**

Meses	Muito	Pouco
Janeiro	2	8
Fevereiro	3	8
Março	1	8
Abril	0	9
Maiο	3	5
Junho	6	2
Julho	3	5
Agosto	1	7
Setembro	0	9
Outubro	1	9
Novembro	4	6
Dezembro	6	4

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

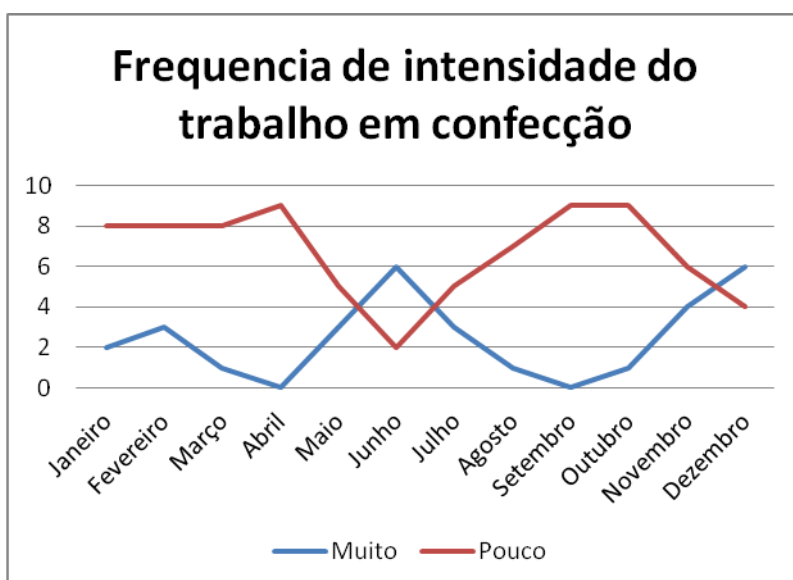


Figura 20 Frequência de trabalho de confecção relacionado aos meses do ano.

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

Tabela 20 Intensidade de trabalho das famílias

Família	Intensidade Muito	
	Dias da semana	Horas/dia
1	6	15
2	7	15
3		0
4	5	8
5	7	17
6	6	8
7	6	15
8	7	13
9	5	8
Média	6,1	12,4

Família	Intensidade Pouco	
	Dias da semana	Horas/dia
1		0
2	4	6
3	5	4
4	5	4
5	3	4
6		0
7	7	8
8	3	8
9	3	3
Média	4,3	5,3

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

Perguntas - 1.1.1: Qual a renda familiar total? E 1.1.2 Qual a renda familiar por atividade?

Tabela 21 Composição da Renda Familiar mensal

	Renda c/ a atividade agropecuária	Renda c/ outra atividade	Renda c/ confecção	Renda Total	% da confecção /total	Nº de pessoas na família	Renda Per Capita Familiar
1	R\$ -* <sup>39</sup>		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	100%	2	1000
2	R\$ -*	R\$ 1.090,00	R\$ 300,00	R\$ 1.390,00	22%	4	347,5
3	R\$ -*	R\$ 540,00	R\$ 460,00	R\$ 1.000,00	46%	4	250
4	R\$ 400,00		R\$ 500,00	R\$ 900,00	56%	5	180
5	R\$ 408,00	R\$ 1.090,00	R\$ 600,00	R\$ 2.098,00	29%	5	419,6
6	R\$ -*	R\$ 1.000,00	R\$ 400,00	R\$ 1.400,00	29%	3	466,67
7	R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	50%	4	500
8	R\$ -*		R\$ 600,00	R\$ 600,00	100%	4	150
9	R\$ 200,00		R\$ 300,00	R\$ 500,00	60%	4	125
		<b>Renda média Familiar</b>	<b>R\$ 684,44</b>			<b>Renda Média per capita</b>	<b>382,09</b>

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

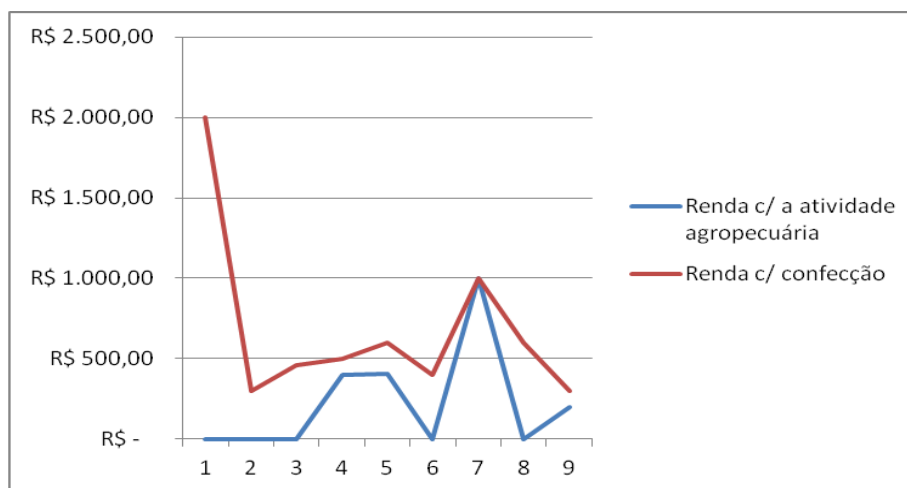


Figura 21 Comparação da renda proveniente da confecção e da Agropecuária

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

<sup>39</sup> Produção agrícola para consumo próprio, ou seja, renda não monetária.

**Tabela 22 Destino da produção agropecuária**

	Consumo Próprio	Consumo dos Animais	Venda
1	X	X	X
2	X	X	
3	X	X	X
4	X	X	X
5	X	X	X
6	X		
7	X		X
8	X		
9	X		X
<b>TOTAL</b>	9	5	6

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta – 1.5.1: Em relação aos bens de consumo duráveis, o que tinha antes de exercer a atividade de confecção e depois de passar a exercê-la?*

**Tabela 23 Bens de consumo duráveis**

	Casa	Carro	Moto	Geladeira	Fogão	Outros
1	X	X	X	X	X	
2	X	X	X	X	X	
3				X	X	
4	X		X	X	X	
5	X		X	X		
6				X	X	XX
7	X	X		X	X	X
8		X	X			
9					X	
<b>TOTAL</b>	5	4	5	7	7	3

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

Pergunta -1.5.2: Sobre os bens de consumo não duráveis o que mudou nos itens ao lado?

Quadro 12 Mudanças no Estilo de Vida

	Resposta por entrevistado	Decodificação
1	“Com a atividade de confecção a <b>alimentação melhorou</b> com mais verduras, iorgute, biscoito e chocolate. Com relação a <b>roupas compra</b> , mas é o básico. Sobre <b>lazer passou a viajar a praia</b> algumas vezes. E em relação a <b>cosméticos</b> passou a <b>comprar</b> xampu”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer.
2	“Com a atividade de confecção a <b>alimentação aumentou a quantidade</b> comprada. Com relação a <b>roupas</b> passou a <b>comprar</b> . Sobre <b>lazer passou a viajar a praia, chácara e para restaurantes</b> . Em relação a <b>cosméticos</b> passou a <b>comprar</b> xampu, condicionador, maquiagem, perfumes. E em relação a <b>outros bens</b> passou a pagar <b>plano de saúde</b> ”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer e outros.
3	“Com a atividade de confecção a <b>alimentação passou a ter</b> danone, toddynho, Pipoca, Biscoito e refrigerante. Em relação a <b>roupas</b> passou a <b>comprar</b> , principalmente para a neta. Sobre <b>lazer não houve mudanças</b> . Em relação a <b>cosméticos</b> <b>passou a comprar</b> xampu e perfume”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer.
4	“Com a atividade de confecção <b>entrou na alimentação</b> iorgute e biscoito. Em relação ao <b>lazer</b> passou a <b>viajar</b> à praia. E em relação a <b>cosméticos</b> <b>passou a comprar</b> xampu, condicionador e perfume”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer.
5	“Com a atividade de confecção passou a <b>comprar carne, peixe, cenoura</b> dentre outras coisas. Em relação a <b>roupas</b> <b>passou a comprar pouco</b> , principalmente para festas. E em relação a <b>cosméticos</b> <b>passou a comprar</b> xampu, perfume e batom”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer.
6	“Com a atividade passou a <b>comprar mais fruta, principalmente para a mãe</b> . Passou a <b>comprar roupas e sandálias</b> para ela e para a filha. Em relação ao <b>lazer</b> vai sempre que possível para <b>cultos em outras localidades próximas e já viajou à praia</b> . Em relação a <b>cosméticos</b> <b>passou a comprar</b> xampu, condicionador e maquiagem”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer.
7	“Com a confecção <b>as compras aumentaram</b> . Ele pode então <b>comer bem</b> . Passou a <b>comprar mais roupa</b> . Em relação ao <b>lazer</b> passou a <b>passar</b> e sobre <b>cosméticos</b> <b>passou a comprar</b> xampu, condicionador, e perfume”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer.

8	“Como morava com os pais não ajudava em casa na alimentação, mas passou a <b>comprar roupas, a sair para bares, restaurantes e fazer viagens</b> . E em relação a <b>cosméticos passou a comprar perfume</b> ”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer.
9	“Passou a <b>comprar logurte, biscoito, achocolatado. Roupas</b> passou a <b>comprar mais</b> e comprar também <b>xampu, condicionador, perfume</b> ”.	Diversificação no padrão alimentar; Aquisição de vestuário e cosméticos; Aumento do lazer.

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta - 1.5.3: O que mudou no estilo de vida antes para depois com a introdução da atividade de confecção na família?*

**Quadro 13 Mudanças de hábitos após a Confecção**

	<b>Resposta por entrevistado</b>	<b>Decodificação</b>
1	<b>“Melhorou todos os aspectos.</b>	Melhora significativa na qualidade de vida
2	<b>“Mudou completamente.</b> Hoje se consideram <b>‘ricos’ se comparado a como viviam</b> ”.	Melhora significativa na qualidade de vida
3	<b>“Melhorou.</b> Foi muito bom”.	Melhora significativa na qualidade de vida
4	<b>“Foi bom.</b> Mudou muita coisa”.	Melhora significativa na qualidade de vida
5	“Foi uma benção de Deus. Foi através da confecção que <b>pode conseguir o pouco que tem</b> . Agradece a Deus primeiramente e depois a confecção”.	Melhora significativa na qualidade de vida
6	“Com a confecção <b>muda e muito</b> ”.	Melhora significativa na qualidade de vida
7	<b>“Foi bom na época.</b> Tinha pouca gente. Deu para comprar casa e carro”.	Melhora significativa na qualidade de vida
8	<b>“Foi bom.</b> Mas preferiu deixar para seguir carreira na área pedagógica”.	Melhora significativa na qualidade de vida
9	<b>“Mudou muito. Tudo o que conseguiram foi por causa da confecção. A agricultura não dava retorno</b> ”.	Melhora significativa na qualidade de vida

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.



*Pergunta – 1.4.1: O que mudou na produção da sua propriedade?*

**Quadro 14 Capacidade de Investimento**

	<b>Antes da confecção</b>	<b>Pós confecção</b>	<b>Possibilidade de investimento antes e pós-confecção</b>
1	Baixa poupança	Possibilidade de investimentos	Melhora no padrão de vida, com possibilidade para investimentos.
2	Baixa poupança	Possibilidade de investimentos	Melhora no padrão de vida, com possibilidade para investimentos.
3	Não houve investimento	Não houve investimento	Aumento da renda sem investimento.
4	Baixa poupança	Possibilidade de investimentos	Melhora no padrão de vida, com possibilidade para investimentos.
5	Baixa poupança	Possibilidade de investimentos	Com a atividade de confecção houve mudança no padrão de vida, com possibilidade para investimentos.
6	Foco na produção agropecuária	Atenção para outra atividade	A entrada de outra atividade mais rentável diminuiu o tempo dedicado as atividade agropecuária.
7	Não houve investimento	Não houve investimento	Aumento da renda sem investimento.
8	Não houve investimento	Não houve investimento	Aumento da renda sem investimento.
9	Baixa poupança	Possibilidade de investimentos	Melhora no padrão de vida, com possibilidade para investimentos.

**Elaborado pela autora**

**Fonte: Dados coleta de campo, 2011.**

**Apêndice 6 Figuras, Quadros e Tabelas referentes ao capítulo 4 – sub-ítem 4.2 Traços de Rurbanização e de Pluriatividade**

*Pergunta - 2.1.1: O que mudou na propriedade, na parte estrutural, após a entrada da atividade de confecção?*

**Quadro 15 Mudanças Estruturais**

	<b>Resposta por entrevistado</b>	<b>Decodificação</b>
1	“Construíram a casa, limpavam o terreno, plantaram, fizeram uma barragem, colocaram cerca”.	Investimento na estrutura física
2	“Nada”.	Nenhum investimento
3	“Mudou tudo na casa. Construíram, fizeram cerca na propriedade”.	Investimento na estrutura física
4	“Tudo. Só passou a ter o que tem por causa da confecção”.	Investimento na estrutura física
5	“Nada”.	Nenhum investimento
6	“Pouca coisa. Construiu um tanque de lavar roupa”.	Baixo investimento
7	“Tudo. Construiu uma casa nova”.	Investimento no imóvel residencial
8	“Nada”.	Nenhum investimento
9	“Nada”.	Nenhum investimento

**Elaborado pela autora**

**Fonte: Dados coleta de campo, 2011.**

*Pergunta – 2.1.2: Como foi a aceitação dessa nova atividade?*

**Quadro 16 Aceitação da Nova Atividade na Área Rural**

	<b>Resposta por entrevistado</b>	<b>Decodificação</b>
1	<b>“Foi difícil no começo</b> pela diferença da atividade”.	Dificuldade de aceitação
2	<b>“Foi melhor</b> do que a agricultura. Porque na agricultura a gente leva muito sol”.	Fácil aceitação
3	<b>“Foi tranqüilo,</b> sem preconceito”.	Fácil aceitação
4	<b>“Acho ruim a mudança,</b> mas depois acostumou e <b>hoje acha ruim</b> por <b>não poder trabalhar,</b> mas a <b>filha continua</b> e ajuda em casa”.	Dificuldade de aceitação
5	<b>“Aceitou muito bem</b> por causa do dinheiro”.	Fácil aceitação
6	<b>“Foi tranqüilo,</b> tirando as dores nas costas, pois trabalha desde 12 anos”.	Fácil aceitação
7	<b>“Foi tranqüilo.</b> Não tinha preconceito. Costurar era para todos”.	Fácil aceitação
8	<b>“No começo gostou muito</b> porque vendia bem”.	Fácil aceitação
9	“Foi uma <b>nova aprendizagem</b> ”.	Fácil aceitação

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta - 2.1.3: O que representa a agricultura para a família?*

**Quadro 17 Significado da Agricultura**

	<b>Resposta por entrevistado</b>	<b>Decodificação</b>
1	“A agricultura <b>significa cultura, mas não dá para sobreviver.</b> Nossos avós e pais passaram fome por só terem esse meio de sobrevivência. Aos 8 anos já costurava a luz de candeeiro para poder ter uma vida melhor”.	Importância cultural da agropecuária; Necessidade de sobrevivência da confecção.
2	<b>“É bom,</b> porque a gente <b>não precisa comprar</b> o que plantamos”.	Garantia de subsistência
3	<b>“É a vida.</b> Nasceu e se criou fazendo isso. Sempre quer fazer alguma coisa relacionada a agricultura”.	Importância cultural da agropecuária; Necessidade de sobrevivência da confecção.
4	<b>“É importante.</b> Mas só sobreviver da agricultura não tem como”.	Impossibilidade de sobrevivência com a agropecuária
5	<b>“É uma ajuda boa.</b> Equilibra o orçamento”.	Importância cultural e de consumo advindo da agropecuária;

6	<b>“Não tem influência</b> na formação atual da família”.	Sem influência
7	<b>“Início da família.</b> Agricultura é a base de tudo”.	Importância cultural da agropecuária;
8	<b>“Não trabalha mais com agricultura</b> mais para quem é do ‘sítio’ tem que ter agricultura, nem que seja um pouco”.	Sem influência
9	<b>“Ninguém vive sem a agricultura.</b> É muito importante para a família”.	Importância cultural da agropecuária;

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

*Pergunta - 2.2.1: Qual a sua visão sobre a agropecuária para os próximos anos?*

**Quadro 18** Perspectiva da Agricultura

	<b>Resposta por entrevistado</b>	<b>Decodificação</b>
1	<b>Espera que melhore</b> com a barragem que está para construir.	Baixa perspectiva
2	<b>Espera ser melhor</b> , mas as perspectivas vão depender do que será feito para que melhore.	Baixa perspectiva
3	<b>A perspectiva não é boa</b> , só se tivesse investimento do Governo relacionado a água.	Baixa perspectiva
4	<b>Depende do tempo.</b> Serve para alimentar os bichos, se não a gente tem que vender.	Baixa perspectiva
5	<b>dependeria do governo</b> para ter um futuro que os moradores do local não saíssem.	Baixa perspectiva
6	<b>vai crescer.</b>	Boa perspectiva
7	<b>muita gente vai desistir.</b> Porque dá muito trabalho e recebe muito pouco em troca.	Baixa perspectiva
8	se <b>não tiver</b> incentivo do governo com <b>água</b> para essas localidades a <b>tendência e cair.</b>	Baixa perspectiva
9	<b>Espera que seja bom</b> , mas vai depender da chuva. Porque só dá em tempo de chuva.	Baixa perspectiva

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

Pergunta – 2.2.2: O que representa a confecção para a família?

Quadro 19 Sentido da Confecção

	Resposta por entrevistado	Decodificação
1	“a confecção foi <b>uma surpresa</b> que se desenvolveu muito bem e <b>melhorou demais a vida</b> ”.	Melhoria de vida
2	“Acha a confecção <b>boa para a família</b> .”	Melhoria de vida
3	A confecção <b>representa muito</b> . É de onde <b>tira o sustento</b> ”.	Melhoria de vida
4	“ <b>Valeu a pena</b> . Trouxe muitas <b>mudanças para a família</b> ”.	Melhoria de vida
5	“ <b>Grande ajuda</b> . Foi por causa da confecção que teve condições de ter o <b>básico na família</b> ”.	Melhoria de vida
6	“ <b>Boa ajuda</b> ”.	Melhoria de vida
7	“ <b>Condição melhor para criar a família</b> . Comprou máquina, carro, casa”.	Melhoria de vida
8	“Significa <b>progresso em questão financeira</b> ”.	Melhoria de vida
9	“ <b>Foi bom</b> . Porque <b>diminuiu de estar no sol quente</b> e poder ficar <b>mais em casa com a família</b> ”.	Melhoria de vida

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

Pergunta - 2.2.3: Qual a perspectiva da atividade de confecção para os próximos anos?

Quadro 20 Perspectiva da Confecção

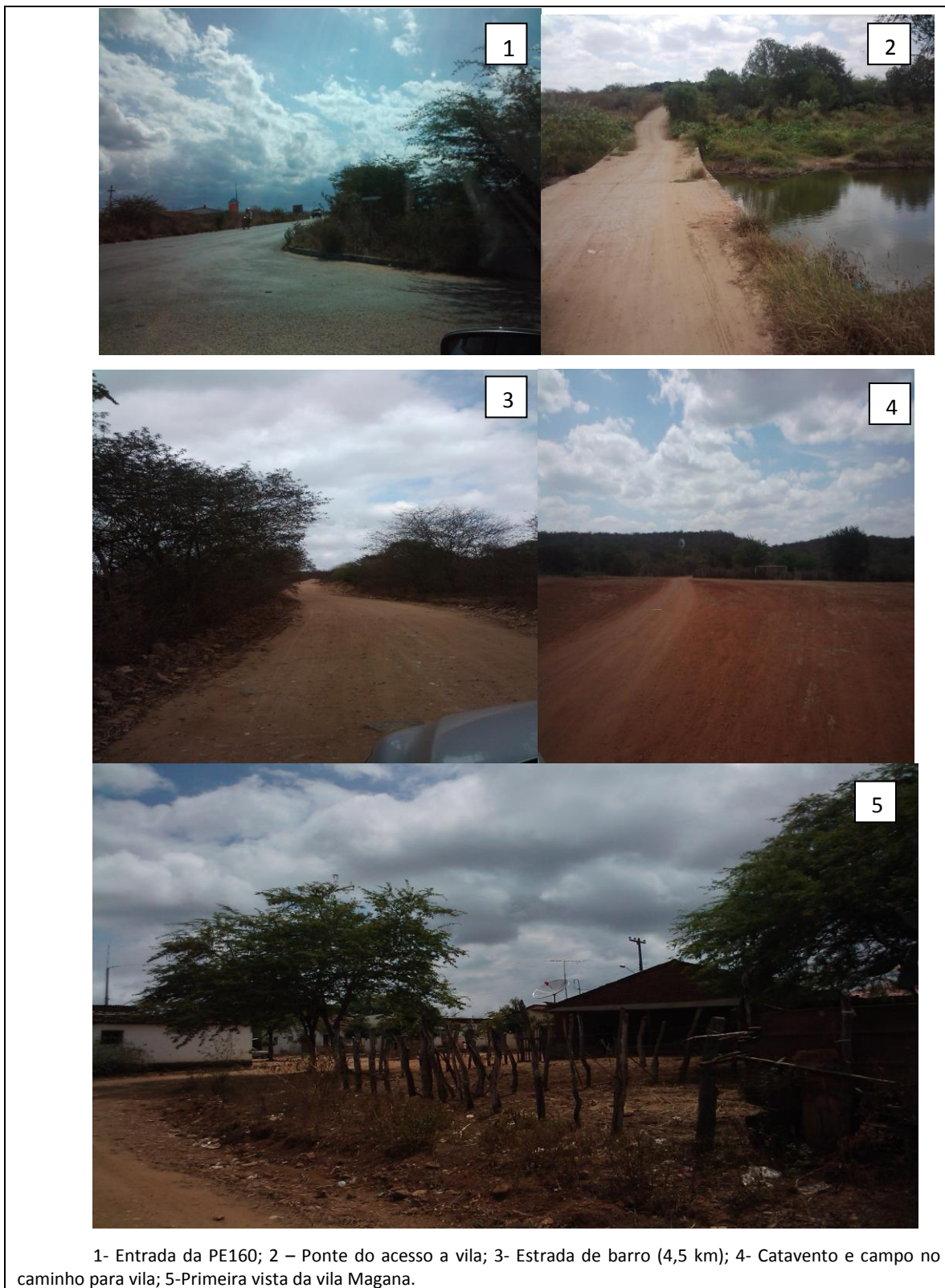
	Resposta por entrevistado	Decodificação
1	<b>“Espera que melhore</b> , pois agora está ruim”.	Expectativa de melhoria
2	<b>“Espera melhorar</b> mais, porém as perspectivas parecem que não são boas”.	Expectativa de melhoria
3	<b>“A tendência é diminuir”.</b>	Expectativa pessimista
4	<b>“Tá ruim</b> porque já tem muitos lugares com fábricas. Muitos cantos fabricando”.	Expectativa pessimista
5	<b>“Se não tiverem uma outra atividade vai ficar ruim”.</b>	Expectativa pessimista
6	<b>“Vai melhorar.</b> Tem perspectiva da construção de um fabrico na vila”.	Expectativa de melhoria
7	<b>“Vai desandar.</b> Tão fabricando em todo canto. Muita gente fazendo e pouca gente comprando”.	Expectativa pessimista
8	<b>“Ou se aperfeiçoa ou quebra.</b> A maioria não está estudando, só copiando. Só os grandes vão ter espaço, pois estão se aperfeiçoando, acompanhando o crescimento”.	Expectativa pessimista
9	<b>“Tá ruim.</b> O marido pensa em voltar a costurar, mas ainda não tem nada decidido”.	Expectativa pessimista

Elaborado pela autora

Fonte: Dados coleta de campo, 2011.

## ANEXOS

### Anexo 1 Fotos do acesso a Vila Magana



1- Entrada da PE160; 2 – Ponte do acesso a vila; 3- Estrada de barro (4,5 km); 4- Catavento e campo no caminho para vila; 5-Primeira vista da vila Magana.

Anexo 2 Fotos da Vila Magana



Da esquerda para à direita: Riacho temporário, Igreja da vila e vista da vila.